

O Antirracismo no Brasil

Vozes, Lutas e Resistências

Jéssica dos Santos Costa
Marianna Carvalho Martins Albergaria
Patrick Almeida Soares



O Antirracismo no Brasil

Vozes, Lutas e Resistências

Jéssica dos Santos Costa
Marianna Carvalho Martins Albergaria
Patrick Almeida Soares



ARCO
EDITORES ♦ ♦ ♦

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI
Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR
Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR
Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo - UESPI
Profa. Dra. Andréia Bulaty - UNESPAR
Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM
Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC
Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS
Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS
Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID
Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE
Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL
Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS
Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP
Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN
Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA
Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN
Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE
Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT
Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB
Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL
Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM
Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM
Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB
Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM
Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS
Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO
Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA
Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB
Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC
Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS
Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS
Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ
Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM
Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB
Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

Editor Chefe: Ivania Folmer

Projeto gráfico e Diagramação: Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa: www.canva.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

0 Antirracismo no Brasil[livro eletrônico] :
Vozes, Lutas e Resistências / [organização]
Jéssica dos Santos Costa, Marianna Carvalho Martins
Albergaria, Patrick Almeida Soares. -- 1. ed. --
Santa Maria, RS : Arco Editores, 2025.

PDF

Vários autores.

Bibliografia

ISBN 978-65-5417-626-2

1. Antirracismo 2. Racismo estrutural — Brasil
3. Movimentos sociais negros 4. Igualdade racial
5. Direitos humanos e diversidade. I. Costa, Jéssica
dos Santos. II. Albergaria, Marianna Carvalho Martins.
III. Soares, Patrick Almeida

CDD-305.8

Índices para catálogo sistemático:

CDD 305.8 — Grupos étnicos e relações raciais



10.48209/978-65-5417-626-2

Esta obra foi construída de forma coletiva, reunindo diferentes vozes, experiências e perspectivas. As opiniões expressas nos capítulos são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e não representam, necessariamente, a posição desta editora. Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



APRESENTAÇÃO

“A sociologia do negro é [...] mesmo quando escrita por alguns autores negros, uma sociologia branca”¹

Às portas do centenário da Abolição e no calor da Constituinte, Clóvis Moura registrava essa constatação nas páginas introdutórias de sua “Sociologia do Negro Brasileiro”, em crítica aguda à centralidade das epistemologias eurocêntricas empregadas por muitos intelectuais brasileiros no debate em torno da questão racial e do racismo, bem como uma justificada desconfiança na capacidade concreta de promover cidadania à população negra mediante reformas institucionais.

Crítica que seguia o rastro de uma preocupação muito clara: em uma sociedade cuja formação social é marcada pela dialética entre exploração capitalista e resistência da população negra, qual papel desempenha a produção científica sobre esse contingente populacional, produção baseada em um “conjunto conceitual branco aplicado sobre a realidade do negro brasileiro”²?

Grosso modo, pode-se isolar duas consequências práticas. A primeira, a consciência acadêmica colonizada, ao lançar mão, acriticamente, de conceituações estranhas à realidade social brasileira, produz uma espécie de miopia teórica e conceitual, incapaz de compreender a questão racial posicionada na totalidade das relações sociais, reduzindo o negro a uma “cobaia sociológica”³, onde os diferentes conceitos são inseridos, não raro, à revelia das demandas sociais mais fundamentais.

Uma segunda consequência, derivada da primeira, é o empobrecimento da capacidade analítica acurada das estruturas e processos, passados e presentes, que condicionam a forma e o conteúdo das desigualdades sociais demarcadas pelo fator racial no Brasil. Esse empobrecimento analítico, produto e produtor de uma “sociologia enlatada”⁴, tem como resultado uma atuação política débil em direção à superação das condições que vitimam milhões de brasileiros e legam a outros milhões a miséria e a indignidade.

1 MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. Perspectiva, 1ª Ed. São Paulo. 2019, p. 27.

2 *Ibid.*, p. 27.

3 *Ibid.*, p. 142.

4 RAMOS, Alberto Guerreiro. A redução sociológica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 3ª Ed. 1996.

É diante dessas problemáticas que apresentamos a coletânea **O ANTIRRACISMO NO BRASIL: VOZES, LUTAS E RESISTÊNCIAS**, obra que nasce do esforço de reunir vitalidade analítica em torno da questão racial brasileira e do compromisso coletivo com a construção de uma sociedade mais justa, plural e igualitária. Reunindo reflexões, experiências, análises e práticas desenvolvidas em diferentes territórios e contextos, este *e-book* é fruto de um longo processo histórico de enfrentamento às desigualdades raciais que moldaram — e ainda moldam — a estrutura social brasileira desde o período colonial.

As vozes aqui reunidas ecoam a diversidade das lutas antirracistas no país: dos movimentos sociais negros às pesquisas acadêmicas; das práticas de educação popular às experiências vividas em escolas, comunidades, serviços públicos e mídias digitais. Cada capítulo traz não apenas o rigor intelectual de seus autores e autoras, mas também a força política e afetiva que sustenta a resistência cotidiana contra o racismo.

Ao longo de suas páginas, educadores/as, pesquisadores/as, estudantes, profissionais de diferentes áreas e militantes do movimento negro são convidados/as a dialogar sobre identidades, pedagogias, políticas públicas, saúde, comunicação, trabalho e direitos. São discussões que iluminam caminhos, tensionam estruturas e reafirmam que o combate ao racismo — em suas muitas faces — é um compromisso ético e coletivo.

Este *e-book* reúne **11 textos** que, de forma complementar, enriquecem o debate sobre o antirracismo no Brasil contemporâneo. Abrindo a coletânea, estão os textos “Quando a escola se olha no espelho: identidade na primeira infância”, de Eusiane da Silveira e Juliana de Assis; “Um olhar sobre a pedagogia antirracista e formação de professores na educação infantil”, de Monalisa Raymundo Barbosa e Rosane Cristina de Oliveira; e “Educar para igualdade: caminhos antirracistas na escola brasileira”, de Leonardo Sousa Brito e Uélia Almeida. Juntos, circunscrevem um núcleo importante sobre práticas pedagógicas antirracistas na educação infantil e a importância da formação docente nessa seara como uma frente importante de luta que possibilita tensionar formas outras de significação da negritude no ambiente escolar.

Na sequência, os trabalhos “O afrofuturismo nas telas do *Youtube*: uma potencial prática educativa digital afrocentrada” e “Além do *feed*: o papel do serviço social frente ao racismo e à espetacularização de favelas nas redes sociais”, respectivamente de autoria de Iury Gabriel Amorim de Araújo e Luana Martins Santos. Em perspectiva, ambos trabalhos discutem o tensionamento em torno da forma e conteúdo empregados ao debate racial nas redes sociais; ao passo que certas formas de representação nas redes incutem na espetacularização da desumanização de pessoas negras, outras iniciativas têm disputado sentidos associados à identidade étnico-racial e sua centralidade na criação presente de outros futuros possíveis.

Versando de modo mais detido nas intersecções entre raça e gênero, à luz de uma investigação sistemática de um caso específico e de um debate teórico mais amplo, estão os trabalhos de Daíra Andréa de Jesus e Ana Claudia Delfini, “Estado do conhecimento da produção científica nacional sobre a reserva de vagas para professoras negras no ensino superior federal”, e de Ingrid David Alves de Carvalho, “Raça, gênero e interseccionalidade: percursos teórico-práticos da luta antirracista das mulheres negras no Brasil”.

Adentrando na temática de práticas antirracistas na saúde, narram relatos de experiência de projetos de extensão universitária os artigos “Roda de conversa e *podcast* como dispositivos para enfrentamento do racismo na saúde: experiência na extensão universitária”, de Jandesson Mendes Coqueiro, Ariane Silva Carvalho, Brida Luísa Torres Duque e Warlen Ribeiro da Cruz Oliveira; e “Racismo, saúde e necropolítica: experiência de ensino universitário sobre desigualdades raciais e a construção da equidade na saúde brasileira”, escrito por Renata Soares, Luciana Aparecida Carvalho Marcondes, Larissa de Fátima da Silva Santos e Tatiane Farias da Rosa Silva

Fechando a coletânea, o texto “A arquitetura do neo/falso enxaimel em Joinville (SC) e o dispositivo de racialidade”, de Gabriel Henrique de Oliveira Furlanetto, propõe uma reflexão instigante acerca dos dispositivos de racialidade inscritos no território, demarcando a branquitude como norma na produção da cidade por meio do amálgama entre política de memória e política urbana. Na sequência, o trabalho dos organizadores, intitulado “Entre a suposta sus-

tentabilidade e a precarização: catadores de materiais recicláveis e o trabalho escravo contemporâneo”, demonstra o quadro de exploração e invisibilização - majoritariamente de trabalhadores negros - que se abate sobre catadores e catadoras de materiais recicláveis, situação escamoteada pelo verniz dos discursos sobre “sustentabilidade”. Mirando uma crítica no “contrapé” da sustentabilidade, defende-se que um efetivo processo de justiça socioambiental envolve, necessariamente, a superação das condições de brutalização de trabalhadores de recicláveis.

O conjunto de obras apresentadas possui contribuições que se entrelaçam para fortalecer o entendimento crítico e inspirar práticas transformadoras, reafirmando a urgência de construir, todos os dias, uma sociedade verdadeiramente democrática.

Convidamos você à leitura atenta e à reflexão profunda que cada capítulo provoca — porque a luta antirracista é permanente, plural e feita de muitas vozes, como as que compõem esta obra.

Os Organizadores.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

QUANDO A ESCOLA SE OLHA NO ESPELHO: IDENTIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA.....11

Eusiane da Silveira; Juliana de Assis

Doi: 10.48209/978-65-5417-626-0

CAPÍTULO 2

UM OLHAR SOBRE A PEDAGOGIA ANTIRRACISTA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL 21

Monalisa Raymundo Barbosa; Rosane Cristina de Oliveira

Doi: 10.48209/978-65-5417-626-1

CAPÍTULO 3

EDUCAR PARA IGUALDADE: CAMINHOS ANTIRRACISTAS NA ESCOLA BRASILEIRA.....36

Leonardo Sousa Brito; Uélia Almeida

Doi: 10.48209/978-65-5417-626-3

CAPÍTULO 4

O AFROFUTURISMO NAS TELAS DO YOUTUBE: UMA POTENCIAL PRÁTICA EDUCATIVA DIGITAL AFROCENTRADA 46

Iury Gabriel Amorim de Araújo

Doi: 10.48209/978-65-5417-626-4

CAPÍTULO 5

ALÉM DO FEED: O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO RACISMO E À ESPETACULARIZAÇÃO DE FAVELAS NAS REDES SOCIAIS.....61

Luana Martins Santos

Doi: 10.48209/978-65-5417-626-5

CAPÍTULO 6

ESTADO DO CONHECIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL SOBRE A RESERVA DE VAGAS PARA PROFESSORAS NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR FEDERAL.....74

Daíra Andréa de Jesus; Ana Claudia Delfini

Doi: 10.48209/978-65-5417-626-6

CAPÍTULO 7

RAÇA, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE: PERCURSOS TEÓRICO-PRÁTICOS DA LUTA ANTIRRACISTA DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL.....96

Ingrid David Alves de Carvalho

Doi: 10.48209/978-65-5417-626-7

CAPÍTULO 8

RODA DE CONVERSA E PODCAST COMO DISPOSITIVOS PARA ENFRENTAMENTO DO RACISMO NA SAÚDE: EXPERIÊNCIA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....110

Jandesson Mendes Coqueiro; Ariane Silva Carvalho; Brida Luísa Torres Duque; Warlen Ribeiro da Cruz Oliveira

Doi: 10.48209/978-65-5417-626-8

CAPÍTULO 9

RACISMO, SAÚDE E NECROPOLÍTICA: EXPERIÊNCIA DE ENSINO UNIVERSITÁRIO SOBRE DESIGUALDADES RACIAIS E A CONSTRUÇÃO DA EQUIDADE NA SAÚDE BRASILEIRA 126

Renata Soares; Luciana Aparecida Carvalho Marcondes; Larissa de Fátima da Silva Santos; Tatiane Farias da Rosa Silva

Doi: 10.48209/978-65-5417-626-9

CAPÍTULO 10

A ARQUITETURA DO NEO/FALSO ENXAIMEL EM JOINVILLE (SC) E O DISPOSITIVO DE RACIALIDADE.....140

Gabriel Henrique de Oliveira Furlanetto

Doi: 10.48209/978-65-5417-626-A

CAPÍTULO 11

ENTRE A SUPOSTA SUSTENTABILIDADE E A PRECARIZAÇÃO: CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO.....155

Marianna Carvalho Martins Albergaria; Jéssica dos Santos Costa; Patrick Almeida Soares

Doi: 10.48209/978-65-5417-626-B

CAPÍTULO 12

RACIONAIS MC 'S: A VOZ ATIVA DO ANTIRRACISMO DAS FAVELAS E PERIFERIAS BRASILEIRAS.....171

Nayara Alves de Aleluia

Doi: 10.48209/978-65-5417-626-C

SOBRE OS ORGANIZADORES.....188

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES.....190

CAPÍTULO 1

QUANDO A ESCOLA SE OLHA NO ESPELHO: IDENTIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Eusiane da Silveira

Juliana de Assis

Doi: 10.48209/978-65-5417-626-0

INTRODUÇÃO

O texto apresenta uma experiência real desenvolvida em uma escola da rede municipal de ensino de Campinas. O Centro de Educação Infantil (CEI) Curumins está localizado na região do Ouro Verde, periferia da cidade de Campinas. No momento da matrícula, as famílias são convidadas a preencher um questionário e apresentar documentos, instrumentos essenciais para traçar o perfil da comunidade atendida. Durante a primeira reunião pedagógica do ano, a equipe foi surpreendida pelos dados obtidos: entre as 87 crianças matriculadas, apenas seis foram autodeclaradas negras por seus responsáveis. Diante dessa discrepância entre os números e a realidade observada no cotidiano escolar, o corpo docente reconheceu a necessidade de desenvolver ações voltadas às crianças e suas famílias, com o intuito de fortalecer o senso de pertencimento étnico-racial e promover uma reconstrução histórica coletiva.

A Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, inicialmente direcionada ao Ensino Fundamental e Médio, inspirou reflexões que alcançam também a Educação Infantil — etapa essencial na formação da autoimagem e identidade das crianças. Assim, compreender como essas relações se constituem desde os primeiros anos torna-se fundamental para práticas pedagógicas antirracistas e para a construção de um ambiente escolar que valorize a diversidade.

Com base nesse cenário, a presente investigação fundamentou-se em revisão bibliográfica acerca da temática das relações étnico-raciais na Edu-

cação Infantil, da implementação da Lei nº 10.639/03 e das práticas pedagógicas antirracistas. Foram consultados autores que discutem identidade, diversidade, infância e currículo, bem como documentos normativos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e diretrizes específicas voltadas à promoção da igualdade racial na educação. Essa revisão teórica ofereceu suporte para a compreensão do fenômeno observado e orientou a elaboração das ações pedagógicas.

A partir desse referencial, optou-se pela realização de atividades práticas junto aos agrupamentos 3, compostos por crianças de 3 a 5 anos. Tais práticas, que serão detalhadas ao longo do artigo, foram planejadas como uma intervenção pedagógica intencional, visando incentivar o autoconhecimento, combater manifestações de preconceito e valorizar a diversidade cultural e étnica presente na comunidade escolar. A metodologia adotada — articulando revisão bibliográfica e relato de experiência — permite não apenas contextualizar teoricamente as ações, mas também evidenciar como práticas cotidianas na Educação Infantil podem contribuir para a implementação efetiva da Lei nº 10.639/03 e para o fortalecimento da identidade das crianças negras e não negras. O texto apresenta experiência real em uma escola da rede municipal de ensino de Campinas. O Centro de Educação Infantil (CEI) Curumins está localizado na região do Ouro Verde, periferia da cidade de Campinas. No momento da matrícula, as famílias são convidadas a preencher um questionário e apresentar documentos, instrumentos essenciais para traçar o perfil da comunidade atendida. Durante a primeira reunião pedagógica do ano, a equipe foi surpreendida pelos dados obtidos: entre as 87 crianças matriculadas, apenas seis foram autodeclaradas negras por seus responsáveis. Diante dessa discrepância entre os números e a realidade observada no cotidiano escolar, o corpo docente reconheceu a necessidade de desenvolver ações voltadas às crianças e suas famílias, com o intuito de fortalecer o senso de pertencimento étnico-racial e promover uma reconstrução histórica coletiva.

AUTOIMAGEM POSITIVA CONSTRUÍDA NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Durante os primeiros momentos de acolhimento das turmas e das crianças, nos primeiros contatos entre educadores e pequenos, a professora perguntou: “Você é lindo, sabia?” ou “Você é linda, sabia?”. Algumas crianças responderam prontamente: “Sei sim, minha mãe (ou outro familiar) já falou!”, enquanto outras, surpresas, devolveram a pergunta: “Sou?”.

A partir dessa reação, tornou-se evidente a necessidade de refletir sobre possíveis fragilidades na formação da autoimagem infantil. Muitas vezes, crianças que crescem em ambientes onde suas características físicas não são valorizadas acabam desenvolvendo inseguranças ou rejeição em relação à própria aparência.

Com o intuito de fortalecer a autoestima e promover o reconhecimento da própria identidade, uma das primeiras propostas realizadas foi convidar as crianças a se observarem nos espelhos espalhados pelos diferentes espaços da escola. Em seguida, foram estimuladas a produzir seus autorretratos artísticos, um exercício de expressão e empoderamento que possibilita o reconhecimento de si e o enfrentamento de possíveis preconceitos.

Como afirma Gastardelli (2016, p. 11):

“A interação entre professores e alunos, bem como as mudanças culturais contínuas da sociedade (pois as práticas inovadoras visam a uma formação do profissional mais significativa e humanizadora), buscam desenvolver práticas diferenciadas da tradicional, e sugerem estratégias mais colaborativas entre os alunos e os objetos de ensino, promovendo uma construção significativa dos conteúdos, habilidades e competências para a formação humana e profissional dos estudantes. ” (Gastardelli 2016, p. 11).

Além da observação no espelho, a professora registrou fotograficamente cada criança, sempre com seu consentimento. Posteriormente, as fotos foram apresentadas para que pudessem aprovar ou não sua imagem, promovendo um momento de diálogo e valorização pessoal.

Na sequência, desenvolveu-se a atividade do quebra-cabeça: cada criança recebeu sua fotografia em tamanho A4, protegida por papel Contact para maior durabilidade. As imagens foram divididas em seis partes simples, formando um

jogo no qual podiam montar a própria imagem e também a dos colegas. Após vivenciarem a brincadeira na escola, as crianças levaram o jogo para casa, compartilhando com as famílias a experiência.

Durante a atividade, as conversas espontâneas surgiram: “C. tem o cabelo crespo”, “H. também tem...”. Esses momentos demonstraram como o lúdico pode ser um poderoso aliado na Educação Infantil. Trabalhar a valorização étnico-racial por meio de brincadeiras torna o aprendizado mais prazeroso e significativo, favorecendo a compreensão de conceitos como diversidade, respeito, igualdade e identidade cultural.

As práticas pedagógicas pautadas na ludicidade contribuem para que o convívio com as diferenças ocorra de forma natural e construtiva, quebrando estereótipos e preconceitos antes que se consolidem. Ao brincar, as crianças aprendem a se colocar no lugar do outro, desenvolvendo empatia e sensibilidade diante das diferentes histórias e realidades.

Durante esses momentos de interação, percebeu-se que o brincar também favoreceu o reconhecimento das individualidades, fortalecendo uma autoimagem positiva e a valorização das diferenças.

Com o objetivo de ampliar essa construção identitária e promover o reconhecimento das diversas etnias, foram incorporadas ao projeto leituras literárias que abordam as culturas indígenas e africanas. As contações de histórias transformaram-se em espaços ricos de escuta, imaginação e diálogo. Esses livros, que apresentam diferentes formas de viver, pensar e se expressar, desempenham papel essencial na formação das crianças, contribuindo para uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitosa.

Frequentemente, as culturas indígenas e africanas são retratadas de forma estereotipada; por isso, apresentar obras que as valorizam em sua complexidade, beleza e riqueza cultural é fundamental para desconstruir preconceitos e ampliar o olhar das crianças.

Após as leituras, cada criança foi convidada a registrar a história narrada em nosso “Grande Livro de Registros”, fortalecendo o vínculo entre escuta, expressão e memória coletiva.

Foto 1



O uso da literatura, nesse contexto, revelou-se um recurso essencial para promover representatividade. Além de impactar positivamente na autoestima e aceitação, possibilita que as crianças se reconheçam como parte do espaço escolar. Um exemplo marcante foi a atividade inspirada no livro “Negrinha, sim”, de Renato Gama, na qual a professora convidou o grupo a representar seus cabelos e identificar o tom de sua pele — um exercício de reconhecimento, pertencimento e valorização da própria identidade. Conforme foto 1, alguns dos livros do acervo que a escola possui acerca da temática étnico racial.

ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS

Para além das conversas e atividades orais, é essencial que haja materiais adequados que potencializem as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos educadores. Buscando oferecer experiências significativas às crianças, o corpo docente, atento à importância de que as aquisições de materiais estejam em consonância com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da unidade, solicitou à

gestão a compra de massinhas com diferentes tons de pele, além de lápis de cor e giz de cera que contemplassem uma ampla variedade de tonalidades, representando a diversidade presente entre os alunos.

Foto 2



Foto 3



Em um primeiro momento, as crianças demonstraram curiosidade diante das novas cores. Logo, porém, reconheceram que se tratava, segundo suas próprias palavras, de “vários tons de marrom da nossa pele”. A partir daí, passaram a observar e comparar os tons, ajudando-se mutuamente a identificar aquele que mais se aproximava de sua própria cor.

Com base nas primeiras reflexões surgidas em grupo, o diálogo foi ampliado para o contato com as famílias, a fim de explicar as intenções e objetivos do trabalho. A comunidade acolheu a proposta com entusiasmo e sensibilidade.

A integração entre família e escola é fundamental na construção de uma autoimagem positiva na infância, já que a criança transita continuamente entre esses dois espaços. Quando ambos transmitem mensagens coerentes de valorização, respeito e aceitação, cria-se uma rede de estímulos consistentes, fortalecendo o desenvolvimento emocional e a percepção de si.

A participação ativa das famílias permite que as estratégias desenvolvidas na escola tenham continuidade em casa, promovendo segurança, afeto e confiança. Esse envolvimento estreita os vínculos familiares e favorece um ambiente saudável para o crescimento emocional e psicológico da criança, pois a família é quem melhor conhece seus traços únicos de personalidade e

trajetória. Essa troca de informações com a escola possibilita um olhar mais atento às singularidades de cada criança, tornando o trabalho pedagógico mais significativo.

Muitas vezes, as dificuldades relacionadas à construção de uma autoimagem positiva têm origem em experiências familiares ou em dinâmicas emocionais externas ao ambiente escolar. Por isso, quando há sintonia entre escola e família, torna-se mais fácil identificar e enfrentar esses desafios de maneira colaborativa. Essa parceria cria uma rede de apoio integral, essencial para o desenvolvimento saudável das crianças e para o fortalecimento de uma identidade positiva.

Como exemplo desse trabalho conjunto, uma das atividades mais marcantes envolveu o envio de um convite às famílias para que, junto das crianças, construíssem um autorretrato coletivo. A proposta buscava criar um momento afetivo e criativo entre familiares e pequenos. Foram enviados um caderno com a silhueta de um corpo humano, além de materiais variados — tecidos, giz de cera, lápis de cor (incluindo tons de pele), glitter, botões, lantejoulas e fitas.

Os resultados foram surpreendentes. As famílias, além de utilizarem os materiais fornecidos, também acrescentaram outros elementos que representavam melhor as características físicas e traços de personalidade das crianças. A cada semana, uma nova família era convidada a participar, e o entusiasmo foi tanto que muitas entregaram as produções antes do prazo estabelecido. Crianças e adultos demonstraram grande alegria ao expressar suas identidades por meio da arte.

Com o objetivo de ampliar a aproximação com diferentes manifestações culturais e valorizar a diversidade, a unidade educacional organizou Oficinas de Capoeira e Hip Hop. Ambas as expressões têm raízes profundas em culturas historicamente marginalizadas, como as afro-brasileiras e afro-americanas, e proporcionaram experiências ricas de aprendizado e pertencimento.

Ao participar dessas vivências, as crianças puderam conhecer de perto a riqueza cultural de seus ancestrais. O hip hop, por exemplo, é uma forma de arte que historicamente deu voz a comunidades marginalizadas, enquanto a capoeira combina luta, dança e música como símbolo de resistência e liber-

dade. Essas práticas fortaleceram a autoestima dos pequenos, oferecendo-lhes espaços para expressar quem são e para se conectarem com sua própria história e cultura.

Cada turma teve a oportunidade de vivenciar essas experiências, e o entusiasmo foi evidente. Na hora da saída, algumas famílias, encantadas com o envolvimento das crianças, comentaram: “As mães também querem aprender!”. Essa reação mostra como a valorização das próprias raízes estimula a participação e o orgulho coletivo.

Ao se envolverem com práticas ligadas à sua cultura, as crianças desafiaram estereótipos e construíram uma narrativa positiva sobre seu grupo étnico, aprendendo a se reconhecer como indivíduos com histórias e talentos dignos de respeito.

Além do fortalecimento da identidade e da valorização étnico-racial, atividades como a dança e a capoeira também contribuíram para o desenvolvimento físico e motor, promovendo agilidade, coordenação e resistência. Esses momentos favoreceram ainda a disciplina, a concentração e a cooperação, competências fundamentais tanto para o desenvolvimento pessoal quanto para a construção de uma autoimagem positiva e confiante.

CONCLUSÃO

O conjunto de experiências relatadas revela que a construção de uma autoimagem positiva e o fortalecimento da identidade das crianças são processos que exigem intencionalidade pedagógica, sensibilidade e, sobretudo, comprometimento coletivo. Ao longo do trabalho, foi possível constatar que o reconhecimento e a valorização da diversidade não se concretizam apenas por meio de discursos, mas se materializam nas práticas cotidianas — na escolha dos materiais, nas interações mediadas pelos educadores, nas propostas artísticas e nas oportunidades de diálogo com as famílias.

A partir da revisão bibliográfica realizada, tornou-se evidente que a implementação da Lei nº 10.639/03 na Educação Infantil requer ações pedagógicas planejadas, fundamentadas teoricamente e alinhadas às necessidades reais das crianças. O referencial teórico consultado, aliado à observação do contexto

escolar, forneceu elementos essenciais para compreender a importância do pertencimento étnico-racial desde a primeira infância e embasar as atividades práticas propostas. Assim, a articulação entre teoria e prática configurou-se como instrumento eficaz para promover experiências significativas e alinhadas aos princípios da educação antirracista.

Cada ação desenvolvida — desde a disponibilização de materiais com diferentes tons de pele, passando pelas atividades de autorretrato, até as vivências culturais com o hip hop e a capoeira — contribuiu para dar visibilidade às múltiplas identidades presentes no espaço escolar, reforçando a ideia de que cada criança é única, bela e merecedora de reconhecimento. Essas propostas, fundamentadas no arcabouço teórico apresentado, promoveram não apenas a expressão criativa, mas também o autoconhecimento, a empatia e o respeito às diferenças, elementos essenciais para a formação integral do sujeito.

O envolvimento das famílias mostrou-se igualmente fundamental para a consolidação desse processo. Ao participarem das propostas e dialogarem com a escola, tornaram-se parceiras ativas na construção de uma educação mais inclusiva e afetiva, fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade. Essa parceria possibilitou um olhar mais atento e acolhedor sobre as singularidades de cada criança, favorecendo o desenvolvimento emocional e social de maneira contínua e significativa.

A inserção de manifestações culturais afro-brasileiras e afro-americanas nas práticas pedagógicas também se revelou um caminho potente de resistência e de valorização da ancestralidade. Tais vivências, fundamentadas teórica e metodologicamente, ampliaram o repertório cultural das crianças e contribuíram para desconstruir estereótipos e preconceitos, reafirmando o compromisso da escola com uma educação que respeita e celebra as diferenças.

Dessa forma, reafirma-se que uma Educação Infantil comprometida com a diversidade étnico-racial deve oferecer às crianças espaços de escuta, expressão e reconhecimento. É por meio dessas experiências significativas — planejadas à luz da revisão bibliográfica e vivenciadas de maneira sensível e intencional — que elas aprendem a valorizar a própria história, a respeitar o outro e a se reconhecer como parte ativa de uma sociedade plural.

Portanto, o trabalho aqui desenvolvido demonstra que educar para a identidade e para a valorização da diversidade é também educar para a cidadania, para o respeito e para a convivência democrática. Quando a escola assume o compromisso de promover o autoconhecimento e o orgulho de ser quem se é, ela não apenas ensina conteúdos, mas forma seres humanos mais empáticos, conscientes e seguros de sua própria beleza e potencial. Essa articulação entre fundamentação teórica e práticas pedagógicas confirma que a implementação da Lei nº 10.639/03 na Educação Infantil é não apenas possível, mas necessária e transformadora.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, CHIMAMANDA N. O perigo de uma história única; tradução Julia Romeo – 1ª. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BRASIL. Lei nº 10.639, de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática: “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 16 de outubro de 2024.

Campinas. Caderno Curricular Temático Educação Básica: ações educacionais em movimento relações étnico-raciais afrobrasileiras: subsídios à ação educativa / Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria Municipal de Educação.– Campinas, SP: Prefeitura Municipal de Campinas-SP, 2021. CARINE, BÁRBARA. Como ser um educar antirracista. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

CAPÍTULO 2

UM OLHAR SOBRE A PEDAGOGIA ANTIRRACISTA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monalisa Raymundo Barbosa

Rosane Cristina de Oliveira

Doi: 10.48209/978-65-5417-626-1

Resumo: A proposta deste trabalho é discutir os desafios e as possibilidades da implementação de práticas antirracistas na Educação Infantil, a partir de análise teórica alicerçada nos estudos sobre formação docente, relações étnico-raciais e a efetivação das Leis 10.639/03 e 11.645/08. O artigo enfatiza a importância da formação de professores como eixo central para o desenvolvimento de uma pedagogia antirracista, destacando o papel da intencionalidade pedagógica e da representatividade nas práticas educativas. Do ponto de vista teórico, este estudo alicerça nos seguintes autores: Nilma Lino Gomes (2012; 2017), Eliane Cavalleiro (2001), Kabengele Munanga (1999), entre outros. Metodologicamente optou-se por pesquisa de orientação teórica, discussão bibliográfica e análise das leis 10.639/03 e 11.645/08. Conclui-se que a efetivação de uma educação antirracista direcionada para a educação infantil depende de políticas públicas sólidas, formação de professores continuada e práticas cotidianas que reconheçam e valorizem a pluralidade étnico-racial.

Palavras-chave: Educação Infantil. Antirracismo. Relações Étnico-Raciais. Formação Docente. Diversidade.

INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste trabalho é dialogar sobre a importância da pedagogia antirracista e formação de professores na educação infantil, tendo como elemento fundamental de análise as leis 10.639/03 e 11.645/08.

Historicamente, a educação destinada às crianças no Brasil esteve atrelada ao assistencialismo pautado na tentativa de criar creches, asilos e orfanatos.

O intuito, de acordo com Paschoal e Machado (2009, p. 82), era “auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e as viúvas desamparadas”. Durante o século XIX, especialmente nas últimas décadas, pós abolição e Proclamação da República, não houve atenção à infância ao longo do processo migratório para os grandes centros urbanos. As poucas estratégias estiveram voltadas para o combate aos altos índices de mortalidade infantil. Neste sentido,

As tendências que acompanharam a implantação de creches e jardins de infância, no final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX no Brasil, foram: a jurídico-policial, que defendia a infância moralmente abandonada, a médico-higienista e a religiosa, ambas tinham a intenção de combater o alto índice de mortalidade infantil tanto no interior da família como nas instituições de atendimento à infância. (Paschoal e Machado, 2009, p. 83)

É importante ressaltar que, no caso brasileiro, a atenção à infância fora do ambiente privado doméstico foi marcada pela necessidade crescente de inserção das mulheres no mercado de trabalho, o que significou o aumento das demandas por instituições de atendimento à infância, as chamadas creches. Por outro lado, reivindicações políticas advindas, por exemplo, do movimento feminista, enfatizou que as creches deveriam ser direito de todas as mulheres, independente de sua classe social. Nesta perspectiva, dos anos 1970 em diante, observou-se o crescimento de instituições voltadas para a infância por parte do poder público. (Paschoal e Machado, 2009)

Somente após a promulgação da carta constitucional de 1988 que, de fato, observou-se a garantia do direito à educação nos moldes constitucionais: educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até 5 anos de idade.¹ A partir do final dos anos 1980, portanto, a educação infantil assumiu um lugar de destaque no processo de formação de professores e construção de estratégias de ensino-aprendizagem.

Portanto, este artigo propõe refletir sobre os desafios da prática antirracista na educação infantil, com foco na formação docente e na construção de práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade e combatam o racismo des-

¹ Para ler a constituição na íntegra, acesse: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

de os primeiros anos escolares. O texto também apresenta sugestões de ações pedagógicas concretas que possam contribuir para o fortalecimento de uma pedagogia da igualdade e do respeito.

DESENVOLVIMENTO

A educação infantil constitui o primeiro espaço institucional de socialização e aprendizagem das crianças. É nesse ambiente que as experiências iniciais de convivência, afeto e reconhecimento do outro se consolidam. Por isso, o modo como a diversidade e as diferenças são abordadas na escola influencia diretamente a construção das identidades e das percepções que as crianças desenvolverão sobre si mesmas e sobre o mundo.

Neste ponto, as leis federais 10.639/03 e 11.645/08 são importantes para a educação brasileira, pois orientam o currículo no campo do reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial. Estas leis alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96), tornando obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo da educação básica.

A lei 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003, inseriu o Art. 26-A e um novo parágrafo ao art. 39 da LDB, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em todo o currículo escolar, especialmente nas áreas de Educação Artística, Literatura e História do Brasil. O principal objetivo desta lei é combater o racismo estrutural e o mito da democracia racial, ao promover a igualdade de condições e o reconhecimento da contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros para a formação social, econômica e cultural do país.

A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, manteve a essência da Lei nº 10.639/03, mas a ampliou para incluir a História e Cultura Indígena. Essa alteração demonstrou um reconhecimento de que o racismo e a invisibilidade histórica no Brasil não se limitam à população negra, abrangendo também os povos originários.

Embora as respectivas leis possam ser observadas como um avanço significativo no enfrentamento do racismo estrutural, alguns desafios persistem:

a falta de formação adequada de professores, a escassez de materiais didáticos que fujam do viés folclórico e o próprio preconceito institucionalizado.

O racismo estrutural está impresso na educação brasileira a partir de algumas perspectivas. De acordo com Silvio Almeida (2018), o racismo é estrutural porque faz parte da estrutura social e, portanto, não se trata de desvio moral ou falha no campo institucional. O racismo estrutura o Estado e a dinâmica da sociedade brasileira, sustentando hierarquias raciais e naturalizando desigualdades. Outro fator a ser observado é a chamada democracia racial que, desde fins do século XIX é um instrumento de mascaramento das questões raciais. Tal mascaramento ocorre na difusão de que o Brasil é um país harmônico e miscigenado, corroborando com a manutenção do negro em posição subalterna. Esta forma de naturalização compõe o núcleo do “racismo à brasileira”.

Do ponto de vista educacional, Gaia & Scorsolini-Comin (2020), enfatizaram que racismo e educação são indissociáveis no Brasil. Para os autores, desde o período colonial, os negros foram impedidos de frequentar as instituições de ensino (por lei) e, tanto no império quanto na primeira república, os negros permaneceram à margem através de mecanismos simbólicos e econômicos de exclusão. Outro fator inscreve-se no currículo e nos materiais didáticos que, durante um longo período (até a promulgação das Leis 10.639/03 e 11.645/08), reproduziu a ideologia branca eurocêntrica ao contar a história a partir da ótica do colonizador. Este processo configura o chamado epistemicídio, que configura uma forma eficaz de eliminação de saberes e esquecimento em torno da memória negra. Neste ponto, os autores argumentam que,

Pode-se compreender que há no Brasil uma estrutura que separa não apenas brancos e negros, mas uma estrutura que visa homogeneizar o modo como a história do negro é narrada, sobretudo na escola. Em escolas com alunos em sua maioria brancos, a história do negro pode emergir como um conteúdo discrepante: por que estudar esse conteúdo, se não temos negros na escola? Em escolas periféricas, a história narrada nem sempre faz sentido ao interlocutor, uma vez que se trata de um conteúdo produzido para explicar uma assimetria que não é problematizada, mas aceita como história. (Gaia & Scorsolini-Comin, 2020, p. 223-224)

Em relação à formação de professores, é interessante destacar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para

o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Parecer CNE/CP 3/2004 e Resolução CNE/CP 1/2004²), que oferecem práticas para a aplicação das leis, fornecendo uma base teórico-metodológica e uma orientação para a formação docente.³

De acordo com Gomes (2012), as transformações no campo do conhecimento, especialmente nas ciências humanas, as discussões sobre o espaço escolar e os atravessamentos históricos, culturais, sociais e políticos são fundamentais. O campo das relações étnico-raciais e a necessidade de pensar a descolonização dos currículos na atualidade estariam, para a autora,

quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento. Eles chegam com os seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias. (Gomes, 2012, p. 99)

Gomes (2012), salienta que a partir da LDB, alterada pela Lei n. 10.639/033, a descolonização dos currículos tornou-se fundamental. Os movimentos sociais alavancados pelas minorias, os debates políticos e a inserção de diretrizes institucionais e constitucionais como resposta às demandas por justiça social, equidade de gênero, entre outros, tornaram urgente repensar as diretrizes curriculares. Assim,

A compreensão das formas por meio das quais a cultura negra, as questões de gênero, a juventude, as lutas dos movimentos sociais e dos grupos populares são marginalizadas, tratadas de maneira desconectada com a vida social mais ampla e até mesmo discriminadas no cotidiano da escola e nos currículos pode ser considerado um avanço e uma ruptura epistemológica no campo educacional. (Gomes, 2012, p. 104)

Entretanto, como apontam Nilma Lino Gomes (2017) e Eliane Cavalleiro (2001), a existência da lei não garante sua efetivação, pois é necessário compreender a educação antirracista como um processo contínuo de

2 Para ler a Resolução CNE/CP 1/2004 na íntegra, acesse: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>

3 Para ler o documento completo, acesse: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/etnico_racial/pdf/diretrizes_curriculares_nacionais_para_educacao_basica_diversidade_e_inclusao_2013.pdf

formação e transformação, que envolve o compromisso das instituições e dos sujeitos que nela atuam.

A criação da Lei 10.639/03 ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e da Lei 11.645/08 incluiu, também, a história e cultura indígena. Este processo foi importante para gerar maior equidade nos espaços de educação formal.

Neste sentido, de acordo com Nilma Lino Gomes (2017, p. 53), “não basta que a lei exista; é preciso que ela viva nas práticas, nos currículos e nas relações dentro da escola”. Nesta perspectiva, a educação antirracista não é uma meta que se alcança de uma vez, mas um caminho a ser trilhado, um processo contínuo de formação, escuta e transformação.

Eliane Cavalleiro (2001), corroborando com Nilma Lino Gomes, salientou o aspecto objetivo e silencioso que também configuram o racismo. Para a autora, “nem sempre aparece em palavras ofensivas, mas se revela nos silêncios, nas ausências e nas pequenas exclusões que passam despercebidas”. (p.59)

A discussão sobre práticas antirracistas na educação infantil exige compreender o racismo como fenômeno estrutural e histórico, que atravessa a formação da sociedade brasileira e se manifesta em diferentes espaços, inclusive nas escolas. Neste ponto, Kabengele Munanga (1999) enfatizou que o racismo brasileiro opera de forma velada, sustentado por um mito de democracia racial que mascara as desigualdades e impede o reconhecimento das práticas discriminatórias. Esse mito está presente nas relações escolares, onde, muitas vezes, a diferença é tratada como problema ou é invisibilizada. O racismo não é um “erro” isolado, nem um episódio distante ele é uma estrutura que atravessa séculos, molda relações e ainda habita os espaços que deveriam acolher com igualdade, como a escola.

De acordo com Kabengele Munanga (1999), pensar a questão racial no Brasil tem várias implicações, entre as quais a discussão sobre a ambiguidade em torno da mestiçagem. Embora a mestiçagem seja um fenômeno universal do ponto de vista populacional, no Brasil há, visivelmente uma separação entre negro e mestiço. Tal constatação, observada como ideológica, seria uma

estratégia por parte da elite brasileira eugenista visando o embranquecimento da sociedade. Ao discutir a mestiçagem como símbolo da identidade nacional, Munanga salientou que, na atualidade, os movimentos negros no Brasil caracteriza-se na “construção de uma sociedade plurirracial e pluricultural” que possa proporcionar solidariedade entre o “mulato” e o negro. Neste sentido,

Sem dúvida, o conceito de pureza racial, que biologicamente nunca existiu em nenhum país do mundo, se aplicaria ainda muito menos a um país tão mestiçado como o Brasil. No entanto, confundir o fato biológico da mestiçagem brasileira (a miscigenação) e o fato transcultural dos povos envolvidos nessa miscigenação com o processo de identificação e de identidade cuja essência é fundamentalmente político-ideológica, é cometer um erro epistemológico notável. Se, do ponto de vista biológico e sociológico, a mestiçagem e a transculturação entre povos que aqui se encontraram é um fato consumado, a identidade é um processo sempre negociado e renegociado, de acordo com os critérios ideológico-políticos e as relações do poder. (Munanga, 1999, p. 108)

Portanto, tomando as relações escolares como espaços de poder e fruto de processos ideológico-políticos, as discussões sobre currículo (conforme apontadas por Nilma Lino Gomes), são atravessadas pela temática racial. A democracia racial é contestada e impossibilitada, especialmente no cotidiano escolar quando, por exemplo, a diferença é tratada como um problema, quando a cor da pele é motivo de piada, quando os livros e murais mostram apenas um tipo de rosto, um tipo de cabelo, um tipo de herói.

Na educação infantil, os desafios se apresentam de diversas formas. A linguagem e a didática utilizada, torna-se essencial: na história contada, na boneca que se oferece, na palavra que se usa para falar de beleza e pertencimento. Entretanto, para Eliane Cavalleiro (2001), o silêncio sobre o racismo nas escolas é uma das formas mais cruéis de exclusão, pois impede o enfrentamento da discriminação e a valorização da identidade negra e indígena. O enfrentamento do racismo requer a incorporação da temática étnico-racial de forma transversal e contínua, integrando-a aos projetos pedagógicos, materiais didáticos e à rotina escolar.

Nesse sentido, a formação docente é central, pois, como afirma Nilma Lino Gomes (2017), a educação antirracista é um processo de conscientização

e de descolonização do pensamento, que desafia práticas e currículos tradicionais. Para a autora, a educação antirracista não acontece apenas em ações pontuais ou em datas comemorativas. Ela precisa ser um processo contínuo, que envolva toda a comunidade escolar e provoque mudanças reais nas formas de pensar, ensinar e se relacionar. Neste ponto, para a autora, a “reeducação” em torno de abordagens dos conteúdos curriculares e estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas pelo professor, são fundamentais.

Descolonizar a educação, enfatiza Gomes (2012) significa reconhecer que o conhecimento não vem apenas da cultura europeia, mas também dos saberes negros, indígenas e de outros povos que foram silenciados ao longo da história. Isso quer dizer valorizar diferentes vozes, questionar preconceitos e abrir espaço para novas perspectivas. Na prática, essa mudança aparece em ações como: promover formações que ajudem os educadores a refletirem sobre raça e privilégio; escolher livros, brinquedos e imagens que representem positivamente todas as crianças; planejar projetos que mostrem a força e a importância das culturas negras e indígenas; e garantir que a escola se comprometa, de fato, com a igualdade racial. Tudo isso deve acontecer de forma constante, como parte da rotina e da identidade da instituição, e não apenas em momentos isolados.

Petronilha Gonçalves e Silva (2004) reforça que a educação das relações étnico-raciais deve promover o reconhecimento da contribuição dos povos africanos e indígenas na formação da sociedade brasileira, estimulando o diálogo, o respeito e o conhecimento mútuo. Já Maria Aparecida Bento (2020) e Cida Bento (2014) alertam para a necessidade de compreender a branquitude como um lugar de privilégio que precisa ser problematizado nos processos de formação docente. reconhecer a branquitude é fundamental para que educadores compreendam como o racismo se reproduz de forma inconsciente nas práticas pedagógicas.

A formação docente, neste sentido, compõe um elemento fundamental para transformação socioeducacional. Entretanto, o racismo estrutural que está disseminado nas instituições educacionais é um dos desafios para a implementação de práticas pedagógicas antirracistas. Neste ponto, chamamos a atenção

para o letramento racial, como parte essencial na formação docente. De acordo com Pereira et al (2024, p. 8189),

O letramento racial, conceito que envolve a compreensão das desigualdades raciais, suas origens históricas e as implicações sociais contemporâneas, surge como uma ferramenta essencial nesse processo. Através do letramento racial, os professores são capacitados não só a reconhecer o racismo nas suas diversas formas, mas também a agir de maneira proativa para combatê-lo dentro e fora da sala de aula.

Além do letramento racial, Gomes (2012), chamou a atenção para os desafios enfrentados na formação de professores e as mudanças exigidas a partir da Lei n. 10.639/03. Para a autora, a relação entre

a formação de professores/as e as rupturas epistemológicas e culturais produzidas no contexto da Lei nº 10.639/03, entendida enquanto LDB e por isso mesmo obrigatória, nos leva a formular mais algumas questões desafiadoras: como lidar com a diversidade cultural e étnico-racial em sala de aula? É possível superar o modelo monocultural de conhecimento e de ensino? Juntamente aos autores Gonçalves e Gonçalves e Silva (2000, p. 62), podemos indagar: é possível aos professores e professoras incluir a equidade de oportunidades educacionais entre seus objetivos? Como socializar, por meio do currículo e de procedimentos de ensino, para atuar em uma sociedade multicultural? (Gomes, 2012, p. 105)

As indagações de Gomes (2012), feitas há pouco mais de uma década, continuam pertinentes. A formação continuada de professores e, especialmente os que atuam na educação infantil, exige diariamente diálogo e debates acerca da questão racial, diversidade e desigualdade. Esses elementos são constitutivos da dinâmica sociocultural brasileira e estão inseridas no cotidiano escolar.

Além das contribuições teóricas, os documentos oficiais brasileiros também orientam práticas voltadas à valorização da diversidade. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais (2004) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) reforçam o compromisso das instituições com a formação integral das crianças, destacando o direito à identidade e à diferença como dimensões fundamentais do desenvolvimento humano.

METODOLOGIA

O artigo tem caráter teórico, baseando-se em pesquisa bibliográfica e análise da legislação voltada para as questões raciais. A discussão se ancora em autores que refletem sobre o racismo na infância, as relações étnico-raciais e a formação docente.

A escolha por uma abordagem teórica justifica-se pela necessidade de compreender a questão racial em sua complexidade, reconhecendo que o racismo, especialmente na infância, não pode ser reduzido a números ou dados estatísticos. Trata-se de um campo sensível e subjetivo, no qual as práticas pedagógicas, as emoções e as representações sociais se entrelaçam de forma profunda. Assim, a análise bibliográfica permite revisitar marcos teóricos, documentos oficiais e estudos que contribuem para o entendimento das relações étnico-raciais no contexto da Educação Infantil, promovendo uma leitura crítica e contextualizada.

A pesquisa teórica, não se limita à descrição de conceitos, mas busca construir pontes entre o conhecimento acadêmico e a prática educativa. Ao propor reflexões que dialogam com a realidade dos professores e com as necessidades das crianças, o estudo reafirma a importância de uma pedagogia comprometida com a transformação social e com a construção de uma escola verdadeiramente antirracista.

DISCUSSÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A efetivação de práticas antirracistas na educação infantil enfrenta desafios estruturais e subjetivos. Entre os principais entraves estão a insuficiência de formação docente, a ausência de materiais pedagógicos representativos e a resistência de parte dos profissionais em abordar o tema racial. Como destaca Nilma Gomes (2017), o racismo institucional se manifesta quando as instituições silenciam diante de práticas discriminatórias ou não reconhecem as desigualdades raciais em seus currículos e metodologias. Esse silêncio reforça estigmas e nega às crianças negras e indígenas o direito à autoafirmação e à valorização de suas identidades.

De acordo com Nilma Gomes (2024, p. 21), na educação básica é notório o crescimento das discussões “sobre a urgência da educação antirracista e seu papel na superação de estereótipos raciais e no combate ao racismo. Discute-se cada vez mais o impacto do currículo escolar na construção das identidades de crianças negras e brancas, bem como a necessidade de mudanças estruturais nesse contexto.” Para a autora, as mudanças curriculares foram resultado, também, de décadas de luta do Movimento Negro Unificado (MNU) desde 1988. Outro ponto a ser destacado é o Movimento Negro Educador, responsável pelas mudanças significativas no “discurso de educadoras(es), políticos, intelectuais de diferentes pertencimentos étnico-raciais sobre esse tema – agora reconhecendo e defendendo essa transformação”. (Gomes, 2024, p. 22).

Outro desafio está na compreensão limitada da legislação. As leis 10.639/03 e 11.645/08 muitas vezes são interpretadas como obrigações pontuais, aplicadas em datas específicas, como o 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), sem conexão com o currículo permanente. Essa abordagem fragiliza a potência transformadora da educação antirracista, que precisa estar presente de forma transversal e contínua. A prática pedagógica deve romper com o modelo eurocêntrico que ainda predomina nas escolas e abrir espaço para o reconhecimento das epistemologias africanas, afro-brasileiras e indígenas.

Por outro lado, há educadores que têm protagonizado experiências inspiradoras, ao desenvolver projetos que valorizam a cultura negra e indígena, promovem a leitura de autores negros e utilizam brinquedos e materiais que refletem a diversidade. Essas ações demonstram que é possível construir uma educação infantil antirracista, desde que haja intencionalidade pedagógica e apoio institucional. A escola pode e deve ser um espaço de resistência, afirmação e produção de novas narrativas sobre a infância e sobre o Brasil.

SUGESTÕES DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS

A seguir, são apresentadas sugestões que podem orientar professores da educação infantil na construção de uma prática antirracista cotidiana, em consonância com os princípios da BNCC e das Diretrizes Curriculares Nacionais.

1. Representatividade nos materiais pedagógicos: escolher livros, bonecas, cartazes e recursos visuais que representem positivamente crianças negras, indígenas e de diferentes origens culturais. A imagem é um dos primeiros elementos de identificação na infância, e ver-se representado favorece o pertencimento e a autoestima.

2. Contação de Histórias Afro-Brasileiras e Indígenas: inserir no cotidiano narrativas que expressem a riqueza cultural e histórica dos povos africanos e indígenas. histórias como as de Exu, Iemanjá, Zumbi dos Palmares, Dandara, Sepé Tiaraju entre vários livros infantis, ajudam as crianças a compreenderem a pluralidade da sociedade brasileira e a valorizarem outras formas de sabedoria.

3. Projetos com as famílias: envolver famílias em atividades que explorem as raízes culturais e a diversidade das crianças. quando os responsáveis participam do processo educativo, a escola se torna um espaço mais plural e aberto ao diálogo sobre identidade e respeito.

4. Formação docente continuada: promover encontros de estudos, rodas de conversa e grupos de leitura sobre relações étnico-raciais. a prática antirracista exige atualização constante, autocrítica e comprometimento com a desconstrução de preconceitos.

5. Planejamento intencional: a dimensão antirracista deve estar presente nas propostas pedagógicas de forma transversal. é fundamental articular o tema aos campos de experiência da BNCC, integrando-o às práticas de linguagem, artes, corpo e movimento, natureza e sociedade.

Essas ações, embora simples, têm potencial transformador. a pedagogia antirracista não se resume a datas comemorativas ou discursos sobre diversidade; ela se concretiza na escuta sensível, nas escolhas pedagógicas e na forma como o educador se posiciona diante das diferenças.

CONCLUSÃO

Neste breve artigo, apresentamos uma discussão sobre as possibilidades de uma pedagogia antirracista na Educação Infantil, articulando a formação docente e as discussões em torno do currículo.

De orientação teórica, o trabalho está alicerçado nas contribuições de Nilma Lino Gomes, Eliane Cavalleiro e Kabengele Munanga, entre outros. Estes autores reafirmam as premissas de que a formação de professores constitui o elemento prático da mudança. Evidenciou-se que a superação do racismo na Educação Infantil transcende a mera inclusão formal de conteúdos, exigindo, sobretudo, a intencionalidade pedagógica e a promoção da representatividade nas práticas cotidianas.

A persistência de um currículo eurocêntrico e a ausência de um letramento racial na formação inicial e continuada de docentes funcionam como mecanismos de manutenção do racismo institucional, afetando diretamente a construção da identidade e da autoestima das crianças negras e indígenas.

Portanto, a efetivação de uma educação antirracista na primeira etapa da Educação Básica depende de uma articulação indissociável de três pilares: políticas públicas sólidas, que asseguram a fiscalização e o financiamento das diretrizes legais; a formação continuada de professores, que promove a reflexão crítica sobre a branquitude e apropriação teórico-metodológica; e, por fim, uma revisão das práticas cotidianas, pautada no reconhecimento, no acolhimento e na valorização da pluralidade étnico-racial brasileira.

Como contribuição, este estudo reforça a urgência de descolonizar o currículo da Educação Infantil, transformando-o em um espaço de celebração da diversidade, conforme preconizado pela legislação vigente. Sugere-se que futuras investigações avancem para a análise empírica das práticas pedagógicas em campo, mensurando o impacto direto da intencionalidade pedagógica na construção identitária das crianças e examinando as estratégias de formação utilizadas pelas redes municipais para o atendimento integral e qualitativo da legislação antirracista vigente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BENTO, Maria Aparecida. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

BENTO, Cida. A questão racial e o papel dos brancos na luta antirracista. In: Educação e Diversidade. São Paulo: Autêntica, 2014.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília: MEC, 2018.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar. São Paulo: Contexto, 2001.

GAIA, Ronan da Silva Parreira; SCORSOLINI-COMIN, Fábio. As encruzilhadas do racismo estrutural na educação do negro no Brasil. Revista África e Africanidades, Ano XIII, n. 35, agosto de 2020. Acesso em: 10/11/2025 Disponível em: <https://africaeaficanidades.com.br/documentos/0130082020.pdf>

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. Acesso em: 08/11/2025. Disponível em: https://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf

GOMES, N. L. Movimento Negro Educador, saberes emancipatórios e a construção de um projeto democrático. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 16, n. 4, p. 12–33, 2025. DOI: 10.46230/lef.v16i4.15207. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/15207>. Acesso em: 2 dez. 2025.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 33, p. 78–95, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i33.8639555. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>. Acesso em: 7 nov. 2025.

PEREIRA, Juliana do Nascimento; BATISTA, Wagner Roberto; MOURA, Leila Rendall dos Santos; GONÇALVES, Ana Maria da Silva; CLARO, Sushila Vieira; KNAK, Liane Diniz; GONÇALVES, Adriana Cristina Siqueira; MARCUCCI, Leandro. FORMAÇÃO DOCENTE E O LETRAMENTO RACIAL COMO MECANISMO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA. **LUMEN ET VIRTUS**, [S. l.], v. 15, n. 43, p. 8187–8195, 2024. DOI: 10.56238/levv15n43-041. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/2116>. Acesso em: 8 nov. 2025.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Educação das relações étnico-raciais: desafios e perspectivas. Brasília: MEC, 2004.

CAPÍTULO 3

EDUCAR PARA IGUALDADE: CAMINHOS ANTIRRACISTAS NA ESCOLA BRASILEIRA

Leonardo Sousa Brito

Uélia Almeida

Doi: 10.48209/978-65-5417-626-3

INTRODUÇÃO

A educação é uma das ferramentas mais poderosas no combate ao racismo, e a Educação Física, muitas vezes vista apenas como um espaço de movimento e lazer, também é um ambiente de construção de identidades, valores e convivência. É por meio dela que se formam noções sobre corpo, desempenho e pertencimento, e é justamente nesse campo que muitas práticas racistas se perpetuam de forma naturalizada, reproduzindo estereótipos que precisam ser revistos. Este trabalho caracteriza-se como um ensaio teórico-reflexivo, fundamentado em diálogo bibliográfico com autores que discutem racismo estrutural e práticas educativas.

Os autores, Luciano Nascimento Corsino, Dirce Djanira Pacheco Zan, Oliveira, Emilly de Andrade e Paulo Freire e Marcos Silva.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: IDENTIDADE, HISTÓRIA E RACISMO

O primeiro passo para trabalhar o antirracismo no Brasil é começar pela escola, mostrando aos jovens que eles fazem parte desse processo, seja pela própria negritude, pela ancestralidade do povo originário ou pelo fato de que grande parte das famílias brasileiras possui antepassados ligados à escravidão.

Como afirma Marcos Silva, ao discutir identidades raciais:

“Ignora o papel central que a identidade desempenha na coesão política, jurídica e histórica de grupos minorizados. Ao abrir mão desse conceito por falta de fundamento ontológico, corre-se o risco de desarmar

pragmaticamente tais grupos na luta por direitos, reconhecimento e proteção legal.”

Refletir sobre autodeclaração racial (negro, pardo, povo originário) é fundamental para que cada estudante compreenda os elementos que compõem sua identidade e como essas características se manifestam nas relações sociais. Nas palavras do mesmo autor:

“A imagem do negro concentrada no corpo e na ciranda não achataria também a singularidade da experiência do ser negro tanto quanto a ênfase exagerada na experiência intelectual na racionalidade moderna? Um intelectual negro que não dança ciranda, não joga capoeira e não tem ginga não é negro? E eu não sou um negro?” Silva Marcos

É fundamental que cada estudante se reconheça como sujeito dessa história, pois só assim suas vivências são validadas e ouvidas.

Também é necessário retomar o período pós-1888, destacando que a assinatura da Lei Áurea representou mais um documento formal do que a garantia de liberdade real. Sem acesso à terra, educação, moradia ou trabalho digno, muitos libertos foram obrigados a continuar servindo em condições semelhantes às da escravidão. Outros, recusando-se a permanecer nas mesmas estruturas, foram empurrados para regiões de difícil acesso, origem dos morros e periferias que ainda hoje são marcadas por desigualdades profundas, o que perpetua um racismo estrutural. O que gerou um racismo ambiental um processo estudado recente explica por que tantos jovens vivem em locais sem saneamento básico, sujeitos a enchentes, perda de bens, dificuldades de deslocamento e interrupções no acesso à escola.

Essa compreensão também passa por reconhecer as desigualdades que ainda marcam a juventude negra e periférica. Em 2014, por exemplo, 16,3% dos(as) jovens desse grupo precisavam conciliar estudo e trabalho, enquanto 5,7% trabalhavam exclusivamente; além disso, 50,4% estavam em ocupações sem vínculo formal e 36,9% tinham jornadas de 40 horas ou mais por semana, como apontam Luciano Nascimento Corsino e Dirce Djanira Pacheco e Zan. Esses dados evidenciam que trabalhar antirracismo é questionar por que ainda existe um racismo velado que impõe à população negra uma rotina exaustiva, como

estudar, trabalhar e cuidar da casa, quando, na teoria, sua obrigação principal por ser apenas estudar. Esse racismo enraizado principalmente o ambiental precisa ser problematizado pela escola, que deve intervir, contextualizar e gerar reflexão crítica

Compreender esse processo histórico nos permite refletir sobre a importância das políticas públicas. É essa reflexão que responde à pergunta: “Por que eu preciso delas?” Seja das cotas, do SUS, do Bolsa Família ou de outras políticas de proteção social, todas existem para reduzir injustiças estruturais produzidas ao longo do tempo, injustiças que não foram escolhidas pelas pessoas, mas impostas por um sistema desigual. Inclusive dentro dessa pauta podemos citar o racismo ambiental, que revela que 66,58% da população brasileira em áreas de risco são negras, segundo o site 1 alma Preta, é importante trazer esse recorte para que os jovens entendam que até o território que ocupam é um retrato de desigualdades sociais e raciais, esse termo foi criado em 1980 pelo Dr. Benjamim Franklin Chavis Jr.

Quando levamos isso aos jovens pensar sobre a sua realidade, uma realidade que não tem saneamento básico, que quando chove alaga e eles não conseguem ir para escola, além de perdem os móveis, o racismo está tão velado que não percebemos eles no nosso cotidiano. E por mais que pareça um assunto distante o racismo na escola e o ambiental ambos geram impacto na vida de jovens periféricos, que não se entendem como negros, não entendem sobre racismo, comentem racismo, sofrem racismo em diferentes níveis, mas por não reconhecerem a sua própria história e identidade. Gerando o racismo institucional que é o racismo que não grita, mas empurra. Ele aparece quando uma instituição não consegue oferecer o mesmo cuidado para todos, e quem sente isso são as pessoas negras não por um ataque direto, mas pelo modo como o sistema foi criado. Não é uma pessoa sendo racista diretamente, e sim o sistema que não acolhe, não atende e não olha para as pessoas negras do mesmo jeito. É sutil, mas dói e afeta tudo.

Dentro desse contexto observamos que o racismo, nem sempre se manifesta de forma explícita; muitas vezes ele aparece de modo silencioso. Basta observar o cotidiano escolar: quantos professores negros encontramos?

Por que ainda chamamos um único lápis de “cor de pele”? Como lembra o perfil A Negra Parda, “a educação antirracista exige ação, não apenas empatia.”

Como lembra Oliveira e Bruhn (2025), a construção da identidade racial saudável depende dos estereótipos que cercam a pessoa negra o que reforça a importância da escola como espaço de reconstrução simbólica.

DISCUSSÃO: VIVÊNCIAS, DESIGUALDADE E JUVENTUDE NEGRA

Fazer com que jovens se reconheçam como parte da história é o primeiro passo para romper estruturas racistas. Isso inclui refletir sobre território, condições de vida, oportunidades e como as desigualdades moldam suas trajetórias.

Dados de Corsino e Zan (2020) mostram que a juventude negra enfrenta rotinas exaustivas: estudar, trabalhar e cuidar da casa, muitas vezes em regimes precarizados. Esses números evidenciam que o racismo ambiental, institucional e estrutural atravessa a vida escolar, afetando motivação, permanência e autoestima.

Trabalhar antirracismo, portanto, é questionar por que jovens negros vivem uma sobrecarga que, teoricamente, não deveria existir.

PRÁTICAS ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO FÍSICA

O racismo estrutural se manifesta na Educação Física quando corpos negros são reconhecidos apenas por sua força, velocidade ou resistência, e não pela inteligência, técnica ou disciplina. Isso reforça uma visão limitada e desumanizadora, na qual o negro é visto como “forte por natureza” e o branco como “inteligente por mérito”. Essa leitura do corpo atravessa o cotidiano escolar, desde a escolha de times até o modo como professores e colegas interpretam o desempenho de cada aluno.

Nas séries *Todo Mundo Odeia o Chris* e *Colin in Black & White*, essa racialização é evidente: os personagens negros só são valorizados por suas habilidades físicas, como se a cor da pele definisse destino e potencial.

Através dos séculos o racismo foi além de ações de um ser humano contra outro e agora ele está inserido na trama do tecido que forma a sociedade. É fundamental reconhecer o papel de instituições na formação e manutenção de padrões sociais que subjagam negros a aceitar e reproduzir comportamentos e pensamentos racistas. E se o racismo se tornou algo tão intrinsecamente infiltrado no imaginário popular, é preciso que, para ser combatido, o antirracismo seja trabalhado de maneira grupal. Oliveira, Emilly de Andrade e Bruhn, Marília Meneghetti.

O racismo na Educação Física aparece nas escolhas e interações entre os alunos. É comum que meninos negros sejam considerados “bons de bola” apenas por sua cor de pele, enquanto meninas negras, muitas vezes, são deixadas de lado, escolhidas por último ou vistas como inadequadas para certas práticas. Essa exclusão silenciosa reforça a solidão da mulher negra e a ideia de que ela não pertence a determinados espaços, inclusive o esportivo. Ao mesmo tempo, o elogio aos meninos negros pelo desempenho físico também é um estereótipo, pois reduz suas capacidades à força corporal, ignorando o esforço, a técnica e a inteligência que o esporte também exige.

Práticas comuns em escolas, como cantar ou brincar de “Escravos de Jó”, carregam marcas históricas profundas. Ainda que muitas vezes reproduzidas sem intenção, as brincadeiras naturalizam a escravidão e reforçam um passado de dor e exploração como se fosse apenas parte do entretenimento infantil. É papel da escola, portanto, questionar o que se ensina por meio dessas atividades, contextualizando suas origens e promovendo reflexões sobre o significado de cada palavra e gesto.

Educação emancipadora é aquela que não aceita que a gente só repita o que já está aí. Ela quer despertar consciência crítica, autonomia e capacidade de enfrentar injustiças. Seguindo Paulo Freire, é uma educação construída no diálogo e na troca, onde professor e aluno aprendem juntos e transformam o mundo com suas ações. É educação para libertar, e não para domesticar.

Transformar essas brincadeiras em momentos de debate pode ser uma forma potente de reconstruir saberes e valorizar a cultura afro-brasileira de maneira respeitosa.

Um exemplo emblemático de preconceito presente nas escolas é o olhar sobre a capoeira. Embora reconhecida como patrimônio cultural brasileiro, muitas famílias ainda a rejeitam, repetindo frases como “meu filho não vai fazer capoeira, isso é coisa de macumbeiro”, esse tipo de fala revela o racismo religioso e intolerância religiosa e a desvalorização das práticas afro-brasileiras, que são vistas como inferiores ou perigosas. Incluir a capoeira nas aulas de Educação Física, porém, é reconhecer a resistência e a riqueza cultural do povo negro. Mais do que um jogo ou uma luta, ela é expressão de liberdade, ritmo e história um aprendizado que ultrapassa o movimento e alcança a consciência.

Dessa forma, a Educação Física tem um papel fundamental na formação antirracista. Para que isso aconteça, é preciso que professores se comprometam a repensar suas práticas, promovendo jogos cooperativos, atividades que valorizem diferentes corpos e espaços de diálogo sobre racismo e representatividade. Trabalhar com referências positivas de atletas negros e discutir como a mídia retrata esses corpos também é essencial para desconstruir estereótipos e fortalecer a autoestima dos estudantes. Um exemplo disso é um jogo apresentado pelas escritoras Emilly de Andrade Oliveira e Marília Meneghetti Bruhn, “Para iniciar a intervenção grupal foi realizado um aquecimento inespecífico no qual a diretora se apresentava e, em seguida, fazia uma introdução sobre a temática de relações raciais e o principal objetivo daquele encontro. Após tal introdução, iniciou-se um jogo de apresentação grupal com um rolo de barbante, em que cada pessoa falava a frase “meu nome é” e, ao completá-la com o próprio nome, agarrava um pedaço do barbante e jogava o novelo para que a próxima se apresentasse. Depois de todas as mulheres falarem seus nomes, foi realizada outra rodada, na qual foi solicitado que, antes de passar o novelo adiante, elas repetissem alguma palavra já lhe foi direcionada a elas por razão de sua cor ao completar a frase “já me chamaram de _____ em razão da minha cor”. A teia formada pelo barbante foi uma concretização das experiências que uniam a todos ali presentes como raça e como vítimas de uma sociedade racista.”

Combater o racismo na Educação Física não é apenas evitar atitudes discriminatórias, mas agir de forma consciente para transformar práticas e olhares. Educar o corpo é também educar o olhar e quando a escola entende isso, ela se

torna um espaço de verdadeira inclusão e transformação social. Ser antirracista, portanto, é permitir que cada aluno, independentemente da cor da sua pele, possa ser visto em sua totalidade: corpo, mente, história e potencial.

A PRESENÇA E A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NEGRAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

As mulheres negras sempre estiveram presentes nos espaços escolares e, conseqüentemente, nas aulas de Educação Física. Entretanto, sua participação, embora constante e significativa, nem sempre é reconhecida ou valorizada, o que configura um processo histórico e social de invisibilidade. Refletir sobre essa presença é fundamental para compreender como as desigualdades raciais se manifestam no ambiente escolar.

A presença das alunas negras nas aulas e em projetos esportivos, incluindo iniciativas escolares, atividades comunitárias e programas sociais, demonstra sua atuação ativa e diversa.

Apesar dessa participação expressiva, a presença das meninas negras não é suficiente para garantir reconhecimento ou representatividade. A invisibilidade manifesta-se de diferentes maneiras. Os padrões de corpo ideal difundidos no ambiente escolar ainda são fortemente baseados em modelos eurocêtricos, que desconsideram e marginalizam os corpos negros. Características como cabelo crespo e tranças também são alvo de comentários inadequados, preconceitos e regras escolares que não contemplam a diversidade étnico-racial. Além disso, há uma ausência significativa de referências de mulheres negras nos conteúdos de Educação Física, uma vez que atletas, professoras, pesquisadoras e dançarinas negras raramente são apresentadas como modelos ou fontes de conhecimento. Muitas alunas relatam experiências de racismo sutil ou explícito que afetam sua autoestima, sua relação com o corpo e sua participação nas atividades escolares.

Nesse cenário, a trajetória da atleta Beatriz Souza, judoca brasileira que conquistou a medalha de ouro nas Olimpíadas de Paris 2024, torna-se um exemplo relevante de representatividade e visibilidade para mulheres negras no esporte. Após sua conquista, Beatriz passou a receber maior reconheci-

to público, novos patrocínios e convites para palestras, tornando-se referência para crianças e jovens dentro e fora do judô. Porém, essa visibilidade também intensificou ataques racistas, nas redes sociais, revelando que o preconceito ainda é uma barreira constante. A atleta transforma essa exposição em força e resistência, utilizando sua voz para inspirar outras pessoas, fortalecer a luta contra o racismo e abrir caminhos para novas gerações. Sua história evidencia que a superação não se limita ao tatame e que a representatividade é fundamental no combate às desigualdades.

“Eu fico muito feliz de poder estar nessa posição hoje, a criançada adora, não perde a oportunidade de tirar foto, é uma loucura. Mas é muito bom poder ser referência, poder ser um exemplo ainda mais para a criançada, que é o futuro do nosso país, que é o futuro do nosso esporte.” ESMERIZ, André; CASTRO, Matheus. *Beatriz Souza*

Compreender a invisibilidade das mulheres negras na Educação Física implica reconhecer tanto sua presença quanto as barreiras estruturais e simbólicas que atravessam suas experiências. Valorizar suas histórias, talentos e referências é essencial para construir práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas e antirracistas no ambiente escolar.

CONCLUSÃO

Reconhecer a escola como um espaço estratégico na construção de práticas antirracista é essencial, e a Educação Física tem um papel central nesse processo. Muitas vezes vista apenas como um momento de “brincar”, essa área é, na verdade, um campo de formação de identidade, convivência e leitura crítica do mundo. É no movimento, no jogo e na interação que os estudantes percebem seu corpo, sua história e como as desigualdades atravessam suas experiências.

Ao longo do texto, observamos como o racismo estrutural se infiltra nas relações escolares, seja pela naturalização de estereótipos sobre corpos negros, pela ausência de representatividade ou pela repetição de práticas que carregam dores históricas. A Educação Física, quando orientada pela BNCC, pela Lei nº 10.639/2003 e por uma perspectiva freireana, deixa de ser apenas

um conjunto de atividades corporais e passa a ser um espaço de consciência, crítica e transformação.

A trajetória de atletas negras, como Beatriz Souza, reforça a importância da representatividade e evidencia que o esporte pode ser um espaço de potência, mas também de enfrentamento ao racismo. Ver mulheres negras ocupando lugares de destaque rompe silenciamentos e abre caminhos para novas gerações que, muitas vezes, não encontram referências dentro da própria escola.

Assim, quando a Educação Física abraça a diversidade, respeita os corpos, contextualiza as práticas e promove diálogos, ela se torna uma ferramenta poderosa na luta contra o racismo. Educar o corpo é também educar o olhar e uma escola que compreende isso torna-se, de fato, um espaço de inclusão, liberdade e justiça social.

Ser antirracista é permitir que cada estudante seja visto em sua totalidade: corpo, mente, história, território e potencial. É garantir que, dentro da escola, ninguém precise lutar sozinho para existir.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 jan. 2003. Acesso em: 27 nov. 2025.

CORSINO, Luciano Nascimento; ZAN, Dirce Djanira Pacheco e. Juventude negra, Ensino Médio e democracia: a luta pela escola. *Educar em Revista*, v. 36, e75337, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.75337>. Acesso em: 26 nov. 2025.

ESMERIZ, André; CASTRO, Matheus. *Beatriz Souza se apegava à visibilidade da medalha olímpica para combater racismo: “Vai ser uma luta que vamos ganhar”*. ESPN, 2 ago. 2025. Acesso em: 30 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

NETFLIX. *Colin em Preto e Branco* [série de TV]. Disponível em: <https://www.netflix.com>. Acesso em: 26 nov. 2025.

OLIVEIRA, Emilly de Andrade; BRUHN, Marília Meneghetti. A reconstrução grupal da identidade negra: um relato de experiência. *Revista Brasileira de Psicodrama*, v. 33, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v33.707>. Acesso em: 27 nov. 2025.

SERPA, Verônica. População negra é maioria em áreas com risco de desastres ambientais, aponta relatório. *Metro News*, 13 nov. 2025. Acesso em: 28 nov. 2025.

SILVA, Marcos. Resenha crítica de *Negritude sem identidade: sobre as narrativas singulares das pessoas negras*. São Paulo: Editora N-1, 2023. Publicado em 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fun/a/QNpsJJgSF66zQWLVzqw7mjn/?lang=pt>. Acesso em: 6 dez. 2025.

CAPÍTULO 4

O AFROFUTURISMO NAS TELAS DO YOUTUBE: UMA POTENCIAL PRÁTICA EDUCATIVA DIGITAL AFROCENTRADA

Iury Gabriel Amorim de Araújo
Doi: 10.48209/978-65-5417-626-4

INTRODUÇÃO

No atual século, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) constituem um importante fator de impacto na vida da população e têm caracterizado diferentes práticas sociais inerentes às demandas da vida social, do trabalho, da educação, dentre outros (Martins; Santana; Fialho, 2014). Elas são componentes do cotidiano de grande parte da população em suas diferentes esferas e possibilitam interações sociais antes não possíveis devido às limitações tecnológicas de outrora.

Nesse cenário, o *YouTube* foi criado como uma grande plataforma virtual e rede social, que possibilita a disseminação de ideias, conhecimentos e informações de diversas naturezas, de forma menos burocrática e sem excessos de formalidades. Como explica Ribeiro (et al., 2021), o *YouTube* rompe com a barreira da limitação da condicionante acadêmica, enquanto detentora da disseminação de ideias legítimas.

Em relatório de impacto sobre o uso do *YouTube* por brasileiros no ano de 2020, a *Oxford Economics* constatou que a plataforma se caracteriza como um local de aprendizado e aprofundamento de conhecimento. No mais, tem sido amplamente utilizada por alunos e professores, tanto para consumo de mídia de interesses pessoais, quanto por interesses profissionais (Oxford Economics, 2021). Conforme essa pesquisa, 100% dos alunos consultados maiores de 18 anos de idade utilizam a plataforma como apoio na realização de tarefas e estudos; 99% dos usuários consultados relataram utilizá-la para obter informações

e conhecimento (Oxford Economics, 2021). Isso indica que o *YouTube* tem superado cada vez mais as fronteiras do entretenimento e tem alcançado níveis maiores de importância na educação da população brasileira.

Essa afirmativa se fortalece na medida em que se compreende que os sujeitos constroem ou selecionam modos próprios de buscar conhecimentos e informações (Candau, 2014). Tal realidade abre espaço para o pensamento de que os sujeitos que desejam disseminar suas ideias com objetivo de educar a população em larga escala também podem buscar diferentes modos de exposição.

Além disso, pesquisas em torno do *YouTube*, na Educação, indicam que, na última década, as práticas e pesquisas nessa plataforma como ferramenta de aprendizagem têm sido uma constante (Jungles; Gatti, 2019; Oliveira; Momo, 2021). Diante disso, tornou-se crescente o interesse em investigar a possibilidade de existência de uma prática educativa digital na mesma, visto o impacto que ela tem proporcionado na vida de brasileiros e sua potencialidade de proporcionar ações interativas. Destarte, um primeiro aspecto de suma importância para esta pesquisa emergiu: o *YouTube* como potencial espaço para construção de práticas educativas digitais, com objetivo de educar a população, ou, parte dela.

Para tanto, fez-se necessário, nesta pesquisa, considerá-lo como uma plataforma conectada à rede mundial de computadores, capaz de fazer circular materiais audiovisuais que possibilitam processos comunicativos e sensoriais multidimensionais, que articulam imagem, sons, estabelecem sequências e movimentos. Logo, recursos que “[...] desenvolvem formas sofisticadas de comunicação sensorial multidimensional, de superposição de linguagens e mensagens, que facilitam a aprendizagem e condicionam outras formas e espaços de comunicação” (Moran, 1994, p. 235).

O *YouTube* constitui-se ainda, de uma ferramenta que pode possibilitar aos seus produtores e internautas conectados via *internet*, simultaneamente ou não, “[...] expor a opinião, produzir informação, debates, conteúdos científicos, educacionais, humorístico, entre outros [...], [sendo um instrumento] útil para a compreensão das relações sociais, evolução das tecnologias e das mídias” (Almeida et al., 2016, p. 4 [grifo nosso]). E enquanto mídia social permite “[...]”

a troca de conhecimentos entre pessoas de diversos níveis sociais, educacionais, culturais, políticos e econômicos” (Ribeiro et al., 2016). Demonstra-se, portanto, como um espaço complexo e diverso para interações sociais.

Conforme Burgess e Green (2009), o *YouTube* construiu-se como um fenômeno de impacto no início do século XXI. Sua interface integrada permite, com facilidade, a publicação e o acesso, mesmo que o usuário não possua altos níveis de conhecimento técnico, possibilitando a conexão entre pessoas e grupos diversos, a interação e a circulação de opiniões acerca dos temas e produções próprias e de outros, estimulando uma cultura participativa. Percebe-se, de fato, que o espaço da sala de aula formal e presencial “[...] deixou de ser o único lugar de legitimação de saberes, pois existe uma multiplicidade de saberes que circulam por outros canais, difusos, descentralizados” (Martín-Barbero, 2008, p. 126).

Desse modo, é um espaço potencial para construções de situações de interação social e de mediações intencionais e, portanto, é também visto como um ambiente educativo e de formação. McLuhan (1998), nos ajuda a compreender ainda que, sendo uma rede social que se desenvolve no ciberespaço, o *YouTube* apresenta potencial de repercussão de práticas educativas na medida em que cria suas redes de interações sem fronteiras físicas e virtualmente conectadas.

Tais compreensões, uniram-se a crescente necessidade de respeito e legitimação dos conhecimentos das culturas africana e afro-brasileira em território nacional. Como explica Nascimento (2016): historicamente, a discriminação, as sucessivas tentativas de silenciamento e o embranquecimento cultural no Brasil tentaram – e ousa-se dizer que ainda tentam – forjar uma imagem da população negra como inferior, com o propósito de deslegitimar sua cultura, seu saber, sua ancestralidade.

Vale também a ressalva de que tal plataforma permite acessar um conjunto diverso de informações em torno de uma gama de assuntos, dentre eles, aqueles dedicados ao antirracismo, racismo estrutural e afrofuturismo. Temas antes nunca vistos em nossas trajetórias educacionais, tanto escolar, quanto em espaços de educação não-formais. Assim, por ser plataforma e rede social, o *YouTube* tem nos permitido frequentar espaços epistemológicos antes desco-

nhecidos e enxergar cosmovisões que o pensamento eurocêntrico arraigado nas instituições de educação, formais e não-formais, não nos permitiram alcançar.

Soma-se ainda, a percepção de que nos últimos anos tem sido crescente a disseminação da produção acadêmica e de conteúdos em torno da discussão dedicados à negritude, antirracismo e diversidades. Considerando-se, no entanto, tais temas legítimos e urgentes, visto o histórico silenciamento causado pelo racismo estrutural no Brasil, como explicitam Ribeiro (2019) e Almeida (2020). Rejeição que, por sua vez, gerou graves consequências, como a desinformação e a negação da oportunidade de letramento racial crítico para a população negra brasileira. Compartilha-se, assim, do entendimento de Ferreira (2015, p. 138) de que

Letramento racial crítico é refletir sobre raça e racismo, e nos possibilita ver o nosso próprio entendimento de como raça e racismo são tratados no nosso dia a dia, e o quanto raça e racismo têm impacto em nossas identidades sociais e em nossas vidas, seja no trabalho, no ambiente escolar, universitário, em nossas famílias, nas nossas relações sociais.

Nesse ínterim, o afrofuturismo surgiu como um elemento de notória necessidade de atenção e objeto de pesquisa, visto que é uma temática que não apenas se relaciona à importância da negritude, mas, primordialmente, chama atenção para sua permanente existência. Mais que isso, é importante trazer cada vez mais para o campo acadêmico explicações e discussões em torno de temas direcionados à negritude, uma vez que o campo das ciências constitui discursos de autoridade perante a sociedade que, muitas vezes, só são contestados por seus pares, como alerta Almeida (2020).

Portanto, é necessário que as discussões feitas por negros sobre a negritude ocupem lugar nas ciências. Tal movimento se configura como de suma importância, tanto por contribuir para uma melhor autocompreensão enquanto cientistas negros, quanto também por atribuir a esses temas *status* de importância acadêmica, social, política e cultural.

Por fim, esta pesquisa, que é resultado dos estudos de conclusão de curso de pós-graduação em Tecnologias Aplicadas à Educação, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, tomou por obje-

tivo compreender a produção e a disseminação de conteúdo em torno da temática do afrofuturismo no Brasil por meio da plataforma e rede social *YouTube*, enquanto prática educativa digital afrocentrada. Tece-se aqui, um convite ao leitor para compreender os passos teórico-metodológicos e de análise de dados que seguem.

ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O afrofuturismo é um elemento central nesta pesquisa e se configura como um item na multiplicidade de temas apresentados e disponibilizados no *YouTube*. Trata-se de uma temática de circunstancial importância às questões da negritude, visto que diz respeito a sua existência enquanto passado, permanência e futuro. Afrofuturismo pode ser compreendido como:

[...] um movimento estético-político que produz ficções especulativas visando criar novas possibilidades de futuros para as pessoas negras, suscitando assim duas necessidades urgentes. Por um lado, a necessidade de autoconhecimento (conhecimento sobre si mesmo no mundo, o que envolve o conhecimento sobre sua história). Por outro lado, a busca pela continuidade dessas populações diante do atual quadro de genocídio, encarceramento em massa e espistemicídio que essa população vivencia cotidianamente (Souza; Assis, 2019, p. 66).

Corroborando com tal premissa, ratifica-se também com o escritor Fabio Kabral (2017, p.4), quando afirma que:

O Afrofuturismo surge como uma nova possibilidade de narrativa para as pessoas negras, já que o (euro) futurismo não nos contempla. Os paradigmas ocidentais de ficção científica não foram concebidos para comportar nem pessoas de rosto africano e tampouco seu imaginário ancestral; ao contrário, tais paradigmas ocidentais tem por objetivo seguir com o embranquecimento espiritual e psicológico dos descendentes africanos.

E destaca-se ainda a apreensão de Silva, Santos e Amstel (2019, p. 148), quando explicam que afrofuturismo compreende

[...] uma linguagem oriunda do Movimento Negro; como forma de representação afrocentrada que procura visibilizar a comunidade negra e suas questões em variadas expressões perpassando o cinema, a música, a literatura, a dança, a moda e a fotografia. Utilizando de signos e códigos que se hibridizam com as construções de ficção científica, futurismo,

cultura sci-fi e a reconstrução da ancestralidade africana é desenvolvido uma imagem benéfica do corpo negro nessas produções.

Tais compreensões foram fundantes para nortear a nossa busca pelos documentos audiovisuais que serviram de fonte de pesquisa e para localizá-los no âmbito das práticas diversificadas e intencionais ligadas às questões da valorização dos povos e culturas africanas e diaspóricas. Esses dados contribuíram para que fosse possível entendermos que o afrofuturismo, enquanto pluralidade de ideias e práticas, remete não apenas a possibilidades e formas de existências negras em possíveis futuros, mas também pensar no autoconhecimento e autovalorização, enquanto corpos afrodescendentes já vívidos.

Suscita-se, entretanto, a ideia de que as manifestações afrofuturistas tecem no *YouTube* práticas educativas digitais afrocentradas. Compartilhando-se do entendimento apresentado por Asante (2003, p. 3) de que afrocentricidade corresponde a “[...] um modo de pensamento e ação no qual a centralidade dos interesses, valores e perspectivas africanos predominam. Em termos teóricos é a colocação do povo africano no centro de qualquer análise de fenômenos africanos”.

Em seu aspecto temático, esta pesquisa é, pois, uma escrita do confronto, na medida em que busca explorar primeiramente a temática do afrofuturismo nas vias do *YouTube* pela explicação de sua própria existência proposital e educativa, de epistemologia própria e de direito. Ou seja, considerar uma episteme sem as correntes dos pensamentos fundantes eurocêntricos, embora tenha-se que admitir que, em seu aspecto estrutural, ainda obedeça a identidade disciplinar da escrita acadêmica e, em alguns momentos, dialogue com conceitos não decoloniais, o que aproxima a pesquisa de uma perspectiva inter-cultural, ou de uma inter-epistemológica entre o pensamento ocidental e não-ocidental, conforme as explicações de Mignolo (2008). A partir dos conceitos e compreensões apresentados, pode-se compreender melhor as práticas educativas que se criam no *YouTube* em torno da temática do afrofuturismo.

Metodologicamente, esta pesquisa, de abordagem qualitativa, buscou compreender a produção e a divulgação de conteúdo em torno da temática do afrofuturismo observada na plataforma *YouTube* como prática educativa digital

e afrocentrada. Como nos explicam Silveira e Córdova (2009), as pesquisas nessa abordagem preocupam-se com a compreensão de um grupo social e de sua realidade a partir de suas próprias dinâmicas sociais. Assim, a comunidade intelectual negra, em suas diferentes interfaces (educativas, culturais, artísticas, acadêmicas etc.), ligada pelo interesse na temática em foco, delineia um grande grupo social que evidencia necessidades, objetivos e dinâmicas de enfrentamento à realidade.

A análise dos dados se deu através de duas categorias, que também se enquadram como conceitos fundamentais para a pesquisa, quais sejam: Prática Educativa Digital e Afrocentricidade. Foram delineadas, então, três etapas para esta pesquisa: A primeira consistiu na seleção do referencial teórico em torno dos temas Prática Educativa Digital e Afrofuturismo, como também, de um estudo da literatura que nos possibilitasse tecer considerações e discussões em relação às interfaces entre esses temas e o *YouTube*.

Na segunda etapa, realizou-se a coleta e a organização de dados durante o ano de 2022, quando a primeira fase da pesquisa ocorreu. Optou-se por manter neste trabalho apenas os dados coletados no início desse ano, tendo em vista que as fontes digitais disponíveis na internet são instáveis, podendo ser ocultadas, excluídas ou modificadas (Silveira, 2012).

Dessa forma, a pesquisa demonstrou um “retrato” daquele período. Ressaltando que é possível, a partir dos dados conservados nessa pesquisa, observar, posteriormente, a possível fluidez/modificações e permanências em torno do tema, isso em fases futuras da pesquisa, ainda em desenvolvimento.

Operou-se com o filtro de vídeos no *YouTube* utilizando os termos de busca “afrofuturo” e “afrofuturismo”. Os critérios de seleção e inclusão foram: conter um dos termos no título ou na descrição do material disponibilizado; ser uma produção nacional/brasileira. Já como critério de exclusão, delimitou-se a não detecção ou apresentação de nenhum dos termos de busca nas descrições ou títulos e materiais de origem internacional.

Em seguida, optou-se por organizar os dados em dois grandes grupos: Comunicações Orais (C.O.) ou Intervenção Artística (I.A.). Tal etapa de coleta

ocorreu no dia 1 de abril de 2022, o que justifica a possível ausência de materiais publicados após essa data ou mesmo retirados de circulação antes dela.

A terceira etapa consistiu na análise e discussão dos dados coletados. Assim, explicaram-se os elementos da prática de produção e divulgação de material audiovisual em torno da temática do afrofuturismo, percebidos através do *YouTube* à ótica dos conceitos e das categorias de análise delimitados anteriormente.

A PRODUÇÃO AFROFUTURISTA ECOA NO YOUTUBE

No ano de 2010, a publicação de uma entrevista com o músico brasileiro Naná Vasconcelos, realizada para o “Jornal Folha de São Paulo” e publicada no canal “Galeria Experiência”, representou um marco para a publicização de conteúdos afrofuturistas no *YouTube*. Pelo que foi possível identificar, dentre os vídeos ainda disponíveis até o segundo bimestre do ano de 2022, aquele vídeo marcou o início da exposição do tema, que anos depois se tornaria uma constante e crescente na plataforma.

Naná Vasconcelos adotou na sua entrevista e intervenção musical uma postura de otimismo e de instigação para que suscitássemos e indagássemos sobre o afrofuturismo. Para o artista, “afrofuturismo é liberdade de expressão, música alternativa que não tem compromisso com a mesmice” (Afrofuturo, 2010), o que demonstra o caráter inovador e mesmo pioneiro do artista entusiasta pelo tema.

Após essa publicação, notou-se um grande interstício sem a publicação de audiovisuais que destacassem a temática do afrofuturismo. O tema demonstrou ter ganhado força somente seis anos depois. Como pode-se verificar no gráfico abaixo (Gráfico 01) somente a partir do ano de 2016 que a temática começou a ganhar maior propulsão no *YouTube*, principalmente por meio da publicação de vídeos que registravam e expressavam manifestações artísticas que destacavam as características que a proposta inscreve.

Gráfico 1 – Quantitativo de vídeos com tema afrofuturista publicados no *YouTube*

Fonte: Gráfico produzido pelo autor a partir de dados coletados no *YouTube* em abril de 2022.

A partir do panorama dados coletados, notou-se a potencialidade da própria valorização da negritude. Inspirando nos escritos de Kabral (2017), foi possível considerar que eles comportam rostos africanos e seu imaginário ancestral. Nos anos seguintes a 2016, a proposta tentou manter-se, ganhando novos adeptos e circulação de novos produtos audiovisuais. Passou por um aumento mais significativo no ano de 2021, quando as comunicações orais de caráter mais explicativo, no que se refere aos aspectos conceituais, puderam ser notadas. Foi possível compreender nos dados coletados, que a produção audiovisual disponibilizada no *YouTube*, tocante ao afrofuturismo, apresentou pelo menos dois grandes grupos de formatos de exposição. No total, somaram 112 vídeos que juntos representam 62 horas de exposição audiovisual e, ao todo, deram o alcance de 147.716 visualizações à temática. O primeiro formato a ser destacado aqui, é o que se refere às *formas de Comunicação Oral (C.O.)*.

Por sua vez, essas se caracterizam por serem registros de exposições feitas por sujeitos que pesquisam academicamente sobre a temática e/ou que produzem literatura, audiovisual, moda e exposições diversas. Nesses, registram-se discussões e reflexões sobre o(s) significado(s) do afrofuturismo e suas diferentes manifestações. Em sua grande maioria, apresentam mulheres negras que, a partir de explicações em vídeos curtos: palestras, exposições em eventos acadêmicos, programas televisivos, entrevistas, documentários,

podcasts, defesas de trabalhos como teses e dissertações, apresentação de trabalhos de disciplinas de cursos de graduação e webséries, demonstram ao público o que é afrofuturismo e a sua importância. Tais comunicações orais totalizam 61,6% dos vídeos identificados.

Conforme as explicações de Silva, Santos e Amstel (2019), já neste primeiro conjunto de produções é perceptível uma diversidade de expressões afrofuturistas. O tema emerge de modo explícito e com o intuito de orientar a população, de informar do que se trata o tema em questão. Isso relaciona-se, ainda, ao fato de que esse grande grupo de produtores de conteúdos afrofuturistas, de forma intencional, encontraram no *YouTube* um modo de operar para tentar contribuir com a redução dos impactos negativos causados pelo projeto de embranquecer e deslegitimar a negritude. Esse que se configura como um meio de tentar inferiorizar a população negra (Nascimento, 2016; Gomes, 2019).

Os dados coletados demonstram também que os debates em torno do afrofuturismo têm buscado formas de se manter nos espaços acadêmicos, visto que parte dos vídeos publicados se trata de atividades promovidas por pesquisadores e instituições de ensino superior. Esses grupos demonstram ter enxergado no ciberespaço um modo interconectado telepresencial de diálogo, como explica Levy (2018). Ou seja, uma forma de construir e divulgar conhecimentos sobre o afrofuturismo enquanto objeto de interesse científico, o que demonstra que o *YouTube* tem se configurado como um espaço de interação e fortalecimento social e acadêmico em prol da causa afrofuturista.

Destaca-se também, o considerável aumento no quantitativo de vídeos desse primeiro grande grupo (Comunicações Oraís) entre os anos de 2020 e 2021. Em parte, esse crescimento se deve ao acréscimo de gravações promovidas por universidades que encontraram no *YouTube* uma alternativa de manutenção das suas atividades acadêmico-científicas durante esse período em que foi imprescindível o isolamento social devido os impactos da Pandemia da COVID-19. Foram 15 publicações de gravações de transmissões de eventos científicos, defesas de trabalhos de conclusão de cursos de *pós-graduação e aulas de disciplinas* acadêmicas. Isso evidencia que a plataforma demonstrou ser uma potencial ferramenta para construção do conhecimento e estabelecimento de

sociabilidades em torno de temas científicos no Brasil durante o período pandêmico (Silva; Satler, 2021); como também se caracterizou como um espaço para constituição e reconfiguração de discursos sobre a negritude (Santos, 2019). Mais que isso, pode ser interpretado como um lugar encontrado pela negritude para disputar posição no espaço acadêmico, ou seja, como lugar de resistência.

O segundo grupo de formato de exposições afrofuturistas registradas nesses vídeos corresponde ao que denominou-se como Intervenções Artísticas (I.A.). Essas representam 38,4% das formas de apresentação da temática afrofuturista nos vídeos disponibilizados no *YouTube*. Esses expressam declamações de poemas, *teasers* de eventos, documentários, programas televisivos, explicação sobre eventos diversos, *shows*, *clips* e faixas musicais afrofuturistas, performances teatrais, *liryc vídeos e curtas*. Tal diversidade de exposições artísticas se relaciona ao fato de que o afrofuturismo é múltiplo, pode ser manifestado pela literatura, como explica Kabral (2017), ou por diversas outras vertentes, como a música, dança, moda, fotografia, conforme explicitado por Silva, Santos e Amstel (2019).

Nessas obras, as expressões de inspirações africanas são vistas como belas, potenciais e representação de poder e dignidade de seu povo. Assim, a negritude toma a centralidade no discurso produzido e expressado pelos vídeos. Os valores e perspectivas africanas são predominantes, aspectos esses circunstanciais para a caracterização de uma prática afrocentrada (Asante, 2009).

O AFROFUTURISMO COMO PRÁTICA EDUCATIVA DIGITAL NO YOUTUBE

Enxergar a negritude é uma premissa fundamental para práticas antirracistas, como explica Djamila Ribeiro (2019). Assim, diante dos dados coletados, percebe-se a existência de tentativas de apresentar a negritude de forma positivada, seguindo na contramão da estrutura racista. É possível elucidar que os atores sociais produzem material audiovisual com vistas a explicar para a população o que é e qual a importância do afrofuturismo por meio de ambientes virtuais de comunidade e conexão em rede. Parafraseando a compreensão de educação de Libâneo (2001), é possível sugerir que se apropriar desses conhe-

cimentos é também se reconstruir, alcançando formas de conhecer e de construir o mundo de um modo que antes não seria possível sem esses fundamentos, saberes conceituais, técnicas e atitudes que os grupos socialmente engajados nos permitem acessar.

Ou seja, é possível, por meio das explicações e apreciações da arte e estética afrofuturistas, reconhecer a negritude em sua beleza, potencialidade, arte e cultura de importância social. Logo, a partir desse pressuposto, é possível destacar que, enquanto mediadores de saberes e de modos de ação, os diferentes sujeitos e grupos organizados atuantes no *YouTube* buscam demonstrar o poder da representatividade negra nos diferentes espaços sociais, artísticos, acadêmicos, políticos etc. A prática de divulgação de audiovisual afrofuturista compreende-se também como uma prática educativa, dado que ela se opõe a estruturas de pensamento racistas que interferem negativamente e diretamente na vida da população negra e busca (re)ensinar a população a apreender, de forma positivada, os caracteres das culturas africanas e afrodiaspóricas.

Seguimos em consonância com Rocha e Vaz (2021, p. 1041), quando explicam que o afrofuturismo associado à Educação se constitui como um potencial força motriz, é capaz de “[...] elevar a imaginação para além das convenções pré-estabelecidas da realidade, questionar o presente e criar outros parâmetros de expectativa para pessoas negras”. Ao considerarmos ainda a compreensão de Prática Educativa Digital apresentada por Martins, Santana e Fialho (2014), enquanto práticas sociais organizadas intencionalmente na *internet*, que influenciam na “organização de um novo sistema educacional ligado a uma rede de conexões múltiplas e que tecem múltiplos caminhos para o conhecimento e para a transformação social”, é possível enxergar a própria inserção da temática no *YouTube* como uma prática educativa digital, uma vez que tal movimento foi intencional e ocasionou uma alteração nas práticas sociais dessa rede. A crescente disseminação desse conteúdo em diferentes formatos significa que a estrutura social virtual contempla agora, por esforço da própria população negra, a sua cultura. Nessa direção, o debate sobre a existência passada, presente e futura das especificidades das culturas africanas e afrodiaspóricas, é uma realidade na referida plataforma virtual e que se propõe a fortalecer o movimento negro iniciando pelo aspecto da representatividade. Assim, enxergá-las nas telas do *YouTube* é, pois, uma proposta de reeducação do olhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de um histórico cenário racista e opressor brasileiro, sentir-se representado, reconhecer-se como sujeito histórico, de rica herança cultural e ancestral, é um importante avanço, pois traz à tona as violências sofridas pelo nosso povo e reconhece as diversas consequências e reverberações ainda na atualidade, como também para o futuro. Possibilita que a população negra, virtualmente conectada, consiga enxergar suas potencialidades positivamente. Isso é, de fato, um desafio e um objetivo com propósito educativo. Mas, para que isso ocorra, é necessário que a seja apresentada a referenciais que nos conduzam a tal fim. Assim, a disseminação da produção afrofuturista pelas vias do *YouTube* demonstra ser de grande valor educativo para nossa população negra.

O *YouTube*, principalmente a partir do ano de 2016, tem sido vislumbra-do como um espaço disseminador de ideias afrofuturistas, que se dedicam a explicar para a população o que é e qual a importância do afrofuturismo. Ou seja, a importância de imaginarmos um futuro em que a cultura negra exista como potência, de pensar um futuro em que o genocídio não se concretizou totalmente. Enfim, construir futuros em que se supere a estrutura racista que silencia, oprime, encarcera e enterra corpos negros. O afrofuturismo nas telas do *YouTube* se configura como um potencial de intervenção epistemológica, crítica e educativa. Por fim, este trabalho configura-se como um ponto inicial de compreensão do afrofuturismo educador no *YouTube* e sinaliza para uma diversidade de possibilidades de aprofundamentos da pesquisa acerca da continuidade da prática e do estudo pormenorizado dessas produções.

REFERÊNCIAS

AFROFUTURO. [S. l.: s. n.], 2010. 1 vídeo (1 min 51 seg). Publicado pelo canal **Galeria Experiência**. Disponível em: <https://youtu.be/MKP0t5-4dkQ>. Acesso em: 1 abr. 2022

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaira, 2020.

ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricidade**: A teoria de mudança social. Trad.: Ana Monteiro Ferreira. Philadelphia: Ed.: Afrocentricity, 2003.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **YouTube e a Revolução Digital**: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph, 2009.

CANDAU, V. M. Educação intercultural: entre afirmações e desafios. In. MOREIRA, A.F.; CANDAU, V.M. **Currículos, disciplinas escolares e culturas**. Petrópolis: Vozes, 2014.

FERREIRA, A. de J. **Letramento Racial Crítico Através de Narrativas Autobiográficas**: Com atividades Reflexivas. Ponta Grossa, Pr: Editora Estúdio Texto, 2015.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2019.

JUNGLES, D.L.V.; GATTI, A. Estado da Arte sobre o YouTube na Educação. **Revista Informação em Cultura**, v. 1, n. 2, 2019.

KABRAL, Fábio. Afrofuturismo Ancestralidade e protagonismo de rosto africano. **Revista Subjetiva**, online, 4 set. 2017. Disponível em: <https://medium.com/revista-subjetiva/afrofuturismo-ancestralidade-e-protagonismo-de-rosto-africano-e033e029b241>. Acesso em: 1 abr. 2022.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2018.

LIBÂNIO, J.C. Pedagogia e Pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 5. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

MARTINS, C. A.; SANTANA, J. R.; FIALHO, L. M. F. **Práticas educativas digitais**: uma história, uma perspectiva. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. Tradução de Décio Pignatari. 9 ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287-324, 2008.

MORAN, J. M. Influência dos meios de comunicação no conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, p. 233-238, 1994.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**. 3ed. São Paulo: perspectivas, 2016.

OLIVEIRA, N. M.; MOMO, M. . Dialogando com pesquisas sobre Youtube e educação. **Tear**: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, Canoas, v. 10, n. 1, 2021. DOI: 10.35819/tear.v10.n1.a4951. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/4951>. Acesso em: dezembro. 2021.

OXFORD ECONOMICS. **Relatório de Impacto: YouTube Brasil 2020**. Online: Oxford, 2021. Disponível em: <https://kstatic.googleusercontent.com/>

CAPÍTULO 5

ALÉM DO FEED: O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO RACISMO E À ESPETACULARIZAÇÃO DE FAVELAS NAS REDES SOCIAIS

Luana Martins Santos

Doi: 10.48209/978-65-5417-626-5

Resumo: O trabalho propõe uma análise crítica da complexa intersecção entre racismo estrutural, assistencialismo e a instrumentalização da pobreza nas redes sociais, utilizando a realidade de Jardim Gramacho para estabelecer uma analogia com o turismo em favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro. Este artigo utiliza o aporte teórico-empírico da dissertação de Mestrado da autora (PUC- Rio, 2021), que se aprofundou no território de Quatro Rodas, (Duque de Caxias-RJ). O estudo demonstra como a representação depreciativa de Gramacho, vista como “África Brasileira”, perpetua estigmas e desconsidera as diversidades locais. Além disso, revela-se que tanto a escassez de recursos em Gramacho quanto as belezas naturais da Zona Sul são exploradas para o voluntariado e o turismo, práticas por vezes incentivadas pelo Terceiro Setor. Essa exploração pode levar à autoafirmação de visitantes/voluntários, desumanizando indivíduos e perpetuando hierarquias. O artigo discute o papel ético do assistente social no Terceiro Setor para promover direitos e representação digna das favelas.

Palavras-chave: Redes Sociais, Racismo, Serviço Social, Terceiro Setor, Favela.

Abstract: The work proposes a critical analysis of the complex intersection between structural racism, welfarism, and the instrumentalization of poverty on social media, using the reality of Jardim Gramacho to establish an analogy with tourism in Rio de Janeiro’s South Zone favelas. This article utilizes the theoretical and empirical contribution of the author’s Master’s dissertation (PUC-Rio, 2021), which focused deeply on the Quatro Rodas territory, in Jardim Gramacho (Duque de Caxias-RJ). The study demonstrates how the depreciative representation of Gramacho, often seen as the “Brazilian Africa,” perpetuates stigmas and disregards local diversities. Furthermore, it is revealed that both the scarcity of resources in Gramacho and the natural beauties of the South Zone are exploited for volunteerism and tourism, practices sometimes encouraged by the Third Sector. This exploitation can lead to the self-a-

firmation of visitors/volunteers, dehumanizing individuals and perpetuating hierarchies. The article discusses the ethical role of the social worker in the Third Sector to promote rights and dignified representation of favelas.

Keywords: Social Media, Racism, Social Work, Third Sector, Favela.

O CRESCIMENTO DO TERCEIRO SETOR E O TURISMO EM FAVELAS: UM PANORAMA CONTEXTUAL

Nas últimas décadas, o voluntariado, motivado sobretudo pelas Organizações Não Governamentais (ONGs), experimentou um crescimento significativo no Brasil. Ambos os segmentos tornaram-se relevantes na provisão de serviços e no atendimento a diversas demandas sociais em múltiplos territórios. Vale ressaltar que a pandemia de COVID-19 impulsionou ainda mais esse engajamento. Dados da Pesquisa Voluntariado no Brasil 2021 (IDIS/Datafolha) revelam um aumento expressivo: 56% da população brasileira já possui experiência com trabalho voluntário. Desse total, cerca de 34% (aproximadamente 57 milhões de pessoas) atuaram ativamente em 2021, um salto notável se comparado aos 25% em 2011 e 18% em 2001. A pesquisa também destacou o aumento da atenção a alguns públicos beneficiados: famílias e comunidades, por exemplo, tiveram um forte crescimento, passando de 12% em 2011 para 35% em 2021.

Além disso, o número de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ativas no país ultrapassou 879 mil em 2023 (IPEA, 2024), evidenciando a capilaridade e a importância crescente do setor. A maior parte dessas organizações está concentrada na região Sudeste (42%). Movidos por diferentes motivações, esses grupos, por vezes, atuam onde o poder público é insuficiente, preenchendo lacunas e oferecendo apoio a populações cujas necessidades básicas são negligenciadas pelo Estado. No entanto, a massificação e a visibilidade dessas ações, especialmente impulsionadas pelas redes sociais, levantam questões importantes sobre as práticas adotadas e suas potenciais consequências para os territórios assistidos.

Paralelo a esse contexto, um fenômeno em ascensão é o da favela enquanto atração turística. Na capital fluminense, por exemplo, a Rocinha e o Vidigal chegam a superar pontos turísticos tradicionais como o Cristo Redentor em número de visitas (CBN, 2024). Embora essa prática seja frequentemente justificada como uma forma de “conhecimento do território” ou “troca cultural”, e até mesmo incentive a geração de renda para os próprios moradores, que muitas vezes atuam como guias turísticos das comunidades, essa exposição contínua levanta sérias questões sobre a espetacularização das fragilidades sociais dessas áreas, bem como das pessoas que nelas residem. No Rio de Janeiro, as favelas mais procuradas para visita concentraram-se na Zona Sul, como Rocinha, Vidigal, Santa Marta e Babilônia (Chapéu Mangueira), seguidas pelos Complexos da Maré e do Alemão, localizados na Zona Norte (O Globo, 2014).

Porém, outro destino procurado por quem pratica trabalho voluntário está localizado na Baixada Fluminense, mais precisamente no município de Duque de Caxias. Embora seja economicamente relevante, com a terceira maior população (IBGE, 2022) e a segunda maior arrecadação de ICMS no estado (Secretaria de Fazenda, 2024), Caxias apresenta um contraste gritante de desigualdades. Com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que denota grande preocupação e deficiências em saneamento básico (Instituto Trata Brasil, 2020), essa realidade é ainda mais evidenciada por dados recentes: O Índice de Progresso Social (IPS) Brasil 2025 analisou os 5.570 municípios brasileiros e constatou uma situação alarmante para Duque de Caxias. A cidade, embora seja a 4ª mais rica do RJ (com o 4º maior PIB do estado), figurou como a 2ª pior colocada entre todos os municípios do país com mais de 500 mil habitantes. No cenário estadual, entre as 92 cidades do Rio de Janeiro, ocupa a preocupante posição de número 84, com os piores indicadores em Saúde e Segurança.

É nesse município que se localiza o território de Jardim Gramacho, um local que, por 34 anos, abrigou o maior lixão da América Latina. É importante ressaltar que não se tratava de um aterro sanitário, pois, conforme a NBR 8419/1992 da ABNT, um aterro sanitário é uma técnica adequada de disposição de resíduos sólidos urbanos, projetada para minimizar danos à saúde pública e ao meio ambiente. A história de Gramacho, contudo, foi marcada pela intensa

poluição ambiental, com o vazamento de chorume¹ na Baía de Guanabara e a emissão de gases tóxicos que causaram inúmeros problemas respiratórios na população, além da evidente dependência econômica gerada pela atividade do lixo (Santos, 2021).

O fechamento do lixão em 2012 teve impactos devastadores, afetando cerca de 1.700 catadores (Bastos, 2014) que dependiam da economia local. Apesar de ainda receber material reciclável, a atividade e o número de catadores em Jardim Gramacho foram drasticamente reduzidos. Esse vazio deixado pela paralisação oficial, somado à precarização dos serviços essenciais, abriu espaço para a presença massiva de Organizações Não Governamentais (ONGs) no território (Santos, 2021). A pesquisa que fundamenta este estudo foi baseada em entrevistas com os sujeitos do território de Jardim Gramacho, como moradores, representantes de ONGs, líderes comunitários e trabalhadores de instituições públicas, bem como no acompanhamento de redes sociais por meio de *hashtags* de ações sociais realizadas em Quatro Rodas.

O OLHAR SELETIVO PARA AS FRAGILIDADES SOCIAIS E OS DESAFIOS DA TRANSPARÊNCIA NO TERCEIRO SETOR

Apesar do encerramento das atividades do lixão em 2012, Jardim Gramacho permaneceu marcado por profundas lacunas e pela persistente precarização dos serviços essenciais. Essa realidade, agravada pelo descumprimento das promessas de revitalização e reestruturação do território pelas esferas governamentais, criou um cenário onde a fragilidade do território passou a ser percebida e abordada de formas que levantam sérias questões éticas, especialmente quanto à transparência e à seletividade do olhar sobre suas fragilidades. Nesse contexto, a atuação das ONGs concentrou-se principalmente na distribuição de itens de primeira necessidade (cestas básicas, água, vestimentas, medicamentos básicos), na execução de ações para crianças e adolescentes (reforço escolar, esportes, atividades lúdicas, distribuição de brinquedos,

¹ Chorume: é o líquido proveniente da matéria orgânica em decomposição nos aterros sanitários. Por ser altamente poluente não pode ser disposto diretamente no meio ambiente, pois pode provocar a contaminação do solo, do lençol freático e de corpos d'água. É um resíduo escuro, viscoso e fétido e, também, atrai vetores de doenças, como moscas e roedores.

creches comunitárias) e em atividades sazonais em períodos comemorativos, como Páscoa, Dia das Crianças e Natal (Santos, 2021).

As ONGs Fixas possuem instalações no território, atuam diariamente no local, demonstrando maior percepção das demandas e buscando parcerias com as instituições, visando mudanças estruturais e a viabilização de políticas públicas. Por outro lado, as ONGs Volantes, operam principalmente nos finais de semana, entregando doações, contudo, elas demonstram menor conhecimento sobre o território e sobre os moradores. Embora suas ações pontuais supram necessidades emergenciais, não promovem a emancipação e a dignidade desejáveis aos moradores. A pesquisa da ONG TETO (2013) revelou a precariedade da infraestrutura em áreas como Quatro Rodas, em Jardim Gramacho, onde residem os moradores entrevistados na pesquisa: 91,6% das casas eram de madeira com banheiros a céu aberto, 93,6% tinham luz elétrica irregular e 74,8% não possuíam água encanada. É nesses locais de escassez de saneamento básico que as ONGs, especialmente as Volantes, preferem atuar. Contudo, essa intervenção se mostra superficial, falhando em compreender o território integralmente e reduzindo-o a uma visão limitada da parte em que a estrutura é precarizada.

Nesse contexto, emerge a metáfora dos “olhares” direcionados às comunidades. No caso das visitas turísticas às favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro, os olhares muitas vezes se voltam para as belezas naturais e paisagens exuberantes do topo da favela, o que leva alguns visitantes a afirmarem que “conhecem” por exemplo, a Rocinha ou o Vidigal, ignorando as reais dificuldades dos moradores, bem como a diversidade e complexidade socioeconômica desses territórios. Por outro lado, em locais como Quatro Rodas, os olhares são direcionados precisamente para a escassez. Em ambos os casos, a realidade multifacetada dos territórios visitados é negligenciada em prol de uma visão simplificada e instrumental.

Muitos responsáveis, voluntários ou representantes das ONGs que lideram e apresentam o território de Jardim Gramacho aos visitantes, frequentemente, perpetuam essa imagem caricata, ignorando que o território possui uma estrutura mais ampla, incluindo empresas, comércio, transportes, escolas e

uma rede de saúde que também fazem parte da realidade local. Esse discurso que resume o território às suas fragilidades pode, inclusive, ser interpretado pelos moradores como uma estratégia de arrecadação financeira por parte de algumas ONGs e pessoas físicas que atuam no território de Quatro Rodas. Tal visão negligencia as potencialidades locais e a capacidade dos moradores de desenvolverem iniciativas de autossustentabilidade.

Entrevistas realizadas em 2020, revelaram que a atuação de algumas ONGs, especialmente as Volantes, levantam questões sobre a ausência de prestação de contas de campanhas financeiras nas redes sociais. Apesar das ações pontuais suprirem necessidades imediatas, a falta de transparência sobre os fundos arrecadados e o uso contínuo da imagem dos moradores e do território geram profunda desconfiança e revolta. Conforme os relatos, alguns moradores acreditam que certas Organizações se aproveitam das imagens feitas no território para arrecadar fundos para uso pessoal.

“Dá muita revolta [...] Eu já passei por um problema desse. Um chinês eu acho veio, xxxxx era pequenininho e a xxxxx também era bebê, veio pediu foto, pediu várias coisas no meu nome nas redes sociais, nunca chegou até a mim e até agora eu não recebi nada, falou que ia me ajudar e cadê? Até hoje ele deve estar usando a minha imagem, aí gravou fez um monte de coisas falou que ia me ajudar e cadê? Por isso que eu tô falando Daí tem gente que só vem para tirar foto mesmo, mas a gente também precisa de tirar foto, porque se não tirar foto aquela pessoa não ajuda, entendeu? Aí fica uma coisa muito difícil.” (Entrevista Moradora 2 realizada em 09/12/2020)

O que atrai as ONGs para cá é a pobreza e eles ganham dinheiro às nossas custas. É porque eles chegam aqui e veem que a gente está precisando de uma cesta básica, a gente está precisando de uma água de uma roupa, aí eles aproveitam das fotos que eles tiram, pedem dinheiro nas redes sociais e a gente não vê o retorno.” (Entrevista Moradora 6 realizada em 09/12/2020)

Esses depoimentos demonstram que, embora as campanhas possam ser justificadas pela busca por ajuda humanitária, poucas organizações se dedicam à prestação de contas dos valores arrecadados ou ao encerramento transparente das campanhas online. Tal postura alimenta a percepção dos moradores de que a deficiência de recursos é instrumentalizada para a obtenção de vantagens, sem o devido retorno ou compromisso com a comunidade.

HERÓI OU VILÃO? Da “África Brasileira” ao Voluntariado e Turismo nas Favelas

Conforme elucidado por Almeida (2018), o racismo, em sua dimensão estrutural, é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade, sendo utilizado por ela como base para a reprodução de desigualdades e violências. Com isso, a lógica do racismo estrutural molda a vida social contemporânea e reflete profundamente na maneira como os territórios marginalizados são percebidos e abordados. Essa perspectiva pode permear tanto o voluntariado quanto o turismo das favelas, influenciando diretamente a exploração midiática das imagens dessas comunidades e resultando em visões simplificadas e instrumentais dos territórios.

No contexto das favelas, como as da Zona Sul do Rio de Janeiro, o fenômeno que as transforma em locais turísticos está intrinsecamente relacionado aos fatores raciais e de classe social de seus moradores. Embora esses espaços possam ser frequentados por pessoas de diferentes estratos sociais, a dinâmica inversa é notavelmente restrita: indivíduos de menor poder aquisitivo, especialmente pessoas negras, não usufruem do mesmo arbítrio de entrada e saída em áreas de maior poder aquisitivo da cidade do Rio de Janeiro, sem o risco de enfrentarem discriminação, abordagens arbitrárias ou crimes de racismo. Essa assimetria reflete a perpetuação de barreiras sociais e raciais que demarcam e controlam os espaços urbanos.

Paralelo às dinâmicas observadas em Quatro Rodas em Jardim Gramacho, a localidade recebe frequentemente turistas e voluntários de ONGs, igrejas e até estrangeiros, enquanto seus moradores enfrentam barreiras que dificultam o acesso a outras áreas do Rio de Janeiro, e até mesmo ao centro de Duque de Caxias. Além disso, o local ser pejorativamente comparado ao continente africano fortalece a escolha de ONGs para atuação no território, percepção essa ilustrada pela fala de uma representante da ONG Volante 2:

Eu já frequentei comunidade, eu tenho família que trabalha em comunidade, e ainda que as condições de comunidade sejam para alguns muito ruins, para maioria, não é tão ruim, quanto é em JG, não tem um saneamento básico, as casas não são de tijolo, é são barracos mesmo... Hoje em dia a

gente vê na comunidade uma evolução que lá não tem, entendeu? Então eu acho que as pessoas estão com uma consciência maior de que lá é a África brasileira.” (Entrevista ONGV2 realizada em 23/11/2020)

Essa visão estereotipada do território e suas fragilidades encontra um eco preocupante na maneira como Jardim Gramacho e seus moradores são retratados nas redes sociais. Uma análise da hashtag #JardimGramacho em 2020 demonstrou que o local e seus habitantes são frequentemente transformados em “atrações”, com fotos que destacam e exageram a carência de recursos. Por questões de segurança, não reproduziremos as imagens aqui, mas os relatos dos moradores evidenciam a manipulação visual e a indignação que essa prática gera:

É mas tinha foto absurda, muito absurda no Instagram. A criança chega com um machucadinho, daí vai lá tira a foto e coloca a foto do machucado, bota um texto enorme como se a mãe não cuidasse. Ai se tiver uma criança sentada aqui no chão na minha sala, comendo eles tiram foto deles sentados no chão e bota aquele efeito preto e branco pra mostrar que parece até... [ela sorri], a situação pior do que é. É assim que eles fazem. E eles acham maneirão. Aqui tem umas crianças “quebradas” mesmo, mas também não tem necessidade né? Coloca no chão, tira foto, pá. Eles tiram em qualquer lugar. As partes piores Por exemplo, se tiver um chiqueiro ali do lado, a criança aqui tá do lado, eles colocam quase dando junto com o chiqueiro pra postar tá? E assim vai Algumas ONG’s são boas e tal Mas tem outras que só Jesus!” (Entrevista M6 realizada em 09/12/2020)

Essa manipulação visual, descrita de forma tão impactante pelos moradores, serve para solidificar um estereótipo que, muitas vezes, é diretamente atrelado a comparações de cunho racista. Um exemplo frequente é a analogia de Jardim Gramacho com o Continente Africano. Essa comparação, feita por voluntários e representantes de ONGs, reduz um continente inteiro às suas fragilidades econômicas e sociais, ignorando sua diversidade e vastas riquezas culturais, belezas e potências. Assim como partes dos territórios africanos, Quatro Rodas sofre com a lógica da “vitrine da pobreza”, termo defendido por Ananya Roy (2017). Para a autora, favelas ou territórios historicamente fragilizados tornam-se itinerários turísticos que despertam a curiosidade de parte da sociedade civil. Essas visitas, por vezes, são interpretadas como “inspiradoras” pelos visitantes, que externam questionamentos como: “Como

podem ser felizes com tão pouco?” ou “Não reclamo mais da minha vida”. Essas frases, frequentemente ouvidas tanto em Quatro Rodas quanto nas favelas da Zona Sul, revelam um olhar que reduz a complexidade da vida local.

Contudo, essa comparação, inclusive com o continente africano, repercute negativamente entre muitos moradores. Eles não suportam a ideia de serem considerados “miseráveis” ou “pobres”, reduzidos única e exclusivamente às fragilidades econômicas e sociais do território em que residem. É como se não houvesse outra identidade que os definisse além disso. A insatisfação pode ser observada nos relatos:

Tem uma ONG aí em baixo que eu esqueci o nome, que já botou: “Acabamos de ajudar os miseráveis de Jardim Gramacho”, “Abaixo a pobreza”. Aí muitas mães se revoltaram, falaram que ia em tal lugar resolver porque não pode. E essa ONG só coloca fotos absurdas! Essa ONG, não é dessas que vem e vai embora, ela tem um lugar, um prédio para receber as crianças. Pobre, é o diabo!! (Entrevista M6 realizada em 09/12/2020).

Igual o que eu falo, aí tem muitas ONG's igual essas ONG's aí, todinhas elas, foram todas fundadas aqui em xxxx, usando a imagem dos nossos filhos, pode entrar lá no face do xxxx que você vai entrar lá e vai ver as crianças daqui. Sabe o que ele postou? “Ah a gente não precisa ir na África não que ‘nós’ já está na África. Não precisa ir na Etiópia porque nós já vive na Etiópia”. (Entrevista M4 realizada em 09/12/2020).

Assim, o racismo estrutural não apenas está presente no território pelos arranjos de sua formação econômica e social, mas também é identificado nas falas e atitudes de alguns dos seus visitantes. As imagens divulgadas com legendas pejorativas vinculadas ao continente africano reforçam o estigma de Jardim Gramacho, associando-o, além do lixo, à escassez de recursos e à precarização da infraestrutura, de uma maneira depreciativa e racista. A divulgação deliberada de imagens nas redes sociais, por vezes é pautada pela busca por “likes” e engajamento. Para alguns voluntários, a postagem de fotos na comunidade pode servir a um ego de “ser bonzinho”, buscando validação social por meio da exibição da “caridade”.

Da mesma forma, no contexto do turismo em favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro, a divulgação dessas imagens pode alimentar a percepção/ostentação de uma “coragem” ou “aventura” por adentrarem em um espaço “perigoso” por

parte dos visitantes, ignorando a complexidade e a dignidade dos moradores em prol de uma autoafirmação na internet. Em ambos os casos, a visibilidade nas redes sociais sobrepõe-se à real necessidade de transformação social, instrumentalizando fragilidades para ganhos de imagem pessoal ou institucional.

CONCLUSÃO: SERVIÇO SOCIAL, RACISMO E A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PARA O TERCEIRO SETOR

Este artigo investigou a complexa relação entre racismo, assistencialismo e redes sociais, focando em Jardim Gramacho e no turismo em favelas, sobretudo da Zona Sul do Rio de Janeiro. Apesar das boas intenções de parte do voluntariado e turistas, há um reforço de estigmas que desumanizam territórios e moradores. Esse movimento constrói uma “vitrine” que, por um lado, perpetua imagens pejorativas e, por outro, as “enfeita” ou “glamoriza”. O racismo estrutural manifesta-se na analogia de Gramacho com a “África Brasileira” e no “turismo corajoso” em favelas da Zona Sul, reduzindo-os a rotulações. A ausência de prestação de contas de algumas ONGs intensifica essa instrumentalização, gerando desconfiança dos moradores.

Diante desse cenário, o Serviço Social, como profissão que lida diretamente com as manifestações da questão social em territórios vulneráveis, tem um papel crucial na análise crítica dessas dinâmicas. Sua abordagem transcende o mero suprimento de necessidades imediatas, buscando a superação das desigualdades estruturais e a promoção da autonomia e emancipação dos sujeitos. A crítica ao assistencialismo pontual, desvinculado de um projeto político-pedagógico que vise à transformação social, é um pilar da atuação profissional (Martinelli, 2009). No contexto de Jardim Gramacho, a mera distribuição de itens, sem um vínculo consistente ou sem a promoção da dignidade e da capacidade de agência dos moradores, pode, paradoxalmente, reforçar a dependência e a lógica da caridade, em vez de fomentar a cidadania e a garantia de direitos.

É nesse ponto que se torna imperativa a compreensão por parte da categoria profissional do racismo como um elemento estruturante da sociedade brasileira. O racismo não se manifesta apenas em atitudes individuais discriminatórias, mas está intrinsecamente enraizado nas instituições, nas

políticas públicas e nas práticas sociais, produzindo e reproduzindo hierarquias e desigualdades (Almeida, 2018). Em territórios como Jardim Gramacho, essa estrutura se revela na forma como a escassez é racializada, na estigmatização de comunidades majoritariamente negras e na perpetuação de narrativas que desumanizam seus moradores. Reconhecer o racismo como parte estruturante da questão social é fundamental para que o Serviço Social atue em sua raiz, desvelando as relações de poder que marginalizam e exploram, e buscando caminhos para a justiça racial e social.

Autores como Elaine Rossetti Behring e Ivanete Boschetti (2007), referências na compreensão do Serviço Social e da questão social no contexto das reconfigurações do Estado, enfatizam a necessidade de um projeto ético-político profissional que se contrapõe à lógica conservadora do assistencialismo e da instrumentalização. Para elas, a atuação deve ir além da intervenção pontual, buscando a raiz das expressões da questão social e a superação da lógica que desumaniza e explora. A instrumentalização da imagem e a reprodução de discursos racistas, como a comparação de Jardim Gramacho com uma “África brasileira” descontextualizada, confrontam diretamente essa ética profissional.

Nesse sentido, para o profissional que atua no Terceiro Setor e precisa lidar com o documentar das ações realizadas nas instituições por meio de imagens, se faz necessário garantir que todos os envolvidos estejam protegidos, através por exemplo da sinalização da autorização por escrito das imagens e do cuidar para que as mesmas não tenham um cunho de exposição vexatória. No caso da divulgação de imagens de crianças e adolescentes, a intervenção do assistente social é igualmente crucial, exigindo o consentimento explícito dos pais ou responsáveis para qualquer registro de imagem, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990.

A prática socioeducativa do assistente social também se estende, quando possível, a informar e orientar visitantes e instituições sobre o uso inadequado de termos como “África Brasileira” em Jardim Gramacho, explicando as implicações racistas e a necessidade de respeito à dignidade e à complexidade local. O assistente social pode atuar ativamente na conscientização sobre os impactos negativos da exploração da imagem, buscando promover na instituição em que

atua, práticas mais responsáveis e éticas. Sua atuação envolve inclusive o diálogo com instituições que atuam de forma problemática e a contribuição com o bem-estar dos moradores e a promoção de uma compreensão mais justa e respeitosa da realidade. Em suma, a garantia da dignidade humana e o combate ao racismo estrutural devem ser pilares de qualquer ação de apoio, buscando sempre o fortalecimento comunitário e o reconhecimento da riqueza e diversidade dos territórios, e não a perpetuação de narrativas desumanizantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BASTOS, Valéria Pereira. **Profissão: Catador:** Um estudo do processo de construção da identidade. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

CBN. **Número de visitantes em favelas do Rio, como Rocinha e Vidigal, supera o Cristo Redentor.** CBN, Rio de Janeiro, 24 maio 2024. Disponível em: <https://cbn.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2024/03/30/rocinha-e-vidigal-sao-mais-visitadas-por-turistas-do-que-cristo-redentor-no-rio-de-janeiro.ghhtml> Acesso em: 06 jul. 2025.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E SOCIAL (IDIS); DATAFOLHA. **Pesquisa Voluntariado no Brasil 2021.** São Paulo: IDIS, 2021. Disponível em <https://www.idis.org.br/publicacoesidis/pesquisa-voluntariado-no-brasil-2021/> Acesso em: 06 jul. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Mapa das Organizações da Sociedade Civil no Brasil.** Brasília, DF: IPEA, 2024. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/> Acesso em: 06 jul. 2025.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento 2020: 100 Maiores Cidades**. São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2020. Disponível em: www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/ranking2020/Tabela_100cidades_Ranking_Saneamento_4.pdf. Acesso em 28 mar. 2021.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

O GLOBO. **Cinco favelas que atraem turistas no Rio**. Rio de Janeiro, 23 ago. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/cinco-favelas-que-atraem-turistas-no-rio-14031060>. Acesso em: 06 jul. 2025.

ROY, Ananya. Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno. In: BRANDÃO, Carlos; FERNANDES, Ana; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). **Urbanização e regionalização: as novas fronteiras da pesquisa urbana e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 41-68.

SANTOS, Luana Martins. **O legado do encerramento do lixão de Gramacho: análise a partir do trabalho das ONGs e seus rebatimentos no território**. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Dados de Arrecadação de ICMS**. Rio de Janeiro: SEFAZ-RJ, 2024. Disponível em: <https://portal.fazenda.rj.gov.br/dados-de-arrecadacao/> Acesso em: 06 jul. 2025.

TETO–ORGANIZAÇÃO LATINOAMERICANA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO. **Relatório de enquetes Jardim Gramacho, 2013**. Rio de Janeiro, 2013.

WILM, Melissa et al. **Índice de Progresso Social Brasil 2025**. Belém: Imazon, 2025. Disponível em: https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2025/05/Relatorio_IPS-Brasil2025-web.pdf. Acesso em: 06 jul. 2025.

CAPÍTULO 6

ESTADO DO CONHECIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL SOBRE A RESERVA DE VAGAS PARA PROFESSORAS NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR FEDERAL

Daíra Andréa de Jesus

Ana Claudia Delfini

Doi: 10.48209/978-65-5417-626-6

INTRODUÇÃO

As políticas de ação afirmativa no Brasil, embora representem avanços no combate às desigualdades históricas, ainda operam sob lógicas de reconhecimento parcial que frequentemente invisibilizam a interseccionalidade entre raça e gênero. Ainda assim, é notável o crescimento de pesquisas desenvolvidas por mulheres negras que, por meio da autoidentificação, inscrevem suas trajetórias e contribuições na esfera acadêmica, produzindo conhecimento comprometido com a justiça epistêmica e com a transformação das estruturas educacionais excludentes.

Essa compreensão interseccional deve inscrever-se de maneira concreta no chão das escolas, atravessando práticas pedagógicas, relações institucionais e processos formativos. O presente artigo propõe-se a analisar o mapeamento de teses e dissertações que versam sobre a política de reserva de vagas sob a perspectiva das professoras negras no âmbito do ensino superior federal brasileiro, no recorte temporal compreendido entre os anos de 2018 e 2024. Considerou-se ser este um prazo razoável para a conclusão de teses e dissertações iniciadas após 2014, ano de publicação da lei de cotas para o serviço público federal (Lei n. 12.990), revogada pela Lei n. 15.142 de 03 de junho de 2025.

O mapeamento realizado sob a vigência da Lei n. 12.990 de 2014, segue as principais diretrizes metodológicas propostas por Marília Morosini, Pricila

Kohls-Santos e Zoraia Bittencourt (2021), combinadas com a autoidentificação das pesquisadoras, em harmonia com os aportes teóricos de Patricia Hill Collins (2019) e Audre Lorde (1984), que ressaltaram a potência emancipatória da autoafirmação.

A investigação está estruturada em quatro seções: a primeira discute aspectos elementares das ações afirmativas de cotas para o serviço público federal, as quais estão desprovidas de recorte interseccional; a segunda apresenta os critérios e procedimentos adotados para o mapeamento do corpus documental; e a terceira e a quarta seção estão relacionadas às produções científicas propriamente ditas, sendo que na terceira seção se destacam as produções que abordam os aspectos legais e institucionais das cotas raciais e na quarta seção, teses e dissertações que se debruçam para categorias críticas e abordagens afrodiaspóricas no campo educacional.

As discussões instauram fissuras e confrontam o epistemicídio, ao conferir visibilidade a intelectuais historicamente subalternizadas nos espaços de produção, circulação e consagração dos saberes acadêmicos. Portanto, a importância desse estudo se expande em dimensões que envolvem questões sociais, epistemológicas e político-institucionais. Eis aí um exemplo do potencial da categoria intelecpluralidade, conforme concebida por Bárbara Carine (2025), ao valorizar múltiplas matrizes epistêmicas que emergem de diferentes corporalidades, territórios e vivências.

Este estudo também impacta a dinâmica escolar marcada pela recusa à implementação efetiva da educação para as relações étnico-raciais. Os conhecimentos produzidos em teses e dissertações orientadas por perspectivas afrorreferenciadas contribuem para a construção de ambientes mais inclusivos, capazes de reconhecer as subjetividades de crianças e jovens negras e também para a implementação no currículo oficial da rede de ensino, da temática história e cultura afro-brasileira e indígena. Ademais, nenhuma instituição de ensino pode ficar alheia às normativas que regulamentam questões de cunho racial.

Formar sujeitos capazes de reconhecer e enfrentar as opressões que atravessam o cotidiano da educação exige uma reorientação crítica dos processos formativos que ultrapasse os limites das práticas pedagógicas tradicionais. As-

sim, esta investigação não circunscreve o espaço universitário como campo exclusivo de produção do saber e projeta efeitos concretos sobre a educação escolar, território de disputa, resistência e reinvenção.

RAÇA PRESENTE, GÊNERO AUSENTE: AS POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO PARCIAL

[...] pondero que sem problematizações das identidades de gênero e das identidades raciais, percebo uma produção acadêmica sobre o trabalho docente que corre o risco de reificar a branquitude e um suposto padrão heteronormativo que oculta a existência de outras relações, conflitos e resistências que povoam o exercício profissional do trabalho docente” (Delfini, 2022, p. 47).

Segundo o artigo 1º, parágrafo único, inciso V e VI, da Lei n. 12.288/2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial, as políticas públicas são “as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais”. Já as ações afirmativas são “os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.”

A promulgação da Lei n. 12.990, em 2014, representou um marco normativo no campo das políticas públicas de ação afirmativa ao estabelecer a reserva de 20% das vagas em concursos públicos federais para pessoas negras, desde que o certame ofertasse três ou mais vagas. Tal medida visava mitigar os efeitos históricos do racismo estrutural que alijou populações racializadas dos espaços institucionais de poder e decisão. O estado do conhecimento foi realizado com base nessa lei, revogada em 03 de junho de 2025.

A norma trazia consigo um prazo de vigência de 10 anos, que expiraria em junho de 2024, por isso, foi prorrogado, no julgamento ocorrido em 17/06/2024, na Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 7.654, por meio de decisão sob a relatoria do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino, para que fosse avaliada a eficácia da iniciativa e para que o Congresso Nacional concluísse o processo legislativo sobre a reelaboração da lei (ADI 7654 MC-REF).

O advento da Lei n. 15.142, de 2025, ao revogar e substituir a legislação precedente, instaurou um novo paradigma normativo ao ampliar o escopo e a abrangência dessas ações afirmativas. A legislação inova ao incluir no rol de beneficiários, povos indígenas e comunidades quilombolas, reconhecendo a interseccionalidade das opressões raciais e étnicas na sociedade brasileira.

Além disso, estende a reserva de vagas às contratações temporárias no serviço público e eleva o percentual de cotas de 20% para 30%. A cota ampliada aplica-se não apenas às vagas originalmente previstas nos editais, mas também àquelas eventualmente abertas no decorrer da vigência dos concursos, o que, em tese, amplia o alcance da política afirmativa.

Ressalte-se, contudo, que a referida norma, reprisando a legislação anterior, não contempla cotas com base em critérios de gênero, o que evidencia a persistência de lacunas na intersecção entre políticas de raça e gênero no desenho jurídico das ações afirmativas. A ausência de políticas de gênero no texto legal revela os limites de uma concepção fragmentada de justiça social.

A omissão de uma perspectiva interseccional na Lei n. 15.142/2025 é uma limitação significativa e as professoras negras seguem invisibilizadas, mesmo em uma política de ação afirmativa voltada à população negra. Ao tratar apenas da dimensão racial, a lei não responde adequadamente às desigualdades que afetam de maneira específica o gênero racializado, que ocupa uma posição historicamente mais marginalizada que homens negros ou mulheres brancas no espaço universitário.

As mulheres negras ocupam uma posição econômica e social singular, que não se confunde com aquela ocupada pelos homens negros, que, embora subalternizados, ainda usufruem de certos privilégios de gênero; diferente também da dos homens brancos, que concentram tanto os privilégios de gênero quanto de raça; e igualmente diversa das mulheres brancas, beneficiadas pelo privilégio racial. Noutras palavras, a dissociação entre raça e gênero também opera como mecanismo de apagamento e exclusão.

Em 1989, a estadunidense Kimberlé Crenshaw analisou o caso *DeGraffenreid v. General Motors* de 1976, no qual um grupo de mulheres negras denunciou a política de demissões “última contratada, primeira demitida”. Ape-

sar da aparente neutralidade, a política produzia efeitos desproporcionalmente excludentes. A argumentação jurídica da empresa, que se apoiava na presença de homens negros e mulheres brancas no quadro funcional, ignorava a sobreposição das opressões raciais e de gênero, resultando na exclusão sistemática de mulheres negras – últimas contratadas.

Ainda que reconhecesse o direito à reparação em casos de discriminação isolada, a Corte recusou-se a reconhecer a intersecção entre raça e gênero como uma base legal autônoma, entendendo que isso constituiria uma espécie de “super reparação” não prevista pelas legislações vigentes. Assim, a Corte limitou a análise aos marcos tradicionais, negando a legitimidade da experiência interseccional como fundamento jurídico.

O julgado analisado por Crenshaw (1989) ilustra como a segmentação analítica de categorias sociais, tratadas de forma isolada, como se fossem mutuamente excludentes, fracassa em apreender as dinâmicas interseccionais da discriminação. Essa mesma lógica é reiterada na formulação da Lei n. 15.142 de 2025, que, embora atualize o regime de cotas raciais no serviço público, perpetua a negligência à interseccionalidade ao não reconhecer, normativamente, as desigualdades que recaem de maneira específica sobre as mulheres negras.

A interseccionalidade, longe de se limitar à raça e ao gênero, já que pode abarcar classe, nacionalidade, sexualidade, religião, dentre tantos outros marcadores sociais de diferenças, afirma-se como eixo estruturante do pensamento feminista negro, ao evidenciar que as opressões não operam isoladamente. Para Carla Akotirene (2020, p. 14):

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

O conceito em questão reveste-se de centralidade incontornável desde os primeiros níveis da educação básica, na medida em que propicia a educadores, gestores, formuladores de políticas públicas e pesquisadores, uma lente analítica apta a decifrar as desigualdades que incidem na própria tessitura institucional dos estabelecimentos de ensino.

Essa potência epistêmica deve perpassar de modo estruturante tanto a formação inicial quanto a continuada de professores desde a educação básica, a fim de que as epistemologias negras não permaneçam confinadas aos domínios da teoria, mas se projetem como fundamento para práticas pedagógicas emancipadoras já nos primeiros ciclos escolares.

Para que essa abordagem interseccional se traduza em efeitos tangíveis no cotidiano educacional, precisa estar presente nos mais diversos espaços de produção de saberes. Nesse sentido, a presença de mulheres negras nas instituições de ensino superior não representa apenas um dado estatístico, mas constitui, em si mesmo, uma subversão dos regimes históricos de exclusão. Trata-se de um ato de contestação e reivindicação tanto no campo político quanto no epistêmico.

A construção de uma sociedade autenticamente democrática demanda, não apenas a ampliação dos sujeitos de direito, mas a transformação radical das estruturas que historicamente os marginalizaram. Não se defende com isto, que a equidade racial e de gênero no ensino superior será conquistada apenas com a promulgação de leis, até porque se faz necessária sua efetiva aplicação, fiscalização rigorosa e, sobretudo, a insurgência crítica de novas epistemologias que façam ruir os alicerces do privilégio.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE UM ESTADO DO CONHECIMENTO ANCORADO EM PERSPECTIVAS RACIALIZADAS E GENERIFICADAS

Mapeamentos que se configuram como estado do conhecimento permitem análises muito pontuais quando partem de bases de dados responsáveis pelo armazenamento do conjunto da produção científica nacional e internacional em distintas áreas do conhecimento. Contribuem para a formulação de agendas investigativas sensíveis às assimetrias na legitimação e circulação dos saberes.

O estado do conhecimento é fundamental para a categorização e síntese analítica da produção científica de uma determinada área, tanto em seus aspectos epistemológicos quanto metodológicos. Auxilia na “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção cien-

tífica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo” (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021, p. 23).

Segundo Joana Paulin Romanowski e Romilda Teodora Ens (2006, p. 39), permite “identificar aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa e as lacunas de disseminação”.

A pergunta estruturante do Estado do Conhecimento é a seguinte: o que está sendo discutido nos programas de pós-graduação brasileiros sobre as professoras negras do ensino superior? As contribuições advindas das produções dos programas de pós-graduação *stricto sensu* foram pesquisadas na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, que é coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBCT.

O marco temporal compreende os anos de 2018 a 2024 e o processo de escolha e exclusão dos trabalhos foi antecedido da leitura flutuante das pesquisas. Para a seleção das pesquisas, os critérios de inclusão foram publicações relacionadas à política de cotas para docentes no ensino superior federal e relacionadas com a docência exercida por mulheres negras no ensino superior federal; os de exclusão foram trabalhos duplicados, fora do escopo temático deste mapeamento e impossibilidade de acesso à íntegra da pesquisa.

Foram localizados 168 trabalhos vinculados à área da Educação, além de 1 pesquisa na área da Economia e 01 na Filosofia:

Tabela 01 - Teses e dissertações BDTD

Descritores	Dissertações	Teses	Total
12.990 + ensino superior	07	02	09
12.990 + professoras negras	01	00	01
12.990 + ensino superior + professoras negras	02	00	02
Cotas raciais + ensino superior	55	14	69
Cotas raciais + professoras negras	04	02	06
Cotas raciais + ensino superior + professoras negras	02	00	02
Branquitude + ensino superior	05	09	14

Branquitude + professoras negras	04	02	06
Branquitude + ensino superior + professoras negras	01	00	01
Negritude + ensino superior	13	05	18
Negritude + professoras negras	06	06	12
Negritude + ensino superior + professoras negras	01	02	03
Docentes negras + ensino superior	06	05	11
Professoras negras + ensino superior	08	05	13
Gênero + raça + classe + ensino superior + professoras negras	01	02	03
Total	116	54	170

Fonte: Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD (2018 a 2024).

Essa produção foi dividida em dois eixos: no eixo 1, concentram-se as pesquisas sobre a Lei n. 12.990 de 2014 e cotas raciais, no eixo 2, pesquisas sobre branquitude, negritude e professoras negras no Ensino Superior. No eixo 1, a produção acadêmica que envolve a Lei n. 12.990 de 2014 é relativamente baixa, apenas 12 pesquisas, e esse número cai significativamente quando associado ao descritor professoras negras, com 03 pesquisas e, destas, apenas 02 relacionadas ao ensino superior.

Essa mesma queda é observada nos demais descritores, como cotas raciais e branquitude. Quanto ao descritor cotas raciais, os números passam a ser mais expressivos, 77 pesquisas, porém, ficam reduzidas a 08 quando se refina para o descritor professoras negras e, destas, apenas 02 sobre professoras negras e ensino superior.

No eixo 2, foram 21 pesquisas localizadas com o descritor branquitude, apenas 07 sobre professoras negras e, destas, 01 relacionada ao ensino superior. Já em relação ao descritor negritude, com 33 pesquisas, 15 referiam-se às professoras negras e, destas, 03 no contexto do ensino superior.

É baixo o número de estudos que discutem a branquitude no contexto da docência universitária feminina se comparado com os 15 estudos localizados sobre negritude no mesmo contexto. Outra observação importante é considerar que, quando se buscava os descritores de cada eixo associados ao par *professo-*

ras negras e ensino superior, reduzia-se drasticamente o número das pesquisas em todos os eixos, num total de 11 pesquisas sobre as professoras negras no ensino superior.

Ao todo, foram 60 pesquisas sobre professoras negras e ensino superior, e destas, 27 foram localizadas com os descritores buscados no par *docentes negras e professoras negras no ensino superior*, e 33 localizadas da seguinte forma: apenas 03 relacionadas à Lei n. 12.990, 08 relacionadas às cotas raciais, 07 discutiam a branquitude e 15 discutiam negritude.

A partir da leitura flutuante do corpus inicial e da aplicação criteriosa dos parâmetros de exclusão, foram desconsideradas as pesquisas que abordavam a reserva de vagas para servidores públicos federais fora do contexto da docência universitária, assim como pesquisas duplicadas e aquelas centradas exclusivamente na temática das cotas destinadas a alunos no ensino superior. No campo acadêmico, as discussões concernentes às cotas raciais concentram-se majoritariamente nas ações afirmativas voltadas ao ingresso estudantil.

Após o refinamento do material, chegou-se a um total de 14 produções acadêmicas pertinentes, sendo 08 dissertações de mestrado e 06 teses de doutorado, das quais 04 se inscrevem no eixo normativo (eixo 1) e 10 no eixo analítico (eixo 2). Ressalta-se, ainda, que 10 dessas pesquisas foram produzidas por autoras que se autodeclaram mulheres negras, o que evidencia a centralidade de suas vozes na construção do conhecimento sobre o tema.

Sobre isso, cabe uma última observação. Em 2016, no ensaio *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*, Collins posicionou a autodefinição como uma forma de resistência, portanto, um tema chave no pensamento feminista negro e defendeu que a autodefinição das mulheres negras valida o status de sujeitos humanos.

Lorde (1984) também primava pela autoafirmação, apresentando-se no ensaio *Idade, raça, classe e sexo: as mulheres redefinem a diferença*, como uma mulher lésbica, negra, feminista e socialista, mãe de 02 crianças, incluindo um menino, integrante de um casal inter-racial, aos 49 anos de idade. Assim o fazia em face da norma mítica, composta pelo homem branco, magro, homem, jovem, heterossexual, cristão e financeiramente estável.

Em consonância com os aportes de Guerreiro Ramos (1957), Collins (2016) e Grada Kilomba (2016), compreende-se que a autodefinição racial, sobretudo no que tange à negritude, constitui um gesto epistêmico e político de afirmação diante da normatividade branca que historicamente se impôs como universal e neutra. Assim, no mapeamento realizado, considerou-se relevante registrar a autodeclaração de pesquisadoras e pesquisadores negras e negros, sempre que essa informação fosse oferecida de modo explícito nos próprios estudos analisados. Essa escolha visa reconhecer a importância do lugar de fala e da enunciação situada na produção de saberes.

Se, de modo geral, o estado do conhecimento configura-se como uma base estruturante para o desenvolvimento de novas investigações, instrumentalizando a identificação de lacunas, tendências e recorrências nos campos científicos investigados, neste estudo, o instrumento ultrapassa essa função tradicional, ao evidenciar a autoria majoritária de mulheres negras, o que representa um gesto de reparação simbólica e de valorização epistêmica da produção intelectual dessas pesquisadoras.

Para Carine (2025, p. 23):

A intelecpluralidade é uma categoria de descolonização do pensamento que pauta a ruptura com o modelo único de intelectualidade imposto pela óptica brancocêntrica ocidental, prevendo uma ritualística epistêmica e performática para a constituição da pessoa intelectual.

Em oposição à lógica de uma inteligência única, abstrata e descolada das experiências encarnadas, a ampliação da circulação das produções destacadas neste estudo contribui significativamente para o aumento de sua visibilidade e para o enfrentamento da histórica sub-representação de autorias de mulheres negras nos espaços de citação, reconhecimento e consagração científica.

EIXO 1: CONTRIBUIÇÕES NORMATIVAS NO CAMPO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

A tese de Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira da Palma (2019) – *Educação, democracia e inclusão racial: análise da efetividade da lei de cotas para negros em concursos docentes de universidades federais* – situan-

do-se na confluência entre os campos da Educação, do Direito e da Sociologia, é uma denúncia à inoperância do mecanismo de cotas raciais na carreira docente federal.

Ao mapear o período de 2014 a 2017, em 63 universidades federais distribuídas pelas cinco regiões do país, Palma evidencia que nenhuma delas alcançou a reserva mínima de 20% das vagas para pessoas negras. A região Sul, em 2019, ocupava o segundo lugar no ranking nacional com 4,91%, concentrando as universidades com maior orçamento e contingente docente e discente, o que amplia o paradoxo da exclusão racial institucional.

A pesquisadora, que não explicita sua autoidentificação racial, também denuncia os obstáculos concretos à eficácia da política afirmativa, como a persistente publicação de editais com número insuficiente de vagas para aplicação da cota legal (a obrigatoriedade só incidia a partir de três vagas ofertadas), a destinação de apenas uma vaga para cotistas, em desacordo com o percentual estipulado, e, sobretudo, a ausência de mecanismos de fiscalização efetiva. Esses fatores convergiram para um cenário de banalização e negligência institucional que vêm minando os fundamentos de justiça redistributiva da legislação.

Na dissertação de **Adelina Malvina Barbosa Nunes** (2020) – *A branquitude e o ensino superior: reflexos e desafios na docência* – o locus da crítica se ancora numa perspectiva interseccional, fundada na experiência da autora enquanto mulher negra, oriunda das camadas populares, heterossexual, psicóloga e militante. A pesquisadora lança luz sobre os efeitos da branquitude na configuração da docência no ensino superior, identificando-a não apenas como categoria racial, mas como um regime de poder que estrutura saberes, corpos e práticas institucionais.

Cristiane Barbosa Soares (2020), na dissertação intitulada *Interseccionalidade de gênero e raça na docência do ensino superior: representatividade, visibilidade e resistência*, também autodeclarada mulher negra e professora universitária, por meio de uma etnografia documental, mapeou a presença de mulheres negras nos quadros docentes da universidade onde realizou seu estudo. Dentre as 442 docentes mulheres da instituição, apenas

24 se autoidentificaram como negras, e, destas, 5 estavam engajadas em temáticas relacionadas à raça, gênero, serviço social e direitos humanos. Essa configuração revela, ainda que timidamente, a emergência de epistemopolíticas insurgentes dentro da academia.

Rodolfo Machado Costa (2022), por sua vez, na dissertação *Contribuições das alterações institucionais na carreira do magistério superior no perfil docente*, ao lançar mão de um método quantitativo denominado diferenças em diferenças, examinou as transformações no perfil do magistério superior entre os anos de 2010 e 2017. Com base nos microdados do Censo da Educação Superior de 2017, estimou variações na composição dos quadros docentes.

Embora tenha identificado avanços na participação feminina, especialmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e redução do perfil profissional da idade – quase 01 ano de queda – o pesquisador constatou a estagnação de indicadores relacionados à população negra, fenômeno que atribuiu à exigência do título de doutorado e à tímida presença de estudantes negros nos programas de pós-graduação. O pesquisador não declarou a sua identidade racial, mas criticou a escassez de trabalhos que abordam o perfil docente nas universidades e discorreu sobre as alterações legais na carreira do magistério superior.

A escassa produção acadêmica identificada nas bases de dados sobre a presença e a representação de docentes negras nas universidades federais do Brasil, colide frontalmente com a relevância normativa e simbólica da lei de cotas. Num país onde o racismo não apenas opera como ideologia, mas também como dispositivo estruturante das relações sociais e institucionais, a ínfima discussão acerca dessa legislação é alarmante.

As pesquisas deste eixo apontam a limitada implementação e a ineficácia da política de ação afirmativa no magistério federal deflagrada em 2014, revelando um campo em que a branquitude continua a operar como dispositivo central de exclusão e legitimação. A escassez de professoras negras, apesar da existência legal de políticas reparatórias, denuncia a persistência de um *ethos* meritocrático e racista e a negligência institucional na fiscalização da lei recentemente revogada.

EIXO 2: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS E EPISTEMOLOGIAS PLURAIS

As investigações situadas neste eixo temático evidenciam a centralidade das experiências de professoras negras universitárias, cujas trajetórias desafiam exclusão estrutural que marca o magistério superior. O espaço acadêmico é tradicionalmente marcado pela branquitude, compreendida, nos termos de Guerreiro Ramos (1957) e de Cida Bento (2022), como locus de poder e privilégio racial.

Bento (2022) empreende uma análise crítica da naturalização dos privilégios brancos, entendendo-os como desdobramento direto do regime escravocrata. De maneira incisiva, assim afirma: “fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas” (Bento, 2022, p. 23).

Em sua provocação, a intelectual desloca o eixo da análise tradicionalmente centrado nas consequências da escravidão para a população negra. Ao evidenciar essa assimetria analítica, não propõe a culpabilização individual de sujeitos brancos, mas a leitura sistêmica de como a racialização do poder foi consolidada e permanece operante nos marcos da democracia racial brasileira.

Apesar da configuração dos espaços acadêmicos, estes têm sido também tensionados por práticas intelectuais e políticas que afirmam a presença negra como resistência e reconfiguração simbólica. Assim, a atuação das docentes negras pode ser pensada à luz do conceito de negritude, palavra que segundo Zilá Bernd (1998), foi concebida por Aimé Césaire nos anos de 1930, como um projeto poético-político de ressignificação.

Kabengele Munanga (2012) define a negritude como uma reação racial contra uma histórica agressão racial branca. É uma legítima defesa que, no entanto, não significa uma forma de revanchismo. Envolve um sentimento de autovalorização, de resgate da autoestima, de reconstrução da identidade e sobretudo de uma conscientização de sua realidade, de seu papel na história, de elementos na memória e de perspectivas concretas para o futuro. Também as-

sume contornos de movimento político-ideológico de libertação, voltado à denúncia das estruturas coloniais e racistas em sua dimensão global.

Há uma demanda epistêmica e política que se impõe diante do pacto de silenciamento que se insinua nos espaços universitários, como denuncia **Tainá Melo Silveira** (2020), pesquisadora autodeclarada negra, ao constatar a escassez de iniciativas institucionais voltadas à valorização e à visibilização das trajetórias dessas docentes na dissertação *Docências negras no ensino superior: o caso da Universidade Federal de Pelotas*.

Em contrapartida, outras pesquisas evidenciam o papel transformador das experiências de mulheres negras docentes, sobretudo no contexto de práticas pedagógicas subversivas e nas lutas antirracistas. É o caso da tese de **Isis Silva Roza** (2022) – *Trajetórias, práticas e produção de conhecimento de intelectuais negras e negros dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros da região Sudeste* – que, assumindo sua identidade como mulher negra e docente universitária, destaca a relevância estratégica dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) – ABPN, na articulação e consolidação de uma intelectualidade negra insurgente.

No Sul do Brasil, por exemplo, identificam-se 36 NEABs: 12 em instituições federais de ensino superior, 8 em institutos federais, 8 em universidades estaduais e 8 classificados como pertencentes a “outras” instituições, o que demonstra a disseminação e capilaridade dessas iniciativas no território nacional.

A pesquisadora aprofunda o conceito de intelectualidade entendendo que é marcada pelos modos de vivenciar a negritude; pela descolonização dos processos de produção do conhecimento; e na relação dialética entre a atuação acadêmica e a luta antirracista, além do compromisso ético com os territórios de origem e a transformação social. Roza (2022) assinala, ainda, que as professoras negras enfrentam constantes tentativas de deslegitimação de sua competência intelectual, vivenciando o desafio cotidiano de conciliar demandas familiares, políticas e institucionais, frequentemente em contextos hostis à sua presença crítica.

Na dissertação *Professoras universitárias negras de língua inglesa do Brasil e o letramento racial crítico: práticas subversivas em narrativas auto-*

biográficas, **Luara Rodrigues Real** (2022), que se autoafirmou como mulher negra, identificou práticas subversivas engendradas pelas professoras universitárias que lidam com um idioma historicamente atrelado aos centros de poder hegemônico.

Aliás, a experiência de Djamila Ribeiro (2018), compartilhada na introdução autobiográfica do livro *Quem tem medo do feminismo negro*, ilustra de forma contundente as barreiras estruturais enfrentadas por mulheres negras, mesmo quando possuem qualificação e domínio do inglês. Apesar de sua fluência no idioma, da experiência como professora particular e das premiações escolares, a intelectual permaneceu confinada à função de auxiliar de serviços gerais no escritório onde foi contratada, sem acesso à possibilidade de ascensão profissional.

Na tese *Feminismo negro acadêmico: resistência e práticas insurgentes nas trajetórias de professoras negras universitárias*, **Wellington Pereira Santos** (2022), se autodefiniu como homem negro heterossexual, oriundo da classe C, nascido em solo massapé do Recôncavo e discutiu a resistência e as práticas insurgentes nas trajetórias de professoras negras universitárias a partir de uma perspectiva teórica feminista negra e decolonial. Objetivou analisar a maneira como a trajetória, as práticas, os discursos e as narrativas de professoras negras contribuem para subverter a lógica racista na universidade e refletir as formas como o imaginário social brasileiro relacionado às professoras negras pode ser motivador para o feminismo negro acadêmico.

Duas das investigações analisadas fundamentaram-se em metodologias autobiográficas. **Elida Regina Nobre Rodrigues** (2022), identificando-se como mulher negra e professora, na tese *Professoras negras e suas autorias: um estudo sobre a produção acadêmica de doutoras negras atuantes em universidades públicas do sul do Rio Grande do Sul*, analisou os indícios de consciência racial e de dororidade presentes na produção acadêmica de docentes doutoras negras das áreas de ciências humanas, atribuindo à escrita autobiográfica um papel estruturante na construção de subjetividades epistêmicas.

Da mesma forma, **Marisleila Julia Silva** (2018) se autoidentificou como professora negra, e na dissertação *Vivências e experiências de professores ne-*

gros/as no ensino superior, buscou desvelar os sentidos e implicações de formação e relações socioculturais que emergem nas narrativas constituídas por professores/as negros/as no campo educacional. Por meio de narrativas autobiográficas de 02 professores e 01 professora negros/a em universidade pública, se debruçou para as histórias de vida coletadas por meio de narrativas autobiográficas, entendendo ter se aproximado de uma análise fenomenológica.

Normélia Ondina Lalau de Farias (2018), se autoafirmou como mulher negra, militante e professora universitária, e na dissertação *Trajetórias de docentes negros/as universitários: desafios entre presença e o reconhecimento a partir das relações raciais no Brasil*, discutiu as trajetórias de docentes negros/as universitários e os desafios entre presença e o reconhecimento a partir das relações raciais no Brasil.

A tese *Professores/as negros/as: trajetórias e tentativas de cooptação docente*, de Rogério Donizetti Bueno (2021), sem explicitação da identidade racial do autor, discute se a alienação provocada pelo trabalho no sistema capitalista se estende para o trabalho intelectual, em especial, do professor negro, enfatizando as categorias: alienação, reificação, cooptação e materialismo histórico.

Na tese *Trajetórias acadêmicas de docentes negras da Universidade Federal Fluminense*, de **Gyme Gessyka Pereira dos Santos** (2022), que se autoidentificou como negra, filha de uma mãe negra retinta com um homem negro de pele clara, explorou o conceito de “negridade” para referir-se à negação da ancestralidade e a assimilação do comportamento imposto por pessoas brancas. Sua compreensão da docência universitária como prática simultaneamente individual e coletiva permite tensionar os limites das estruturas acadêmicas em sua (in)capacidade de acolhimento da diversidade racial.

Por fim, destaca-se a dissertação *Vozes que importam: mulheres negras na docência universitária*, de **Camila Santos Pereira** (2022), que se autoidentificou como mulher negra acadêmica e investigou as trajetórias das mulheres negras como professoras universitárias, destacando resistências e rupturas além da complexidade dos itinerários que articulam exclusão, agência e insurgência.

O enegrecimento do magistério superior, ainda que incipiente, tem impulsionado de forma correlata, o enegrecimento da produção acadêmica, subvertendo parcialmente os cânones da branquitude normativa que historicamente monopolizaram os saberes legitimados na universidade.

A prevalência de mulheres negras como autoras e protagonistas do fazer científico aponta para a indissociável relação entre a sujeita enunciativa e seu locus epistêmico, profundamente marcado por interseccionalidades, o que vai ao encontro da teoria do ponto de vista das mulheres negras (Collins, 2019). Essa presença qualificada tem se refletido na emergência de narrativas que não apenas afirmam positivamente as diferenças, mas também tensionam os referenciais teóricos tradicionais.

As pesquisas demonstram que docentes negras atuantes no ensino superior público federal vêm engendrando práticas pedagógicas e epistemológicas fortemente vinculadas às suas trajetórias de militância e resistência política. Na educação escolar, essa influência pode ser percebida em múltiplas frentes: estímulo à autoestima e valorização da identidade racial; fortalecimento do sentimento de pertencimento entre estudantes negras; e ampliação das possibilidades de representação positiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos trabalhos inseridos no eixo normativo (Palma, 2019; Nunes 2020; Soares, 2020; Costa, 2022) evidencia não apenas a escassez quantitativa de produções acadêmicas centradas na Lei n. 12.990 de 2014, mas também os limites de uma abordagem jurídico-normativista em dar conta da tessitura complexa das exclusões interseccionais que atravessam a experiência de professoras negras no ensino superior.

Já a análise das teses e dissertações que compõem o segundo eixo destacado (Silveira, 2020; Roza, 2022; Real, 2022; Santos, 2022; Rodrigues, 2022; Silva, 2018; Farias 2018; Bueno, 2021; Santos, 2022; Pereira, 2022), ao mobilizar categorias analítico-críticas de ordem epistêmica, como branquitude e negritude, revela uma densidade teórica na problematização das relações raciais.

No conjunto das produções analisadas, observa-se, de maneira recorrente, que as pesquisadoras são, em sua maioria, mulheres negras e esse dado empírico, longe de ser uma mera coincidência estatística, reveste-se de profunda significação político-epistêmica, pois revela a centralidade da consciência racial e de gênero como força motriz na constituição das temáticas de estudo, nos percursos metodológicos adotados e nas intencionalidades que orientam as investigações.

Se de um lado, as autoras mapeadas afirmam sua identidade racial com intencionalidade crítica, exaltando a negritude como elemento constitutivo de sua trajetória e de sua prática intelectual, de outro lado, não se verificou nas produções analisadas, manifestações de autoafirmação branca, o que, por si só, evidencia o caráter hegemônico e silencioso da branquitude, que opera como norma não questionada, situada fora do campo da nomeação. Esse silenciamento da identidade branca, frente à afirmação da negritude, expõe as desigualdades estruturais que configuram o campo acadêmico e sua tendência a invisibilizar as contribuições oriundas de pessoas racializadas.

As pesquisas não apenas produzem conhecimento, mas também denunciam com contundência, o desvalor sistemático atribuído à negritude nos espaços acadêmicos, o apagamento das heranças intelectuais da ancestralidade africana e afro-brasileira, bem como a persistência de um modelo hegemônico de produção do saber, alicerçado na universalização da experiência branca e masculina como medida de todas as coisas. É importante que a educação básica seja interpelada por essas denúncias, incorporando-as como horizonte ético-político para a desconstrução das práticas escolares excludentes e o fortalecimento de uma pedagogia feminista antirracista desde a infância.

Em síntese, a atuação de professoras negras no ensino superior representa uma insurgência epistêmica encarnada. Suas trajetórias dão corpo às epistemologias interseccionais, formuladas a partir de suas vivências e resistências cotidianas. Essas epistemologias reivindicam a desuniversalização da mulher, historicamente construída sob a égide da branquitude, assim como a análise das opressões como fenômenos múltiplos, entrelaçados e historicamente situados.

Dessa forma, evidencia-se a importância de uma abordagem analítica comprometida com o reconhecimento das dimensões identitárias que atravessam a experiência das docentes negras, como também, comprometida com a valorização de seus saberes enquanto contribuições legítimas para a transformação das estruturas educacionais ainda pautadas por lógicas coloniais, patriarcais e racistas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERND, Zilá. *O que é negritude*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

BRASIL. *Lei N. 12.288/2010*. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília: Presidência da República, 2010.

BRASIL. *Lei N. 12.990/2014*. Institui cotas raciais para o serviço público federal. Brasília: Presidência da República, 2014.

BRASIL. *Lei N. 15.142/2025*. Altera o regime de cotas raciais para o serviço público federal. Brasília: Senado Federal, 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). *Referendo na medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade do Distrito Federal N. 7654*. Relator Ministro Flávio Dino, Distrito Federal, 26 jun. 2024.

BUENO, Rogério Donizetti. *Professores/as Negros/as: Trajetórias e Tentativas de cooptação Docente*. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

CARINE, Bárbara. *E eu, não sou uma intelectual?* Um quase manual de sobrevivência acadêmica. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31. n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COSTA, Rodolfo Machado. *Contribuições das alterações institucionais na carreira do magistério superior no perfil docente*. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Desmarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and anti-racist politics. *University Of Chicago Legal Forum*, v. 1989, p. 139-167, 1989.

Delfini, Ana Claudia (2022). *Nas tramas dos sentidos de gênero e trabalho docente*. CRV.

FARIAS, Normélia Ondina Lalau de. *Trajetórias de docentes negros/as universitários: desafios entre a presença e o reconhecimento a partir das relações raciais no Brasil*. Dissertação (Educação) –, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Patologia Social do “Branco” Brasileiro. In: GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. *Sister outsider: Essays and Speeches*. California: The Crossing Press feminist series, 1984.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia. *Estado do Conhecimento: teoria e prática*. Curitiba: Editora CRV, 2021.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ou avesso? *Revista da ABPN*, vol. 4, n. 8, 2012.

NUNES, Adelina Malvina Barbosa. *A Branquitude e o Ensino Superior: Reflexos e desafios na docência*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020.

PALMA, Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira da. *Educação, democracia e inclusão racial: análise da efetividade da lei de cotas para negros em concursos docentes de universidades federais*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

PEREIRA, Camila Santos. *Vozes que importam: mulheres negras na docência universitária*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

REAL, Luara Rodrigues. *Professoras universitárias negras de língua inglesa do Brasil e o letramento racial crítico: práticas subversivas em narrativas autobiográficas*. Dissertação (Mestrado em Linguagem, identidade e subjetividade) - Departamento de Estudos da Linguagem Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Elida Regina Nobre. *Professoras negras e suas autorias: um estudo sobre a produção acadêmica de doutoras negras atuantes em universidades públicas do sul do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Educação: Teorias e Culturas em Educação) - Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Revista Diálogo Educacional*, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez., 2006.

ROZA, Isis Silva. *Trajetórias, práticas e produção de conhecimento de intelectuais negras e negros dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros da Região Sudeste*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

SANTOS, Gyne Gessyka Pereira dos. *Trajetórias acadêmicas de docentes negras da Universidade Federal Fluminense*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

SANTOS, Wellington Pereira. *Feminismo negro acadêmico: resistência e práticas insurgentes nas trajetórias de professoras negras universitárias*. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SILVA, Marisleila Júlia. *Vivências e experiências de professores negros/as no ensino superior*. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologia) - Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2018.

SILVEIRA, Tainá Melo. *Docências negras no ensino superior: o caso da Universidade Federal de Pelotas*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

SOARES, Cristiane Barbosa. *Interseccionalidade de Gênero e Raça na docência do Ensino Superior: Representatividade, Visibilidade e Resistência*. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde). Universidade Federal do Pampa, Uruguaiana, 2020.

CAPÍTULO 7

RAÇA, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE: PERCURSOS TEÓRICO-PRÁTICOS DA LUTA ANTIRRACISTA DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Ingrid David Alves de Carvalho
Doi: 10.48209/978-65-5417-626-7

INTRODUÇÃO

A luta antirracista no Brasil é o resultado de séculos de resistência diante das violências coloniais que estruturam o país até os dias de hoje. As desigualdades raciais que permeiam a sociedade brasileira não são fenômenos recentes, mas expressões de um sistema que naturalizou a subalternização de corpos e saberes negros. Dentro desse contexto, as mulheres negras emergem como protagonistas de uma luta que é simultaneamente racial, de gênero e de classe. Uma luta que exige o reconhecimento das injustiças históricas, e também a reconstrução epistemológica das bases do conhecimento, da política e da cultura.

A partir das experiências históricas de escravização e exclusão, o racismo no Brasil desenvolveu formas sutis e persistentes de se reproduzir, mascarando-se sob discursos de harmonia racial, democracia e miscigenação. Essa dinâmica produziu um modelo de racismo simbólico e estrutural que, ao negar sua própria existência, perpetua desigualdades e impede o enfrentamento direto das violências raciais. As políticas públicas, as práticas institucionais e os discursos midiáticos continuam reproduzindo estereótipos e hierarquias que marginalizam a população negra, especialmente às mulheres, cujas trajetórias são marcadas pela sobreposição de opressões.

Assim, compreender o antirracismo no Brasil requer uma abordagem interseccional, que articule os eixos de raça, gênero e classe, evidenciando como esses sistemas se entrelaçam para manter as estruturas de dominação. Ao analisar as contribuições de Patricia Hill Collins, Sueli Carneiro, Oracy Noguei-

ra, Lélia Gonzalez e Angela Figueiredo, bell hooks, dentre outros, este artigo propõe uma leitura integrada do racismo e do feminismo negro como práticas políticas e epistemológicas de resistência.

Além disso, considera-se fundamental reconhecer que os saberes produzidos pelas mulheres negras é, antes de tudo, uma forma de insurgência. Uma epistemologia viva que se ancora na experiência e desafia o cânone eurocêntrico. Essa produção teórica e prática se manifesta nas universidades, nas periferias, nos movimentos sociais, nas artes e nas redes digitais, reafirmando o papel das mulheres negras como agentes intelectuais e políticas da transformação social.

O antirracismo, portanto, não é apenas um projeto político, mas, também, um projeto civilizatório, que busca descolonizar as formas de pensar, ser e existir. É nesse sentido que este trabalho se apresenta como um esforço para evidenciar que o enfrentamento ao racismo brasileiro exige a centralidade das mulheres negras e suas epistemologias na reconstrução das bases de uma sociedade verdadeiramente democrática.

OBJETIVOS

Este artigo tem como objetivo geral analisar a luta antirracista das mulheres negras no Brasil a partir de uma abordagem interseccional que articula raça, gênero e classe. Especificamente, propõe-se a:

- Examinar como o racismo estrutural brasileiro se manifesta de forma particular e suas repercussões na vida social, política e simbólica da população negra;
- Discutir as contribuições centrais de autoras negras brasileiras, estadunidenses e afro-diaspóricas — como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Angela Figueiredo, bell hooks, Patricia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw — para a formulação de epistemologias críticas sobre o racismo, o feminismo negro e a colonialidade;
- Analisar de que modo a Interseccionalidade se constitui como ferramenta teórica e política capaz de revelar as múltiplas dimensões de opressão

vivenciadas pelas mulheres negras e, ao mesmo tempo, orientar práticas no campo dos direitos humanos;

- Evidenciar o papel das mulheres negras como produtoras de conhecimento e protagonistas de movimentos de resistência, ressaltando suas contribuições para a construção de perspectivas decoloniais e para a redefinição de um projeto democrático mais plural no Brasil.

Com isso, o trabalho busca oferecer uma leitura integrada das dimensões teóricas, históricas e políticas que sustentam a luta antirracista e de gênero das mulheres negras, bem como reafirmar sua centralidade na produção de saberes e práticas de emancipação social.

METODOLOGIA

O presente estudo se fundamenta em uma abordagem qualitativa, de caráter teórico-bibliográfico e analítico-interpretativo. Realizou-se uma revisão bibliográfica sistematizada aprofundada das principais obras e artigos que compõem o campo do pensamento feminista negro, da teoria crítica da raça e dos estudos sobre racismo estrutural no Brasil. Foram mobilizados textos clássicos e contemporâneos de autoras e autores que fundamentam a discussão — entre eles Patricia Hill Collins, Kimberlé Crenshaw, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Angela Figueiredo, bell hooks, Achille Mbembe e Oracy Nogueira. A seleção do corpus teórico seguiu a relevância acadêmica dos autores para a temática e a centralidade das obras na consolidação das epistemologias antirracistas.

A partir da revisão bibliográfica, procedeu-se à sistematização e comparação de conceitos-chave — como preconceitos raciais de marca e origem, interseccionalidade, amefricanidade, epistemologia feminista negra decolonial e racismo estrutural. Essa etapa implicou a análise crítica das formulações teóricas, buscando identificar convergências, tensões e contribuições para o entendimento das experiências das mulheres negras brasileiras.

Em diálogo com epistemologias feministas negras, sobretudo aquelas defendidas por Angela Figueiredo e Patricia Hill Collins, a análise incorpora elementos de autoetnografia enquanto recurso que reconhece a experiência como dimensão legítima de produção de conhecimento. Essa escolha metodológica

orienta a interpretação das autoras estudadas e permite aproximar teoria e prática a partir de vivências e trajetórias coletivas das mulheres negras no Brasil.

Essa combinação metodológica possibilita uma compreensão mais ampla e situada dos fenômenos discutidos, garantindo rigor teórico e, ao mesmo tempo, valorizando epistemologias insurgentes que historicamente foram silenciadas na produção acadêmica.

RAÇA E RACISMO

O debate sobre raça e racismo no Brasil é um dos mais complexos da sociologia contemporânea. O país, que se construiu sobre o trabalho escravizado de africanos e seus descendentes, elaborou um discurso de identidade nacional baseado na ideia de mestiçagem e democracia racial. No entanto, como demonstram autores clássicos como Oracy Nogueira e Lélia Gonzalez, esse discurso mascara um sistema profundamente hierarquizado, no qual a cor da pele e o fenótipo determinam o lugar social de cada indivíduo.

Em seu texto “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem”, Nogueira (1955) apresenta uma das distinções mais fundamentais para compreender a singularidade do racismo brasileiro. O autor observa que, enquanto nos Estados Unidos o pertencimento racial é determinado pela origem — o simples fato de ter ascendência negra define a exclusão —, no Brasil, o racismo se manifesta pela marca — pelos traços fenotípicos e pela aparência. Essa diferença revela um caráter mais “flexível” do racismo brasileiro, que permite exceções e integrações aparentes, mas que, de fato, reforça o mito da democracia racial.

Tabela 1 – Comparativo entre Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem

Aspectos	Preconceito Racial de Marca (Brasil)	Preconceito Racial de Origem (EUA)
Critério de distinção	Aparência e fenótipo; gradação dos traços negróides.	Origem e ascendência; herança genética determina pertencimento.
Efeitos sociais	Permite exceções e convivência condicionada; miscigenação romantizada.	Exclusão incondicional; segregação racial rígida.

Fonte: Adaptado de Oracy Nogueira (1955).

Nogueira identifica que, no preconceito de marca, “a intensidade do preconceito varia em proporção direta aos traços negróides” (Nogueira, 1955, p. 296), revelando uma lógica de pigmentocracia que ainda estrutura as relações sociais. Essa sutileza do racismo de marca torna-o mais difícil de ser nomeado, denunciado e combatido, pois se oculta sob o verniz da cordialidade e da miscigenação.

Essa “cordialidade” é o que Lélia Gonzalez, décadas depois, denominará neurose cultural brasileira: um conjunto de mecanismos psíquicos e sociais que permitem à sociedade negar o racismo enquanto o pratica. Assim, a ideologia da democracia racial, amplamente difundida a partir do modernismo e da sociologia de Gilberto Freyre, serve como uma máscara ideológica que impede o enfrentamento real das desigualdades.

O racismo brasileiro é uma estrutura de poder que define acesso a oportunidades, direitos e reconhecimento. As políticas de embranquecimento, a naturalização da desigualdade e a ausência de representação negra nas elites econômicas e intelectuais são manifestações dessa estrutura. Mesmo quando a presença negra é tolerada, ela é frequentemente condicionada à excepcionalidade, onde o negro aceito é aquele que, por mérito ou carisma, distancia-se de seu grupo de origem.

Nogueira ainda destaca que, onde o preconceito é de marca, “a luta do grupo discriminado tende a se confundir com a luta de classes” (Nogueira, 1955, p.303), o que reforça a necessidade de uma leitura racializada das desigualdades sociais. Essa percepção antecipa o que autoras negras virão a desenvolver como crítica à universalização da categoria “classe”. Uma crítica que se materializa na intersecção entre raça e gênero, como veremos adiante.

Assim, o conceito de preconceito de marca permite compreender o racismo brasileiro como um sistema que disfarça a exclusão sob o manto da integração, e que faz da mestiçagem uma estratégia de branqueamento simbólico. Esse sistema só pode ser desmascarado quando se reconhece o papel da raça como elemento estruturante da nação — como identidade cultural e, principalmente, como marcador histórico de desigualdade.

O entendimento, portanto, é de que a raça é uma construção social elaborada para organizar e separar os seres humanos em grupos fenotipicamente semelhantes. “Sociologicamente, a compreensão de raça vai além das marcas físicas, ou seja, leva-se em consideração também as origens de cada grupo, as tradições, as práticas culturais, as qualidades morais” (Ingrid-David, 2023). Não há lógica biológica para o entendimento de raça. “A raça não passa de uma ficção útil, uma construção fantasmática ou uma projeção ideológica, cuja função é desviar atenção de conflitos” (Mbembe, 2018. p. 28).

Logo, o racismo é um instrumento cotidiano de dominação que discrimina e violenta, de inúmeras formas, as pessoas com traços fenotípicos negroides, hierarquizando a sociedade de modo que as pessoas negras sejam consideradas pessoas inferiores, subalternas, de forma integrada às organizações econômicas e políticas.

GÊNERO E FEMINISMO NEGRO

A ativista, filósofa e pensadora bell hooks define Feminismo como “um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (Hooks, 2020, p. 13). Como uma grande referência no Feminismo Negro, bell reforça em suas obras que o problema que o feminismo combate é o sexismo ou o patriarcado, que ela entende ser o sexismo institucionalizado. E que, tanto homens quanto mulheres, por sermos socializados, desde o nascimento, em uma sociedade patriarcal, podemos aceitar e reproduzir lógicas e ações sexistas, mesmo sem a intenção ou a consciência.

As reflexões sobre gênero e feminismo no Brasil ganham nova densidade quando vistas pela lente das mulheres negras. Lélia Gonzalez, uma das pioneiras do pensamento feminista negro latino-americano, foi responsável por trazer a experiência das mulheres negras em uma teoria política e cultural própria, rompendo com o feminismo universalista e eurocentrado. Em seu texto “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” (1984), Gonzalez demonstra como a sociedade no Brasil constrói a mulher negra a partir de estereótipos coloniais. Ela identifica três figuras simbólicas: a mulata, a doméstica e a mãe-preta; que sintetizam os papéis sociais impostos às mulheres negras e reforçam o controle

racial e sexual sobre seus corpos. Essas representações são resultado de um longo processo histórico de objetificação e exploração, iniciado com a escravidão e perpetuado pela cultura popular.

Lélia Gonzalez afirma que o racismo constitui o elemento sintomático que dá forma à neurose cultural do Brasil, relacionando o fenômeno à psicanálise lacaniana e à teoria social de Bourdieu. O racismo, segundo ela, é um sintoma coletivo que estrutura o inconsciente nacional, sustentando-se na culpa e na negação branca. Essa leitura inovadora da Lélia revela que o enfrentamento do racismo é político, simbólico e subjetivo e isso, nessa magnitude, não pode ser analisado isoladamente do contexto de gênero, classe ou sexualidade. Trata-se de reeducar o imaginário social.

Ainda na década de 1980, Gonzalez também faz uma crítica contundente ao movimento feminista brasileiro apontando sua incapacidade de incluir as mulheres negras em suas pautas. Enquanto as feministas brancas reivindicavam o direito ao trabalho, por exemplo, as feministas negras já estavam no mercado de trabalho há séculos, em condições precarizadas, injustas e de exploração desumana. Esse descompasso evidencia que a categoria “mulher”, tomada como universal, oculta as diferenças de raça e classe, reforçando o privilégio branco.

Oyèrónké Oyěwùmí (2021; 2023), cientista política e socióloga nigeriana, faz uma crítica sobre a imposição do gênero como princípio organizador universal. Ao demonstrar que, em contextos africanos como o iorubá, as hierarquias sociais pré-coloniais se estruturavam mais pela senioridade do que pela diferença sexual, Oyěwùmí evidencia que o próprio conceito ocidental de “mulher” é uma invenção colonial, fundada na racialização e na hierarquização do corpo. Encontramos ressonância a essa crítica ao olharmos para gênero também sob o prisma do conceito de Feminismo Negro.

Ao lado de Gonzalez, Angela Figueiredo traz uma leitura contemporânea dessa herança, propondo uma epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. Para a autora, o feminismo negro é um movimento teórico e político que se desenvolve tanto dentro, quanto fora das universidades e que, partir de todas essas lutas sociais, com a ampliação do acesso à educação superior e as políticas de cotas raciais, as mulheres negras passaram a ocupar espaços de produção

de conhecimento e a tensionar as estruturas acadêmicas.

É inegável que o feminismo como teoria e prática vem desempenhando um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, e à medida que, ao apresentar novas perguntas, não somente estimulou a formação de grupos e redes, mas também desenvolveu a busca de uma nova forma de ser mulher. (Gonzalez, 2011, p. 12. in: Figueiredo, 2020, p. 04).

Figueiredo observa que esse processo resultou na formação de coletivos e redes de solidariedade intelectual, que ela denomina “maré feminista negra”. Essa maré rompe com a lógica das “ondas” feministas eurocêntricas, reforça o que os movimentos feministas negros liderados por Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, dentre outras, vinham fazendo desde a década de 1970 na luta por direitos, e reivindica uma leitura própria da realidade brasileira, ancorada na experiência negra, nas práticas decoloniais e no diálogo com os movimentos sociais.

Inspirada em Patricia Hill Collins e Angela Davis, ambas pesquisadoras e ativistas estadunidenses muito importantes para o Feminismo Negro, Angela Figueiredo propõe que a metodologia feminista negra deve privilegiar a autoetnografia, o diálogo horizontal e a empatia, reconhecendo a experiência como fonte legítima de saber. Ao defender a necessidade de “feminilizar e enegrecer a linguagem”, a autora amplia a noção de epistemologia para incluir o corpo, a emoção e a coletividade como dimensões do conhecimento.

Portanto, o feminismo negro, não deve ser entendido como uma vertente do feminismo dito universal. Trata-se de uma ruptura epistêmica. O Feminismo Negro denuncia as omissões do feminismo branco, expõe a colonialidade dos saberes e propõe um novo paradigma, no qual as mulheres negras passam a não serem mais apenas objetos de estudo, mas sujeitas produtoras de teoria, estética e política.

INTERSECCIONALIDADE COMO CHAVE DA LUTA ANTIRRACISTA

A Interseccionalidade, conceito introduzido por Kimberlé Crenshaw (1989), revolucionou os estudos de gênero e raça ao evidenciar que as opressões não atuam isoladamente, mas de forma simultânea e interdependente.

No contexto brasileiro, essa categoria analítica ganha novos contornos, pois o racismo estrutural se entrelaça às heranças coloniais, às desigualdades regionais e à violência de gênero.

Kimberlé Crenshaw é jurista e ativista dos direitos civis, reconhecida mundialmente por ter formulado o termo de Interseccionalidade e por seu importante papel na consolidação da Teoria Crítica da Raça. Essa teoria, publicada em 1995, propõe que o racismo não se limita a atitudes individuais ou preconceitos isolados, mas está profundamente incorporado às estruturas legais, políticas e institucionais que organizam a sociedade. A partir dessa perspectiva, Crenshaw desenvolveu a Interseccionalidade como uma lente analítica que revela como diferentes sistemas de opressão — como o racismo, o sexismo, o classismo, a LGBTQIAPN+fobia, dentre outros marcadores — se entrelaçam, produzindo formas específicas e complexas de desigualdade e exclusão.

Para Crenshaw, as mulheres negras vivem em um ponto de intersecção entre o racismo e o sexismo, o que as torna duplamente vulneráveis e frequentemente invisíveis nas políticas públicas. Essa abordagem é expandida por Patricia Hill Collins, que propõe a ideia de ponto de vista negro feminino como um lugar privilegiado de conhecimento, onde a opressão se converte em compreensão crítica.

Como sintetiza Patricia Hill Collins, ativista estadunidense e estudiosa do conceito Interseccionalidade “essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social” (Collins, 2019, p. 16), reforçando a compreensão de que os sistemas de opressão não atuam de forma isolada, como já dito aqui, mas se entrelaçam e reproduzem desigualdades estruturais em diferentes esferas da vida social. No caso das mulheres negras, por exemplo, a violência de gênero não pode ser entendida fora do racismo estrutural; e o racismo não pode ser entendido fora da desigualdade de gênero e de classe. Essa sobreposição cria experiências sociais singulares, que são invisibilizadas quando o feminismo se posiciona como se “todas as mulheres fossem brancas”, ou quando o antirracismo fala a partir do ponto de vista negro masculino.

Devido à sua identidade interseccional — como mulheres e como pessoas racializadas —, dentro de discursos moldados para responder a uma ou outra dessas categorias, as mulheres negras acabam marginalizadas em ambos. (Crenshaw, 1995, p. 358).

Assim, Crenshaw desloca o foco do “quem sofre” para o “como o poder opera”, propondo que a Interseccionalidade seja uma ferramenta de justiça cognitiva e política — um modo de tornar visíveis as margens do discurso e incluir nelas as experiências que foram sistematicamente silenciadas.

A noção de Interseccionalidade tem sido amplamente utilizada no campo acadêmico e entre militantes e ativistas de movimentos sociais e de políticas públicas no Brasil. Contudo, por aqui, as discussões interseccionais antecedem a difusão do termo cunhado por Kimberlé Crenshaw nos Estados Unidos, em 1989. Muito antes de sua formulação conceitual, intelectuais negras brasileiras, como Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, já apontavam a importância de se considerar os diversos marcadores sociais da diferença — raça, gênero, classe, entre outros — para a análise de dados e desafios sociais. Essas autoras denunciavam, sobretudo, a ausência de integralidade na ambiência das mulheres negras brasileiras tanto nos movimentos negros quanto nos movimentos feministas, o que evidenciava a necessidade de um olhar mais abrangente sobre as estruturas de opressão interligadas.

No Brasil, Angela Figueiredo retoma essas formulações e as articula ao pensamento decolonial, argumentando que a Interseccionalidade deve ser também um método político de solidariedade. Sua epistemologia insubmissa feminista negra decolonial propõe uma produção de saber enraizada na experiência coletiva, atravessada por afeto, ancestralidade e empatia.

A Interseccionalidade, nesse sentido, ultrapassa a dimensão teórica e se torna práxis transformadora. Ela orienta políticas públicas, práticas pedagógicas e produções artísticas que reconhecem a pluralidade das identidades negras e rejeitam as universalizações eurocêntricas. É uma lente que ilumina o modo como o racismo, o patriarcado e o capitalismo se articulam para manter estruturas de exclusão.

O debate é ampliado e aprofundado ao percebermos que, no Brasil, a experiência da mulher negra está também atravessada por dimensões culturais e linguísticas. Gonzalez propõe o conceito de *Amefricanidade*, que resgata a herança afro-latino-americana e valoriza as interconexões entre as diásporas negras. Essa abordagem contribui para uma compreensão mais ampla da Interseccionalidade, incluindo elementos simbólicos, espirituais e civilizatórios.

Pensar a luta antirracista das mulheres negras sob a perspectiva interseccional é, portanto, reconhecer que elas ocupam um lugar de fronteira, de encruzilhada, onde o sofrimento e a resistência se encontram. O ponto de vista das mulheres negras é um lugar de privilégio, pois permite compreender as múltiplas dimensões da desigualdade e propor estratégias coletivas de enfrentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que o enfrentamento ao racismo no Brasil demanda uma leitura profunda de seus fundamentos históricos e culturais. A escravidão, a colonização e a ideologia da democracia racial constituíram as bases de uma sociedade que naturalizou hierarquias raciais e forjou um imaginário coletivo sustentado pela negação do conflito racial. O mito da cordialidade e da democracia racial, como apontado por Lélia Gonzalez e Oracy Nogueira, é o sintoma de uma neurose cultural que mascara o racismo e perpetua a desigualdade. Desvendar essa estrutura requer reconhecer que o racismo brasileiro, embora disfarçado, é persistente, violento e estruturante.

O conceito de preconceito de marca formulado por Oracy Nogueira é essencial para compreendermos a especificidade do racismo nacional. A partir dele, percebemos como as relações raciais no Brasil são regidas por mecanismos simbólicos e estéticos que reforçam a hierarquia racial ao mesmo tempo em que simulam inclusão e harmonia. O racismo de marca é mais difícil de ser combatido porque se confunde com a sociabilidade cotidiana, piada e com o discurso da integração. Por isso, o antirracismo brasileiro precisa ir além das denúncias pontuais. Ele deve promover uma transformação das estruturas simbólicas que sustentam o imaginário brasileiro.

Nesse cenário, o pensamento das mulheres negras emerge como uma resposta epistemológica e política. Autoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Angela Figueiredo, bell hooks e Oyèrónké Oyěwùmí demonstram que as desigualdades não podem ser analisadas de forma isolada, pois são atravessadas por múltiplos eixos de opressão. Ao exporem como raça, gênero e classe se articulam, essas pensadoras nos oferecem instrumentos teóricos e metodológicos para compreender a complexidade da experiência das mulheres negras de forma mais ampla e, consequentemente, da própria formação social no Brasil.

O Feminismo Negro, nesse contexto, não é uma simples vertente do feminismo hegemônico, mas um projeto político e epistêmico que reposiciona o sujeito do conhecimento. Trata-se de uma ruptura com o universalismo branco e masculino, que sempre definiu o que é considerado racional, científico e legítimo. As mulheres negras, historicamente silenciadas, reivindicam o direito de narrar e interpretar o mundo a partir de suas próprias vivências. Como nos lembra bell hooks, o feminismo deve ser um movimento para o fim de toda forma de opressão, e não apenas uma agenda restrita às desigualdades de gênero.

A epistemologia feminista negra decolonial, tal como formulada por Angela Figueiredo, amplia esse horizonte ao propor uma prática de conhecimento insurgente, afetiva e coletiva. Ao valorizar a autoetnografia, a empatia e o diálogo horizontal, a autora propõe uma reconfiguração da própria lógica de produção científica. Esse movimento desafia o cânone eurocêntrico e recoloca a experiência negra como base legítima para a construção de teorias. Nessa perspectiva, saber e prática se fundem, e a luta antirracista se torna também uma luta pela descolonização do pensamento.

A Interseccionalidade, conforme proposta por Kimberlé Crenshaw e reforçada por Patricia Hill Collins, articula de modo preciso o núcleo desta discussão. Ao demonstrarem que as opressões são interdependentes, as autoras nos convidam a reconhecer que as desigualdades não podem ser combatidas de maneira fragmentada. O racismo, o sexismo e o classismo operam em conjunto, e o combate efetivo a qualquer um deles exige a desarticulação dos demais. A Interseccionalidade, portanto, não é apenas um conceito teórico, mas uma ferramenta prática de transformação social, orientando políticas públicas, movimentos sociais e produções acadêmicas.

No Brasil, o conceito ganha contornos próprios ao dialogar com o legado de pensadoras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. Gonzalez, ao propor o conceito de *Amefricanidade*, introduz a dimensão cultural e civilizatória da resistência negra, ressaltando as conexões entre as diásporas africanas e latino-americanas. Já Sueli Carneiro, ao defender o enegrecimento do feminismo, denuncia a invisibilidade das mulheres negras nas lutas de gênero e evidencia a urgência de uma agenda feminista realmente plural. Juntas, essas autoras criam uma base sólida para o que chamamos hoje de epistemologia afro-brasileira.

Esses três eixos, articulados entre si, mostram que o racismo e o sexismo não são questões de atitudes individuais, mas estruturas de poder que operam na linguagem, nas instituições e nos afetos. O enfrentamento dessas estruturas exige uma prática antirracista e antissexista comprometidas com escuta, redistribuição de poder e reconhecimento das vozes historicamente silenciadas. Trata-se de repensar o humanismo a partir da pluralidade, da ancestralidade e da solidariedade. Essa perspectiva resgata o amor como prática revolucionária, como ensina bell hooks, e reivindica o afeto, o cuidado e o coletivo como princípios estruturantes da luta por justiça social. A Interseccionalidade das mulheres negras é, portanto, um movimento que não apenas denuncia, mas propõe outros modos de viver, pensar e se relacionar.

É nesse ponto que o diálogo entre teoria e prática se torna indispensável. A construção de políticas públicas, a reformulação dos currículos escolares, a representatividade na mídia e nas instituições precisam estar ancoradas em uma visão interseccional e decolonial. O conhecimento produzido pelas mulheres negras é um instrumento de transformação social e deve ser reconhecido como tal. O enfrentamento ao racismo e ao sexismo exige, simultaneamente, a desnaturalização das desigualdades e a reconstrução das estruturas simbólicas e institucionais que as sustentam.

A luta das mulheres negras, ancorada na Interseccionalidade, é a reivindicação de um lugar legítimo no mundo e no conhecimento, uma recusa em aceitar a neutralidade dos discursos dominantes. Essa é a verdadeira revolução: epistemológica, política e afetiva.

Conclui-se, portanto, que o caminho para uma sociedade antirracista no Brasil passa necessariamente pela centralidade das mulheres negras e por suas

epistemologias insurgentes. A luta dessas mulheres revela que não há democracia possível sem equidade racial e de gênero, e que a transformação do país depende da decolonialidade de nossos modos de saber, sentir e existir. A Interseccionalidade não é apenas uma chave teórica, mas uma lente ética, política e afetiva que orienta a reconstrução de um projeto de humanidade mais justo, plural e verdadeiramente emancipatório.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, vol. 17, n. 49, São Paulo, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex*. University of Chicago Legal Forum, 1989.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FIGUEIREDO, Angela. *Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial*. Salvador: UFRB, 2020.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: *New Left Review*, 2009.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*. In: *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de Amefricanidade*. *Revista Tempo Brasileiro*, 1988.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. *Tempo Social : Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

CAPÍTULO 8

RODA DE CONVERSA E PODCAST COMO DISPOSITIVOS PARA ENFRENTAMENTO DO RACISMO NA SAÚDE: EXPERIÊNCIA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Jandesson Mendes Coqueiro

Ariane Silva Carvalho

Brida Luísa Torres Duque

Warlen Ribeiro da Cruz Oliveira

Doi: 10.48209/978-65-5417-626-8

INTRODUÇÃO

Por mais de três séculos, o Brasil vivenciou a escravização de pessoas negras e, no decorrer desse período, a desvalorização desses sujeitos escravizados a partir de sua cultura e características físicas que era usada como justificativa para dominação pelas pessoas brancas. Naquela época, a inferioridade do negro era incontestável para a sociedade e o racismo era produzido de forma aberta em virtude das normas sociais estabelecidas (Lima; Vala, 2004; Nunes, 2006).

Atualmente, o racismo pode ser definido como um conjunto de doutrinas, ideias e ideologias vigentes na sociedade que configura inferioridade a determinados grupos étnicos e funciona como máquina de desigualdade na produção de condições precárias de existência das pessoas vitimizadas (Campos, 2017).

Dessa maneira, pode-se considerar que o racismo se manifesta de diversos modos na sociedade, e, mesmo as formas mais explícitas serem proibidas por lei, mantém-se no cotidiano dando contornos aos comportamentos das pessoas, como, por exemplo, a maneira que as instituições tratam os sujeitos. O racismo institucional, conceituado como o fracasso coletivo de uma organização para promover um serviço adequado e profissional aos sujeitos por conta da sua cultura, cor e origem étnica (Kalckmann et al, 2007), dispõe uma

forma sutil de manifestação e se configura implícito no trabalho das instituições (Oliveira; Kubiak, 2019).

No âmbito da saúde, o racismo institucional é apresentado, por exemplo, com a invisibilidade das doenças que são mais prevalentes à população negra, a fragilidade de acesso aos serviços de saúde, o pouco debate sobre a questão racial nos ambientes de formação, a qualidade do cuidado em saúde, bem como o acesso aos insumos, o que vem determinando diferenças relevantes no perfil de adoecimento e mortalidade entre pessoas brancas e negras (Loureiro; Rozenfeld, 2005; Lopes, 2005; Batista et al, 2005).

O recenseamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2022), demonstra a composição da população do Brasil onde 55,5% são pessoas negras (pretas e pardas), e mesmo sendo os maiores utilizadores do Sistema Único de Saúde (SUS), muitas equipes de profissionais da saúde ainda não possuem formação antirracista e letramento racial para lidar com as singularidades e especificidades dos corpos negros. Observa-se que a maioria dos profissionais de saúde carece de uma formação mais humanizada e atenta às especificidades de diversos corpos brasileiros. A existência do poder estrutural preestabelecido é quem tem ditado a vida e a morte pelas políticas de estado, sendo um desses agravamentos as ausências de políticas públicas de saúde no campo social, na vida da população negra (ALMEIDA; FEUERWERKER; LLANOS C., 1999).

É importante considerar que o racismo se apresenta nas interações entre os sujeitos e que mesmo o profissional não considerando que apresentou uma atitude racista, ao deixar de escutar a percepção da pessoa que sofreu a ação, está colaborando também com o racismo institucional. Outrossim, ao não apresentarem um posicionamento claro e espaços onde essas condutas sejam debatidas, as instituições são coniventes e potencializam a institucionalização do racismo (Kalckmann et al, 2007).

Faz-se urgente refletir as conjunturas que estruturam a vida, tais como garantia dos direitos humanos, acesso à moradia digna, geração de renda, educação, saneamento básico e sobretudo a saúde. Importante considerar as relações étnicas raciais que perpassam a sociedade, resquícios dos processos de

escravização, colocando a população negra em lugar de subalternização e inferioridades, atingindo o campo da saúde. Para Andrade (2006) historicamente são as mulheres negras que são olhadas como resistentes à dor e normalização da ausência de acompanhantes nos atendimentos de saúde. São as mulheres que estão conectadas à invisibilização e à superexposição, com corpos tatuados pela desumanização, expostas à existência de um sofrimento causado por experiências de racismo.

Gomes (2017) pontua que o crescimento e problematização da humanidade, com o acréscimo de suas capacidades de mediação sobre uma proporção da natureza contribuem para uma vida mais ampla, considerando as valiosas evoluções técnicas que propiciam prevenir, detectar e tratar uma série de quadros que em outros tempos não era possível. Diante disso, a necropolítica criada por Mbembe (2018), define que o Estado exerce um poder de soberania atingindo em cheios determinados grupos, fazendo com determinadas vidas sejam descartáveis, colocando vidas sobre o poder da morte trazendo uma nova configuração as relações de resistência, terror e sacrifícios, mas a necropolítica é reconhecida pelo significado de poder e na aptidão de proferir quem pode viver e quem deve morrer, atividade do poder público, o encargo do racismo é a disposição de morte e tornar concebíveis as funções assassinas do Estado.

Dessa forma, em 2006 o Ministério da Saúde reconheceu o conceito do racismo institucional no serviços de saúde e em 2009, fruto de uma longa caminhada dos movimentos sociais, lançou a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) que se configura como um marco importante para o reconhecimento das desigualdades étnico-raciais e do racismo como determinantes sociais e condições de saúde, que visa promover maior discussão sobre o tema e cuidado em saúde para equidade a essa população (Matos; Tourinho, 2018; Souzas, 2005; Brasil, 2013; Brasil; Trad, 2012).

A PNPSIN surgiu como um dispositivo compensatório na tentativa de diminuir os efeitos da discriminação e da exploração sofridas por pessoas negras ao longo da história do Brasil, uma vez que esse histórico se apresenta em vários aspectos, não diferentemente em relação à saúde. Dessa maneira, o reconhecimento social e político ocorre em conformidade com as reflexões

sobre as especificidades de vida e saúde da população negra, sendo ligados à possibilidade de benefícios causados pela implementação de uma política de saúde estruturada (Monteiro; Maio, 2005).

Essa política, enquanto lei, colocou como obrigatoriedade em todo território brasileiro, entre outras atribuições, a inserção de conteúdos da saúde da população negra nos espaços de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde (Brasil, 2010). Entretanto, Monteiro (2012) argumenta que é um desafio sensibilizar os profissionais de saúde sobre a sua relevância, em seu cotidiano de trabalho, visto que, muitos nem têm conhecimento da sua existência, ainda (Monteiro, 2012).

Assim como Werneck (2004) coloca, há a escassez de produções acadêmicas que dissertam sobre o racismo na saúde. Existe a necessidade de consolidação da saúde da população negra como campo de investigação, o que está ligado com o baixo grau de inserção nos debates sobre o racismo, e suas consequências na saúde e suas formas de confronto e a necessidade de abordar questões essenciais quanto as contestações para a aplicação de políticas de saúde que ponderasse as privações específicas da população negra, principalmente em contexto com a saúde coletiva.

É preciso avançar mais nas políticas públicas antirracista, nas formações dos profissionais e nos atendimentos aos usuários, principalmente na humanização na saúde, levando a pensar como se opera o epistemicídio e suas consequências como anulação e desqualificação do conhecimento das populações assujeitadas, um processo insistente de produção da falta cultural, pelo desacordo ao acesso à saúde pública, especialmente de qualidade, pela elaboração do rebaixamento intelectual, pelos diferentes dispositivos de invalidação da saúde do negro (Collins, 2018).

Nesse aspecto, Carneiro (2023) convoca a discussão sobre a conjecturas da composição do sujeito, ou seja, o dispositivo de poder, que produz os modos plurais de resistência da população. Para a referida autora, o dispositivo sobre raça propicia também possibilidades de falha que, em termos de saúde, geram deslocamentos subjetivos na direção do ato de se cuidar e da liberdade coletiva. A promoção e prevenção da saúde não pode estar dissociada de uma batalha

ético-político ao capitalismo, questionando e enfrentando o racismo e todas as formas de violências e de violações dos direitos humanos, construindo redes de cuidados e proteção, com políticas intersetoriais articuladas.

Considerando que a PNSIPN reitera a interface entre vulnerabilidade em saúde e racismo, propondo como uma de suas diretrizes a inclusão dos temas Racismo e Saúde da População Negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde e no exercício do controle social na saúde (Brasil, 2013), e que é preciso promover ações em consonância aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, especialmente, ao objetivo 10, sobre redução de desigualdades, buscando eliminar *desigualdades* estruturais, como o racismo, e promover equidade de oportunidades (Nações Unidas no Brasil, 2025), este capítulo tem como objetivo descrever a experiência da implementação de roda de conversa e *podcast* como dispositivo para discussão sobre o enfrentamento do racismo na saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência sobre ações de enfrentamento do racismo na saúde, implementados sob forma de roda de conversa e a criação de um episódio de *podcast* sobre o assunto, vivenciados por integrantes do Projeto de Extensão “Cuidar Rizomático: criação de multiplicidades na Atenção Primária à Saúde” da Universidade Federal do Espírito Santo, no mês de novembro de 2022, período destinado a celebração da Consciência Negra, pois é no dia 20 deste mês que é lembrado a morte de Zumbi dos Palmares, último líder do quilombo dos Palmares, assassinado em 1695.

Conforme posto por Rocha e Moraes Filho (2010), o mês da consciência negra é uma possibilidade privilegiada de reflexões e debates, não apenas da conjuntura dos negros no Brasil, mas, principalmente, dos envolvimento resultantes dessa situação em toda sociedade. Além disso, ao afirmar a consciência negra, há um anúncio do processo de libertação da voz de um povo que foi historicamente calado, amordaçado, emudecido pelas práticas coloniais de dominação, pelas ações socioculturais de exclusão e pelas práticas sociais de discriminação (Rocha; Moraes Filho, 2010).

Para que a roda de conversa acontecesse, foram seguidas três etapas: planejamento, implementação e avaliação. Na fase de planejamento, foi realizada uma reunião entre a equipe do projeto de extensão com o intuito de estabelecer as estratégias para discussão do racismo nas rodas de conversa e confecção dos materiais que seriam utilizados em cada momento da ação. Houve também o convite para duas unidades básica de saúde (UBS) do município de Vitória-ES para participação das rodas, com articulação dos dias e horários disponíveis para que a ação pudesse acontecer. A fase de implementação da roda de conversa foi realizada na data definida com as equipes das UBS com uso dos materiais confeccionados pelos membros do projeto. Por fim, na etapa de avaliação foi feita com o uso de um formulário preenchido pelos participantes da roda e feedback entre as pessoas que compõem o projeto.

Com relação ao *podcast*, para que a criação do episódio acontecesse, foram seguidos as seguintes etapas: convite a dois profissionais com experiência na temática sobre racismo; a elaboração de um roteiro com perguntas e comentários sobre o assunto, a ser seguido no momento da gravação do episódio; gravação do encontro através da plataforma “Zoom” no dia e horário estabelecido pelo convidados; edição do episódio pelo aplicativo “Podcasters” e publicização do episódio no “Spotify” e “Youtube” com divulgação, também, para os profissionais de saúde durante as rodas de conversa nas UBS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Roda de Conversa Como Dispositivo para Enfrentamento do Racismo na Saúde

As rodas de conversa sobre o enfrentamento do racismo nos serviços de saúde aconteceram durante o mês de novembro de 2022 em duas UBS localizadas em região periférica do município de Vitória-ES, com a participação de 50 profissionais de saúde que atuavam nas equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) de cada UBS.

Buscou-se implementar rodas de conversa de forma dialogada com estabelecimento de espaços de aprendizagem, cooperação e inclusão dos pro-

fissionais no desenvolvimento do processo educativo e, para isso, o conhecimento dos participantes sobre o assunto foram considerados como reflexão crítica do conteúdo trabalhado (Mandr ; Silveira, 2013) e estratégia para fomentar o debate.

Para esse propósito, a roda de conversa foi dividida em dois momentos, a saber, 1) construção de um painel sobre o racismo e; 2) discussão sobre imagens relacionadas ao tema nos serviços de saúde.

Para a construção do painel, os mediadores da roda — membros do projeto de extensão —, fizeram a exposição de um cartaz, no centro da roda, apenas com a palavra “Racismo” escrita, foi feita a distribuição de pinceis para que os participantes pudessem escrever algo que representasse aquilo que eles pensavam sobre o assunto, o que resultou maioritariamente em palavras como escravidão, crime, desrespeito, cultura e preconceito.

A proposta de construção do painel aconteceu por considerar a importância da superação de modelo pedagógico apoiado na transmissão de conhecimento no modelo bancário pouco participativo (Davini, 2009). Com isso, após o preenchimento do painel, os participantes puderam iniciar o debate sobre o assunto com a exposição do material que foi produzido por eles mesmos, utilizando como base apenas a palavra “Racismo”.

Houve, naquele momento da roda, muitos comentários sobre o racismo estrutural e as consequências disso para a convivência em sociedade. Conforme colocado por Almeida (2019), o racismo sempre é apresentado como estrutural, isto é, trata-se de um elemento que integra a organização política e econômica da sociedade. Isso acontece porque é superficial pensar o racismo apenas como uma questão comportamental de uma pessoa, como também pelo viés institucional, em que os estabelecimentos trabalham sob um processo que confere um tratamento desigual, privilégios e fragmentações embasados na raça, como, por exemplo, ações baseadas na desconfiança provocada por agentes de segurança e empresas contra sujeitos negros. Dessa maneira, o referido autor, citado anteriormente, defende que as instituições são resultado das lutas e conflitos pelo monopólio do poder na sociedade, reproduzem normas e padrões existentes na sociedade e que conduzirão os comportamentos e ações de sujeitos cujos signi-

ficados foram estabelecidos previamente na estrutura social. Dessa forma, Almeida (2019), defende que o racismo é sempre estrutural, por considerar que o racismo é uma maneira sistemática de discriminação a grupos minoritários que só acontece se forem reproduzidas as formas sociopolíticas que a naturaliza.

No segundo momento da roda, foram dispostos sete envelopes, no meio da roda, com imagens relacionadas ao racismo e saúde, a saber, 1) Escravidão; 2) Racismo estrutural x institucional; 3) Palavras e expressões racistas; 4) Racismo nos serviços de saúde; 5) PNSIPN; 6) Ações para o enfrentamento ao racismo.

Cada participante, de forma voluntária, abriu um envelope por vez mostrando as imagens e fazendo leitura do que estava escrito. Em seguida, foi iniciado o debate sobre a percepção dos participantes a respeito das imagens expostas.

Naquele momento, algumas questões ganharam destaques entre os participantes da roda de conversa, tais como, expressões racistas que eles emitiam em seu cotidiano, mas negavam o conhecimento sobre isso; as experiências de racismo vivenciadas dentro dos serviços de saúde e o desconhecimento da PNSIPN.

A respeito das expressões racistas, vale considerar que o idioma falado no Brasil foi construído sob forte influência da época da escravidão e que muitas expressões continuam sendo usadas atualmente, ainda que inconscientemente ou não intencional (Defensoria Pública do Estado da Bahia, 2021). Moreira (2019) coloca que as palavras compartilham valores culturais que não deixam de disseminar sentidos negativos só porque a pessoa não teve a intenção.

Sobre as experiências de racismo vivenciadas dentro dos serviços de saúde, cita-se, como exemplo, um estudo realizado com 240 pessoas, com o objetivo relatar a sondagem de opinião sobre a existência de racismo nos serviços de saúde e subsidiar a discussão de racismo institucional entre os profissionais de saúde. Tal estudo apontou, entre outras questões, que a população negra vem sendo discriminada nos serviços de saúde, tanto como usuários, quanto como profissionais, isto foi exemplificado, no estudo, com a tendência que os profissionais de saúde tem em minimizar as queixas de pessoas negras, situações de

discriminação são mais frequentes quando as pessoas estão mais fragilizadas, como durante a gravidez e durante o parto; e negação da população em ser atendido por profissionais negros (Kalckmann et al, 2007).

Em relação à PNSIPN, os profissionais que participaram da roda mencionaram desconhecimento sobre a política e, com isso, não implementavam ações relacionadas à população negra dentro da UBS. Apesar de novembro ser o mês da Consciência Negra, os profissionais dedicavam as suas atividades à Saúde do Homem, por conta do destaque ao “Novembro Azul”.

Um estudo realizado com 115 profissionais envolvidos nos programas de residência em Saúde da Família de Florianópolis, SC, em 2017 evidenciou que a maioria dos participantes sabiam da existência da PNSIPN e a consideravam importante, mas nunca leram o material referente a ela; disseram não conhecer o conceito de racismo institucional; e observou-se também que a percepção das políticas afirmativas tendiam a reforçar a discriminação, mesmo quando todos os respondentes acreditavam existir racismo no Brasil (Matos; Tourinho, 2018).

Em se tratando da ESF, Medeiros et al. (2019) coloca que o debate sobre o racismo proposto neste espaço é relevante por se tratar de uma estratégia prioritária da APS, na qual se faz a atenção à saúde ao longo de toda vida da população e os profissionais transitam nos territórios e nos vários contextos familiares. Tratando-se assim, como um dos serviços que possui alta capacidade de capilaridade na vida das pessoas, coletivos e territórios, o que pode produzir debates e reflexões que constituem a desconstrução de estruturas que causam opressão, como o racismo.

Podcast como Dispositivo para Enfrentamento do Racismo na Saúde

O episódio produzido pela equipe do projeto de extensão foi intitulado como “O enfrentamento do racismo na saúde”, inserido no *Podcast* “Rizoma-Cast” — uma ferramenta que já vem produzindo episódios sobre outras temáticas que tangenciam o cuidado em saúde —, sendo mediado por estudantes de graduação — membros do projeto de extensão —, e contou como convidados uma enfermeira com mestrado em Saúde Pública e um profissional graduado em Direito ligado a movimentos sociais.

Com o intuito de produzir um episódio de *podcast* que pudesse apresentar, aos ouvintes, a temática de forma clara e coerente, foi proporcionado um ambiente dialógico em que convidados e apresentadores pudessem expor os assuntos em forma de um bate papo mais descontraído e leve. Assim, os apresentadores começaram a conversar sobre o assunto com uma breve introdução sobre o racismo na saúde e abertura das falas para que os convidados dialogassem sobre o tema.

Durante a gravação do episódio, foram apresentadas as experiências dos convidados com a temática, como o racismo se faz presente no cotidiano da sociedade, as definições de racismo institucional e injúria racial, vivências do racismo nos serviços de saúde, quais posturas e atitudes podem ser adotadas para atenuar esse preconceito na sociedade, especialmente nos serviços de saúde.

Utilizar novas ferramentas, como o *podcast*, para se discutir o racismo é importante, porque tal dispositivo tem potencial de atrair a atenção de quem está escutando o debate e oportunizar o acesso ao conhecimento, sem requerer grande esforço da pessoa que está ouvindo. Entre as suas potencialidades, estão a mobilidade do ouvinte, arquivos leves para baixar ou ouvir por *streaming*; oportunidade de pausar e escutar o episódio quando desejar (atemporalidade); e o uso de informação clara com linguagem mais popular (Figueira; Bevilaqua, 2022).

No caso do episódio produzido pela equipe do projeto de extensão, conforme citado anteriormente, o *podcast* foi divulgado para os participantes após a finalização da roda de conversa. Além disso, foi baixado uma versão de áudio e enviado aos diretores da UBS com intuito de divulgar nos grupos de *WhatsApp*, pois assim, os profissionais poderiam ter a oportunidade de ouvir o episódio sem a necessidade de assinatura do *Spotify*.

O intuito da produção e divulgação do *podcast*, era que os participantes da roda e outros profissionais que não puderam participar da ação, pudessem ter acesso a mais informações sobre o assunto. Durante a divulgação, os profissionais se mostraram entusiasmados com o episódio do *podcast*, declaram que iriam fazer a escuta e divulgar para outras pessoas.

O episódio de *podcast* produzido pode se configurar como um dispositivo que produz um movimento de resistência, em uma perspectiva denominada de “comunicação rizomática” (Antunes; Coqueiro, 2022), por não ter um aspecto padrão (pré-estabelecido), na qual diversos aspectos se conectam no fluxo entre diferentes atores (mídia, movimentos sociais, profissionais de saúde), situações (racismo nas distintas especialidades de saúde, por exemplo) e área dos saberes (saúde e direito, por exemplo), em um trajeto constante e criativo de refletir sobre o mundo e suas linhas de complexidade, sustentando as heterogeneidades no território da comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

APS enquanto nível de atenção à saúde mais próxima da população, tem importância fundamental nas reflexões a respeito dos papéis dos profissionais no enfrentamento do racismo, uma vez que este se configura como um atravessamento que fragiliza a implementação de cuidado em saúde humanizado, integral e universal.

Dessa forma, a experiência das rodas de conversa com profissionais da ESF apresentada neste artigo pode proporcionar momentos de reflexão e debate entre os participantes sobre conceitos fundamentais como racismo estrutural e institucional, a PNSIPN, termos racistas e estratégias para combater o racismo existente não só na atenção à saúde, mas em toda a esfera da sociedade. Isso foi importante por ser observado, pelos relatos dos profissionais, que o tema não era discutido dentro dos serviços de saúde, pois, muitas vezes, as ações educativas eram voltadas apenas para modelos biologicistas e hospitalocêntricos de cuidado em saúde.

Além disso, o *podcast* criado pelo projeto de extensão serviu como estratégia para potencializar a discussão sobre o racismo na saúde e, por ser um dispositivo que pode ser ouvido em qualquer lugar, ampliar as reflexões para outros profissionais que tiverem interesse pelo assunto.

Apesar da importância desses momentos, como relatados aqui, as rodas de conversa aconteceram de forma pontual, o que não pode garantir que o assunto tenha tido outros espaços de discussão dentro das UBS.

É preciso pensar em estratégias com programas de Educação Permanente e Popular em Saúde que possam assegurar momentos contínuos de discussão sobre o combate ao racismo dentro dos serviços de saúde, em concordância com os preceitos da PNSIPN, mas sem deixar de lado o julgamento ao sistema econômico que constantemente produz regalias a pessoas brancas.

Ao mesmo tempo, entende-se ser essencial abarcar também reflexões sobre as condições básicas de vida e, portanto, a continuação das políticas públicas que afirmam o acesso aos direitos básicos de habitação, renda, acesso à educação, saneamento básico, alimentação apropriada e de qualidade, em consonância aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Nesse sentido, o dispositivo para o enfrentamento ao racismo seria um recurso presente de modo ordenado e estruturante nas relações. São os dispositivos que são instaurados a partir de uma divisão no campo ontológico, constituição de processos de resistências, essencial para a afirmação das identidades negras, ou seja, nossa constituição enquanto sujeitos.

Além disso, estas ações de extensão potencializam o trabalho interdisciplinar da equipe (formada por cursos de graduação diferentes) que teve que pesquisar sobre o assunto e firmar parcerias com profissionais das UBS e movimentos sociais para que o planejamento e implementação das propostas pudessem ser realizada de maneira ética, crítica e reflexiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.; FEUERWERKER, L. C. M.; LLANOS C., M. Educação dos profissionais de saúde na América Latina: teoria e prática de um movimento de mudança. São Paulo: **Hucitec**, 1999. p. 47-83.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANDRADE, P. S. **Pertencimento étnico-racial e ensino de História**. 2006. 179 f. Dissertação (Mestrado em Metodologia de Ensino) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

ANTUNES, M. N.; COQUEIRO, J. M. Comunicação rizomática: reflexões sobre os movimentos de resistência em tempos da Covid-19. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 132, p. 200–210, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/VzkP9ymnFmqyD83VhwqqqLq/#> Acesso em: 14 mar. 2024.

BATISTA, L. E.; VOLOCHKO, A.; FERREIRA, C. E. C.; MARTINS, V. Mortalidade da população negra adulta no Brasil. In: BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade**. Brasília: Funasa, 2005. p. 237-314.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. S BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS**. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL, S. A.; TRAD, L. A. B. O movimento negro na construção da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e sua relação com o Estado brasileiro. In: BATISTA, L. E.; WERNECK, J.; LOPES, F. (Orgs.). **Saúde da população negra**. Petrópolis: DP et Alii, 2012. p. 70-97.

CAMPOS, L. A. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 95, p. 1-19, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/8YsCLH9MsCZ3dPWC47JLmFd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

COLLINS, P. H. Epistemologia feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

DAVINI, M. C. Enfoques, problemas e perspectivas na educação permanente dos recursos humanos de saúde. In: BRASIL. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. p. 39-58.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA. **Dicionário de expressões (anti) racistas**. 1. ed. Salvador: ESDEP, 2021. Disponível em: https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2021/11/sanitize_231121-125536.pdf. Acesso em: 22 out. 2023.

FIGUEIRA, A. C. P.; BEVILAQUA, D. V. Podcasts de divulgação científica: levantamento exploratório dos formatos de programas brasileiros. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 120-138, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://www.reciis.iciict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2427/2505>. Acesso em: 22 mar. 2024.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: nota técnica 01/2022: estimativas para estratos de municípios na PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101933.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

KALCKMANN, S. et al. Racismo institucional: um desafio para equidade no SUS? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 146-155, ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ZTJmFN3BzNTm8C6rf9qFJgC/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 15 fev. 2024.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 3, p. 401-411, dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/k7hJXVj7sSqf4sPRpPv7QDy/?lang=pt#>. Acesso em: 02 mar. 2024.

LOUREIRO, M. M.; ROZENFELD, S. Epidemiologia de internações por doença falciforme no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 6, p. 943-949, dez. 2005.

LOPES, F. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra. In: BATISTA, L. E.; KALCKMANN, S. (Orgs.). **Seminário saúde da população negra estado de São Paulo, 2004**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005. p. 53-101. (Temas em Saúde Coletiva, 3).

ROCHA, J. G.; MORAES FILHO, Z. B. Afirmando a consciência negra. **Cadernos de Pesquisa e Extensão**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 34-41, dez. 2010. Disponível em: https://apl.unisum.edu.br/cadernos/images/artigos/volume1/01_miolo_art_03.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

MANDRÁ, P. P.; SILVEIRA, F. D. F. Users' satisfaction with a conversation circle program in the waiting room. **Audiology - Communication Research**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 186-193, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/acr/a/JqvVMgZFfBVG5r8TPtsv6MQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2023.

MATOS, C. C. S. A.; TOURINHO, F. S. V. Saúde da População Negra: percepção de residentes e preceptores de Saúde da Família e Medicina de Família e Comunidade. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 13, n. 40, p. 1-12, jan./dez. 2018. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1712/907>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEDEIROS, T. M. Racismo institucional e a Estratégia de Saúde da Família: um estudo sobre essa interlocução no município do Rio de Janeiro. **Caderno de Gênero e Tecnologia**, v. 12, n. 40, p. 76-91, jul./dez. 2019.

MOREIRA, A. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

MONTEIRO, M. do C. S. Desafios da inclusão da temática étnico-racial na educação permanente em saúde. In: BATISTA, L. E.; WERNECK, J.; LOPES, F. (Orgs.). **Saúde da população negra**. Petrópolis: DP et Alii, 2012. p. 142-152.

MONTEIRO, S.; MAIO, M. C. Etnicidade, raça e saúde no Brasil: questões e desafios. In: MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JR., C. E. A. (Orgs.). **Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 473-485.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10: redução das desigualdades**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/10>. Acesso em: 12 jun. 2025.

NUNES, S. da S. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 89-98, mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/kQXPLsM8KBkZYSBTnTGhvmj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2024.

OLIVEIRA, B. M. C.; KUBIAK, F. Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 111, p. 938-948, jul./set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2019.v43n122/939-948/pt/>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SOUZAS, R. A saúde da população negra: uma questão de direito e equidade. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, n. 4, p. 94-102, jan./dez. 2005. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19919/10641>. Acesso em: 15 fev. 2024.

WERNECK, J. Ou belo ou puro? Racismo, eugenia e novas (bio)tecnologias. In: ROTANIA, A.; WERNECK, J. (org.). **Sob o signo das bios**: vozes críticas da sociedade civil. Rio de Janeiro: E-papers; Nova Friburgo: **Marca**, 2004.

CAPÍTULO 9

RACISMO, SAÚDE E NECROPOLÍTICA: EXPERIÊNCIA DE ENSINO UNIVERSITÁRIO SOBRE DESIGUALDADES RACIAIS E A CONSTRUÇÃO DA EQUIDADE NA SAÚDE BRASILEIRA

Renata Soares
Luciana Aparecida Carvalho Marcondes
Larissa de Fátima da Silva Santos
Tatiane Farias da Rosa Silva
Doi: 10.48209/978-65-5417-626-9

INTRODUÇÃO

A formação social brasileira é marcada por profundas desigualdades raciais, herança direta do processo escravocrata e da ideologia do branqueamento, que naturalizou a marginalização da população negra em diferentes esferas da vida social. Essas desigualdades se expressam de modo contundente na área da saúde, onde o racismo opera como determinante social, impactando o acesso, a qualidade e a expectativa de vida das pessoas negras.

Almeida (2019) define o racismo estrutural como uma lógica que ultrapassa comportamentos individuais e se manifesta nas instituições, nas práticas estatais e nas estruturas econômicas e culturais que sustentam a sociedade. Nesse sentido, compreender a saúde pública brasileira implica reconhecer que ela está imersa em uma sociedade estruturalmente racista.

A metodologia empregada nesta pesquisa é um relato de experiência ocorrido na disciplina *Seguridade e saúde* do curso de graduação em serviço social, no 5º período de estudos. Esta disciplina se propôs em analisar o processo histórico da saúde no Brasil, considerando o entrelaçamento de raça, classe social e gênero na saúde público e, assim, realizar um paralelo com a saúde contemporânea, considerando as iniquidades sociais em saúde.

Assim, a disciplina se deu em três momentos. No primeiro momento a docente da disciplina realizou as considerações iniciais sobre o conteúdo. Em sequência, foi disponibilizado materiais para grupo de alunos para que estes estudassem em casa e preparassem aulas e debates para serem realizados em sala de aula. Após esse segundo momento em que os próprios alunos da turma deram aula, convidamos especialistas e profissionais da área da saúde para debaterem na turma sobre o paralelo da construção histórica da saúde no Brasil com as questões de iniquidades sociais contemporâneas.

Assim, essa pesquisa se debruça nessa experiência de sala de aula para apontar estratégias de debates sobre os imbricamentos da construção da formação sócio-histórica brasileira, principalmente, no que se refere a saúde, e como tem se desdobrado as iniquidades em saúde contemporâneas.

Portanto, esse estudo está dividido em duas partes principais: a primeira aborda o marco teórico sobre os conceitos fundamentais de raça, formação social brasileira e o desenvolvimento histórico da saúde com recortes raciais como a necropolítica, a interseccionalidade e as iniquidades em saúde, destacando estratégias para a promoção da equidade racial no SUS. A segunda parte discute as questões contemporâneas, a partir da experiência da sala de aula invertida e do seminário realizado na disciplina *seguridade e saúde*.

ANÁLISE CONCEITUAL SOBRE RACISMO, NECROPOLÍTICA E CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA

Neste primeiro momento da pesquisa será abordado uma análise conceitual sobre os principais conceitos que perpassam a construção histórica da saúde brasileira. Consideramos que pensar a saúde brasileira é considerar os aspectos históricos da formação social brasileira que é permeado pela não ruptura completa do modelo Colonial e, portanto, é construída a partir de uma série de opressões estruturais que servem de manutenção do modelo econômico-político-social capitalista.

Assim, iniciaremos nosso debate com o conceito de raça e sua relação eminente a colonialidade escravista. Em seguida, sobre o mito da democracia

racial e como se desdobra na sociedade. Também abordaremos sobre a necropolítica como um conceito chave para pensar a saúde brasileira, juntamente com a interseccionalidade. Por fim, faremos um breve paralelo da história da saúde com esses conceitos, desde seu início até a contemporaneidade.

O conceito de raça por Munanga (2003) nos aponta que a raça é um conceito de classificação da diversidade humana considerando as diferenças físicas e os diferentes fenótipos de grupos sociais que foram colocados como *outros*. Essa classificação, nada mais é do que expressões do racismo científico, eurocêntrico e colonizador. O mesmo autor destaca, a associação entre negritude e escravidão não apenas legitimou a exploração de povos africanos nas Américas, mas também lançou as bases para o racismo moderno, cuja permanência ainda é sentida nas sociedades contemporâneas, assim legitimando a exploração e a violência de corpos dos povos africanos.

Como destaca Moura (1988), a escravidão no Brasil foi mais do que um sistema econômico, foi um mecanismo de organização ideológica e social, sustentado por uma cosmovisão racista que posicionava o negro como alguém destituído da humanidade, portanto mais próximo ao primitivo, consequentemente inferior e destinado ao trabalho forçado.

Gonzalez (1994) reforça essa análise ao apresentar o racismo como uma ideologia que produz a desumanização do negro e sua invisibilização nas estruturas sociais, políticas e culturais. Ela enfatiza a necessidade de compreender o racismo como uma construção histórica que serve para justificar a exploração do trabalho negro e a sua marginalização econômica, política e social.

A abolição formal da escravidão não significou o fim da opressão racial, mas sua transformação em formas mais sutis e estruturais, que se expressam na desigualdade social, na exclusão do mercado de trabalho formal e na segregação espacial (Nascimento, 1988).

Para Almeida (2019), o racismo é estrutural porque constitui o modo de funcionamento da sociedade, produzindo desigualdades sistemáticas. Assim, não se trata de desvios individuais, mas de uma engrenagem que naturaliza a inferiorização da população negra.

A sociedade brasileira foi moldada pela colonização e pela escravidão, que instituíram a exploração racial como base da estrutura social. Como argumenta Florestan Fernandes (1978), a abolição não significou a integração do negro à cidadania, mas sim a continuidade da exclusão sob novas formas.

Dito isto, é importante reiterar que a formação social brasileira está profundamente marcada pela colonização, pela escravidão e pelas relações desiguais que se consolidaram ao longo da história. Desde o período colonial, o Brasil se estruturou com base de exploração da mão de obra africana escravizada, o que resultou em uma sociedade hierarquizada, onde o poder político, econômico e simbólico foi concentrado nas mãos da elite branca.

A sociedade brasileira, portanto, se construiu a partir de um processo de branqueamento simbólico e material, que buscava eliminar ou inviabilizar as identidades negra (Bento, 2002). Essa lógica foi reforçada com incentivo à imigração europeia, com o objetivo de *melhorar* a composição racial da população, uma tentativa de apagar a presença africana na formação nacional.

O discurso de mestiçagem, embora apresentado como um símbolo de harmonia, funcionou, na prática, como instrumento de negação de diferença racial e exaltação da branquitude, nesse contexto surge o mito da democracia racial, conceito amplamente difundido a partir das ideias de Freire (1993). O autor defendia que o Brasil teria se desenvolvido sem conflitos raciais profundos, graças à convivência entre senhores e escravizados e o processo de miscigenação. Essa visão romantizada da escravatização e da mestiçagem construiu a falsa ideia de uma nação harmoniosa, onde todos seriam iguais independentemente da cor, o que atualmente compreendemos como mito da democracia racial.

A crítica contemporânea ao mito da democracia racial é reforçada por pensadores com Gonzalez (1988) e Ribeiro (2017), que apontam como essa ideologia impede o reconhecimento das experiências de opressão vividas por pessoas negras. Gonzalez (1988) destaca que o racismo brasileiro atua de maneira sutil, sendo incorporado nas relações sociais cotidianas, nas instituições e na cultura.

Desta forma, fica evidente o direcionamento do Estado em determinar quais são os segmentos populacionais que devem ter acesso aos bens e serviços

e quais pode ser *descartáveis* a sociedade. Para Mbembe (2018), necropolítica é o uso do poder do Estado, tanto político quanto social, que determina, por meio de ações ou omissões, quem pode permanecer vivo ou quem pode morrer. Fortemente relacionado ao conceito de biopoder, expressa a noção de soberania e o estado de exceção.

Isso nos direciona para outro conceito norteador importante, a interseccionalidade. Pois, trata-se de um mecanismo sofisticado que imbrica diretamente na vida e reprodução da vida de pessoas que são perpassadas pelas diversas opressões.

A interseccionalidade, conceito cunhado cientificamente por Crenshaw (2002), revela que as opressões não atuam isoladamente, mas de forma simultânea. Cabe ressaltar que este conceito surge como uma reivindicação de feministas negras estadunidenses e, posteriormente, feministas negras do Sul Global apontando que uma mulher negra pobre sofre com o cruzamento dos efeitos do racismo, do sexismo e da desigualdade econômica, dentre outros aspectos de opressões. Já Davis (2016) reforça que a luta por justiça social precisa considerar essas intersecções, pois ignorá-las perpetua a segregação e segmentação desse grupo populacional.

A trajetória da saúde pública no Brasil reflete o processo de reprodução deste sistema de opressão. No período colonial, as práticas de saúde eram voltadas à proteção da elite branca, enquanto as populações negras e indígenas eram negligenciadas ou tratadas como vetores de doenças (Hochman, 1998).

No Brasil, por exemplo, as ações de saúde e saneamento voltadas ao espaço urbano e o controle de epidemias estava fortemente relacionadas com o desenvolvimento do Estado na Primeira República, período esse marcado por campanhas sanitárias (sanitarismo campanhista) e controle de febre amarela urbana, ações coordenadas, principalmente por Oswaldo Cruz na busca de prevenir doenças e prolongar a vida, controlando as infecções comunitárias a partir de educação dos indivíduos nos princípios da higiene pessoal (Paim, 2018).

A saúde pública, na década de 1920, segundo Bravo (2013) adquire novo relevo no discurso do poder. Há tentativas de extensão dos seus serviços por todo país. A reforma Carlos Chagas, de 1923, tenta ampliar o atendimento à

saúde por parte do poder central. Neste período, também foram colocadas as questões de higiene e saúde do trabalhador, sendo tomadas algumas medidas que se constituíram no embrião do esquema previdenciário brasileiro, sendo a mais importante a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) em 1923, conhecida como Lei Elói Chaves.

A Política Nacional de Saúde, da década de 1930, foi consolidada no período de 1945-1950. O Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) foi criado durante a 2ª Guerra Mundial, em convênio com órgãos do governo americano e sob o patrocínio da Fundação Rockefeller. A estrutura de atendimento hospitalar de natureza privada, com fins lucrativos, já estava montada desde a década de 1950 (Paim, 2018).

Com a redemocratização e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988, a saúde foi reconhecida como direito universal. Entretanto, as desigualdades raciais persistem, evidenciando a necessidade de políticas específicas como a PNSIPN (2009), que busca incorporar a equidade racial como princípio estruturante das políticas públicas de saúde.

Como aponta Bravo (2007), a luta pela Reforma Sanitária tinha como uma das principais questões a efetivação da presença da sociedade civil nas políticas de saúde, por isso a esta se insere no quadro geral de luta de classes sociais. Alguns avanços significativos ocorreram com esse movimento, como, modernização setorial, realocação de despesas em favor do setor público e a universalização do conceito de saúde como direito de todos e dever do Estado.

O SUS caracteriza-se como um Sistema resultante da luta pelo direito a saúde, mobilizado pelo Movimento de Reforma Sanitária da década de 1980, sendo este fruto de lutas e mobilizações dos profissionais de Saúde, articulados aos movimentos populares. Sendo assim, a Reforma Sanitária e o SUS objetivam, dentre outros, garantir que o Estado atue em função da sociedade, responsável pelas políticas sociais, inclusive a saúde.

Mesmo em ares de redemocratização e direitos Werneck (2016), sinaliza que a temática de disparidade racial em saúde não foi uma questão introduzida facilmente no contexto da saúde, contudo, por meio de lutas e resistência do Movimento de Mulheres Negras, Movimento Negro e Movimentos Indígenas

essa temática passou a ter reconhecimento e relevância. Para isso foram necessários que os movimentos se organizassem e se intensificassem, principalmente na segunda metade do século XX, chegando a participar dos processos que geraram a Reforma Sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde.

O racismo institucional, segundo Carneiro (2003), se expressa nas práticas cotidianas das instituições, que reproduzem desigualdades sem necessariamente depender de intenções racistas individuais. No SUS, isso se traduz em diagnósticos tardios, atendimento precário e ausência de políticas adequadas para as especificidades da população negra.

Como exemplo, a mortalidade materna como expressão das injustiças sociais em uma sociedade capitalista. mortalidade materna entre mulheres negras é uma questão central na saúde pública do país (Heringer e Silva, 2024).

Reiteramos isso, pois compreendemos que a formação social brasileira, fortemente marcada pelo colonialismo escravista, num contexto de Estado de modelo capitalista dependente, expressa o racismo enquanto estrutural e estruturante da sociedade capitalista, a qual se expressa nas instituições através do racismo institucional (Silva, 2024).

A equidade em saúde, segundo o Ministério da Saúde (2007), é tratar desigualmente os desiguais, reconhecendo que grupos diferentes têm necessidades distintas. Já as iniquidades são desigualdades injustas e evitáveis (Buss & Pellegrini Filho, 2007).

As iniquidades raciais na saúde decorrem de fatores estruturais — como baixa renda, moradia precária e acesso limitado a serviços —, mas também de práticas discriminatórias que desvalorizam a dor e as demandas das pessoas negras. Enfrentá-las exige a incorporação do recorte racial em todas as etapas da formulação e avaliação das políticas públicas.

A implementação da PNSIPN (2009) representa um avanço significativo, pois reconhece o racismo como determinante social da saúde. Entre as suas estratégias, destacam-se a formação de profissionais com abordagem antirracista, o estímulo à autodeclaração racial e o fortalecimento da participação social de movimentos negros.

Como afirma Almeida (2019), o enfrentamento do racismo exige ações estruturais e políticas comprometidas com a transformação social. Assim, a promoção da equidade racial na saúde deve ser entendida como um projeto de justiça social e de reconstrução democrática do Estado brasileiro.

Para a promoção da efetiva equidade na saúde, é necessário um olhar atento para as opressões interseccionais que perpassam o setor da saúde, de modo, a ressaltar as iniquidades sociais em saúde. A saúde se configura como direito, portanto, é necessário construções de estratégias para efetivação da promoção da saúde com apropriação da construção conceitual e histórica para que possamos apontar para um futuro mais equitativo.

EXPERIÊNCIA DE APRENDIZAGEM EM SALA DE AULA SOBRE OS IMBRICAMENTOS HISTÓRICOS DA INTERSECCIONALIDADE NA SAÚDE BRASILEIRA

Pensar a saúde é uma inferir sobre a suma importância desta para a sobrevivência da sociedade, cabe ressaltar que a saúde é compreendida, atualmente, como um direito inalienável ao ser humano. Há muito se tem pensado o binômio saúde-doença na sociedade, nas várias gerações e tempos históricos, contudo, nos interessou nesse debate retomar o processo histórico que leva a construção da saúde coletiva no Brasil.

Sendo assim, coube aqui analisar a construção da saúde coletiva, dentro da lógica da seguridade social, tal como conhecemos hoje, e os imbricamentos históricos, sociais, econômicos e políticos que engendram os processos de efetivação da atenção à saúde no Brasil. Dentro desse campo de conhecimento e prática, investigamos sobre o acesso e efetividade desse setor para pessoas segmentadas pela raça, classes sociais e gêneros, buscando através da interseccionalidade, verificar a garantia do direito a saúde dessa população que esteve participante de forma ativa no Movimento de Reforma Sanitária e construção do SUS reivindicando seus direitos à saúde.

Considerando que a categoria profissional do serviço social tem um compromisso ético-político na defesa intransigente dos direitos humanos e denúncia de todas as formas de discriminação, nos ditames do Código de Ética

Profissional (1993), é necessário compreender a saúde brasileira considerando todo sistema de opressões que a engendra, que resulta na dificuldade de acesso e nas iniquidades sociais na saúde.

Para isso, na disciplina de seguridade e saúde, do curso de graduação em serviço social, no 5º período, foi realizada uma metodologia diferenciada para ensino deste conteúdo. Foi dividida em três momentos, sendo o primeiro um momento introdutório de conteúdo e conceitos realizado pela docente da disciplina. O segundo momento foi uma metodologia de sala de aula invertida, na qual a turma foi dividida em grupos e receberam materiais de consultas fundamentais para estudarem em casa, ao retornarem para sala de aula, cada grupo foi responsável em conduzir o debate na qual ficou responsável. O terceiro momento foi um seminário interno com convidados especialistas e profissionais da área da saúde para debater essas temáticas no contexto contemporâneo.

Segundo Oliveira e Silva (2024), a Aprendizagem Invertida (ou Sala de Aula Invertida) é compreendida como uma reconfiguração no modo de organizar, mediar e conduzir o trabalho pedagógico. Sendo o elemento central o preparo e a ambientação dos estudantes quanto às novas perspectivas espaço temporais de ensino-aprendizagem e ao papel discente em prol de experiências mais participativas, críticas, criativas, contextualizadas e significativas.

Para a sala de aula invertida, os conteúdos foram divididos da seguinte forma:

Tabela 1 – Conteúdo da Sala de Aula Invertida

GRUPOS	TEMÁTICA	MODELO DE CONDUÇÃO
1 e 2	História da Saúde – Colonial, Imperial e República	Aula Expositiva e Dialogada
3 e 4	Saúde do Trabalhador e Seguridade Social	Roda de Conversa
5 e 6	Reforma Sanitária e SUS	Seminário
7 e 8	Reformas na Saúde – Iniciativa Privatista	Seminário

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Os grupos receberam materiais para estudos básicos com a opção de acrescentarem outras referências. Escolheram a forma de exposição das aulas, conforme apontamos na tabela acima. Destacamos a experiência dos grupos responsável em planejar e executar uma aula sobre o tema, o que proporcionou um importante exercício de reflexão, aprendizado coletivo e de aprofundamento teórico.

A atividade teve como base em textos, cuja leitura possibilitou compreender a trajetória histórica da saúde pública no país, desde os primeiros cuidados sanitários voltados aos interesses coloniais – burguesia - até a consolidação das políticas de saúde. Após a leitura, destacamos os principais pontos do texto e dividimos entre os integrantes os tópicos a serem abordados.

Em seguida elaboramos um slide com os aspectos centrais, para apresentar a turma os conceitos e marcos históricos relacionados a formação de políticas de saúde no Brasil. Ao final da aula a docente da disciplina destacou os pontos apresentados e completou a discussão com outras referências teóricas enriquecendo ainda mais o debate e ampliando nossa compreensão sobre o tema.

Essa experiência contribuiu significativamente para a formação profissional, ao estimular a capacidade de trabalhar em equipe, exercitar a comunicação e compreender o contexto histórico e político das políticas públicas de saúde, fundamentais para a atuação crítica e comprometida com a defesa dos direitos sociais e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

A partir da exposição e debate desses conteúdos que perpassam toda a história da saúde brasileira, realizamos o último momento da disciplina. Convidamos pesquisadores especialistas e profissionais da saúde para dialogar com os aspectos sociais e os imbricamentos das iniquidades sociais na saúde contemporânea. O objetivo foi promover um olhar ampliado, unindo aspectos históricos da construção da saúde com a realidade e desafios práticos vivenciados no cotidiano da saúde.

O seminário intitulado “Desafios Sociais na Saúde”, aconteceu durante quatro dias em semanas sequenciais. Os temas e convidados foram organizados conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – Seminário: Desafios Sociais na Saúde.

DIAS	TEMAS	CONVIDADOS
1º dia	Relações de Gênero e Sexualidade no contexto de saúde coletiva	Assistente Social Mestre em serviço social pela UFF. Coordenador técnico do programa Rio sem LGTfobia. Doutorando em serviço social pela UERJ.
2º dia	Violência Simbólica e Saúde	Doutora em Política Social pela UFF. Especialista em Violência Simbólica
3º dia	Maternidade e Saúde: Imbricamentos raciais	- Assistente Social Mestre em serviço social pela UERJ, na temática de mortalidade materna e racismo. Doutoranda com a temática de pacto da branquitude no IFF-Fiocruz. - Assistente social especialista em saúde reprodutiva pela UFRJ, na temática rede de apoio na gravidez na adolescência.
4º dia	Saúde da População em Situação de Rua	- Enfermeira especialista em saúde da população em situação de rua pela ENSP-Fiocruz. Coordenadora do programa “Consultório na Rua”.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

A tabela acima ressalta o objetivo da disciplina em conectar os desafios contemporâneos ao processo histórico da construção da saúde no Brasil. Cabe ressaltar que o desafio da equidade em saúde é uma premissa que perpassou todo o conteúdo da disciplina. Sendo assim, buscamos dar conta de preparar esses discentes a terem a capacidade dialética de compreensão sobre as estruturas sociais, econômicas e políticas que perpassam a construção da saúde.

A partir dos seminários realizados, pudemos refletir de forma crítica sobre as múltiplas expressões das desigualdades sociais que atravessam o campo da saúde coletiva, as discussões apresentadas possibilitaram compreender como questões de gênero, raça, classe e outras dimensões sociais influenciam diretamente o acesso aos serviços de saúde e a efetivação das políticas públicas.

As falas dos profissionais convidados contribuíram para ampliar nossa visão sobre a complexidade que envolve a atuação interprofissional, reforçando

a importância de um olhar sensível e comprometido com a equidade, enquanto discentes de serviço social, reconhecemos o quanto essas trocas foram enriquecedoras para nossa formação pois nos instigaram a pensar sobre o papel do assistente social na promoção de práticas humanizadas, críticas e transformadoras, que enfrentam as iniquidades e fortaleçam o direito a saúde como um bem coletivo e universal.

É importante destacar que o SUS como conhecemos hoje é fruto de uma série de lutas e reivindicações coletivas para denunciar o inaccessível de segmentos populacionais, bem como as desigualdades estruturais da sociedade e, assim, reivindicar uma saúde como direito humano para todos e assegurada pelo Estado.

Contudo, alguns desafios persistem historicamente e interseccionalmente. Por isso é importante que na formação profissional seja reforçado a análise histórica e estrutural para que possamos compreender os desafios atuais e criar estratégias de enfrentamento às iniquidades sociais em saúde, em busca da efetivação da equidade em saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que o racismo estrutura as relações sociais e institucionais no Brasil, impactando diretamente a saúde da população negra. Desde o período colonial até a contemporaneidade, as desigualdades raciais se perpetuam, agora sob formas mais sutis e institucionais.

A necropolítica e as iniquidades sociais mostram que o direito à saúde ainda é seletivo. Entretanto, políticas como a PNSIPN e o fortalecimento do SUS enquanto sistema universal e equitativo são caminhos concretos para enfrentar o racismo estrutural.

Para isso, a disciplina seguridade e saúde, do curso de graduação em serviço social se desdobrou em utilização de metodologias ativas para efetiva compreensão de tais temas, como sala de aula invertida e seminário interno. Isso com o objetivo de possibilitar a esses discentes a capacidade crítica de analisar historicamente as estruturas sociais, econômicas, políticas e ideológi-

cas que perpassaram a construção da saúde brasileira, bem como a capacidade analítica de conectar os aspectos históricos com os desafios atuais.

Ressaltamos que essa experiência permitiu aos discentes uma forma diferenciada e positiva de aprendizado, potencializando a dimensão criativa de criação de estratégias de enfrentamento das iniquidades sociais em saúde e a reivindicação pela efetiva equidade em saúde, considerando aspectos estruturais interseccionais como racismo, necropolítica, classe social, relações de gênero, dentre outros.

Por fim, a construção de uma saúde pública verdadeiramente democrática e antirracista exige não apenas políticas específicas, mas também a transformação das práticas, da formação profissional e das mentalidades que naturalizam a desigualdade racial. A promoção da equidade racial, portanto, não é um favor ou concessão, mas uma exigência ética e constitucional de justiça social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

BUSS, Paulo M.; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. Revista Saúde em Debate, n. 43, 2007. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0962.pdf>. Acessado no dia: 09/11/2025

BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. Brasília: UNIFEM, 2002. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/reader/ace524cc9c31be4eb-f7b7cc5cf5410a8269a346d>. Acessado no dia: 06/11/2025

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

GALVÃO, Márcio Antônio Moreira. A origem das políticas de saúde pública no Brasil: do Brasil colônia a 1930. 2009. Ouro Preto: Departamento de Ciências Médicas da Universidade Federal de Ouro Preto, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/origem_politicas_saude_publica_brasil.pdf. Acessado no dia 05/11/2025

HERINGER, Carolina Magalhães; SILVA, Tatiane Farias da Rosa Silva. Justiça Reprodutiva como Estratégia de Diminuição da Mortalidade Materna de Mulheres Negras. *Revista Práticas e Cuidados: Revista de Saúde Coletiva*, v.5. 2024. Disponível em: revista.uneb.br/saudecoletiva/article/view/20531 Acessado no dia: 09/11/2025.

HOCHMAN, Gilberto. A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1998.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1 edições, 2016.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, A. A. de, & SILVA, Y. F. de O. e. 2024. Aprendizagem invertida (sala de aula invertida): conceito, proposta e (re)organização de tempos e espaços de ensino. *Revista Educação Em Questão*, n. 62, v. 74. 2024. Disponível em: periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/37110 Acessado no dia: 09/11/2025.

PAIM, Jairnilson Silva. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, v. 23, n. 6, 2018. Disponível em: scielo.br/j/csc/a/Qg7SJFjWPjvdQjvnRzxS6Mg/?lang=pt Acessado no dia: 09/11/2025.

SILVA, Tatiane Farias da Rosa. Contribuição do feminismo negro brasileiro para a justiça reprodutiva. *Revista Feminismos*, v. 12, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/59059>. Acessado no dia: 09/11/2025.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Revista Saúde e Sociedade*, v. 25, n. 3, p. 535-549. 2016.

CAPÍTULO 10

A ARQUITETURA DO NEO/FALSO ENXAIMEL EM JOINVILLE (SC) E O DISPOSITIVO DE RACIALIDADE

Gabriel Henrique de Oliveira Furlanetto
Doi: 10.48209/978-65-5417-626-A

INTRODUÇÃO

Este capítulo consiste em comunicar um ensaio que foi elaborado para a disciplina de *Gênero, Família e Sexualidade*, ministrada pela Professora Doutora Priscila Piazzentini Vieira¹ no Programa de Pós-graduação em História da UFPR (Universidade Federal do Paraná). O objetivo do ensaio² é discutir a arquitetura neo/falso enxaimel em Joinville, do estado de Santa Catarina, enquanto possível componente do dispositivo de racialidade, conceito elaborado pela filósofa Sueli Carneiro, inspirada pelo conceito de dispositivo de sexualidade de Michel Foucault. Nesse caso, o dispositivo de racialidade é uma rede de elementos que configuram a racialidade e, em tal contexto, afirmam ontologicamente as pessoas brancas em detrimento das pessoas negras. O neo/falso enxaimel, por sua vez, é uma pseudotécnica arquitetônica que é tratada como estilo, no intuito de fazer referência às imigrações germânicas/alemãs, em um contexto atual em que a pluralidade étnico-racial é negligenciada no cenário dos discursos públicos.

Esse contexto são as diversas cores e (i)migrantes que compõem a paisagem de Joinville, público esse que a transforma social, cultural, política,

1 Historiadora, possui doutorado, mestrado e graduação em História pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Atualmente é docente do Departamento de História (graduação e pós-graduação) da UFPR e integra a linha de pesquisa *Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História*.

2 Título original do ensaio: *A arquitetura neo/falso enxaimel em Joinville enquanto componente do dispositivo de racialidade*. O ensaio foi produzido no ano de 2025, na circunstância da disciplina ser inédita, em homenagem ao Professor Doutor Sergio Odilon Nadalin, que ministrava a disciplina de *História das Populações*. A disciplina de *Gênero, Família e Sexualidade* tem em seu escopo a discussão sobre racialidade e racismo, gênero, sexualidade, feminismo e escrita e cuidado de si.

ambiental e economicamente. A pertinência de analisar a expressão social da arquitetura em pauta é pelo motivo de que, na segunda metade do século XX, emergiram políticas de memória voltadas ao enaltecimento da germanidade – em que arrisco dizer que, implicitamente, também estiveram atreladas à sublimação da branquitude. Atualmente, é difícil mencionar uma “identidade turística” de Joinville sem que o próprio enxaimel e seu pastiche sejam elencados na publicidade e nas propagandas, dado o bombardeio das narrativas germanistas que tomaram conta dos imaginários da região.

Sendo assim, por meio da revisão de literatura e análise de fontes (incluindo depoimentos e fotografias), proponho pensar racialidade em Joinville tendo como base um possível componente do dispositivo de racialidade. Na primeira seção de desenvolvimento deste ensaio, irei comunicar sucintamente os conceitos de dispositivo de sexualidade e dispositivo de racialidade, para contextualizar a matriz teórica que guia este trabalho. Na segunda seção de desenvolvimento, realizarei a análise do neo/falso enxaimel e comunicarei narrativas de pessoas negras. O prefixo “neo” e o qualitativo “falso” serão explicados, assim como as divergências que possuem um em relação ao outro. A justificativa deste capítulo é promover uma criticidade antirracista que evidencie como os próprios edifícios, especialmente quando fomentados por políticas de memória, podem estar inseridos em contextos racialistas. Esta versão publicada passou por alterações, para corrigir a linguagem, embasar melhor a discussão e apresentar imagens diferentes da versão original.

DO DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE E DE RACIALIDADE

No ano de 1976, Michel Foucault publicou o livro *Histoire de la Sexualité: I La Volonté de savoir*, pela Éditions Gallimard. Nessa obra, o intelectual comunicou o conceito de dispositivo de sexualidade, que trata de um conjunto de mecanismos que regulam a sexualidade, não no intuito maior de interditar a sexualidade e constantemente reprimi-la – pelo contrário, dela necessita para estar instituída –, mas de fabricar saberes sobre ela, regulá-la e produzir formas de vida e de viver (Foucault, 1988). Esse dispositivo, sendo heterogêneo em seus mecanismos, tem em sua rede diversos componentes para tratar do sexo.

Exemplos de mecanismos do dispositivo de sexualidade seriam instituições, saberes, medicina e instâncias do Estado. Esses mecanismos exercem poder e subjetivam pessoas; um poder que, inclusive, não se restringe ao Estado.

O dispositivo de sexualidade foi inventado e instalado nas sociedades ocidentais a partir do século XVIII, se superpondo ao dispositivo de aliança (Foucault, 1988). Esse dispositivo anterior se caracterizou pelo maior foco na reprodução, a dualidade do proibido-permitido, maior vínculo com o direito e a pertinência econômica para transmissão e circulação de riquezas, enquanto o dispositivo de sexualidade, por sua vez, “tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (Foucault, 1988, p. 101). Em outros termos, se o dispositivo de aliança muito se baseava na interdição do sexo, o dispositivo de sexualidade se baseou na tomada do corpo como objeto privilegiado de saber. Apesar do surgimento do dispositivo de sexualidade, não houve um total desaparecimento do dispositivo de aliança. Concomitantemente, um dispositivo compartilhava seus mecanismos com o outro (Foucault, 1988).

Em síntese, o dispositivo de sexualidade, por meio de seus mecanismos, atuava em domínios para a regulação da sexualidade e do sexo. É inspirada na elaboração desse conceito que a filósofa Sueli Carneiro gerou o conceito de dispositivo de racialidade, um dispositivo de poder que divide ontologicamente brancos, pela afirmação, e negros, pela negação (Carneiro, 2023). Sob esse dispositivo, as pessoas brancas são tidas como superiores e hegemônicas, o que resulta na exclusão e subalternização social de pessoas negras (Carneiro, 2023). A base do dispositivo de racialidade é o contrato racial, conceito formulado pelo filósofo Charles Wade Mills, que é um contraponto ao conceito de contrato social:

O discurso do contrato social é “a língua franca de nosso tempo” e sustenta que a legitimidade do governo é alicerçada pelo consentimento de indivíduos considerados iguais. Para questionar essa ideia e revelar o quanto ela esconde a realidade do mundo moderno, o filósofo [Charles Wade Mills] lança mão de um contrato peculiar, o contrato racial. Este não é realizado entre todos os indivíduos, mas “entre as pessoas que contam”, isto é, entre as brancas. A especificidade do contrato racial consistiria no fato de ser um

contrato restrito aos racialmente homogêneos, no qual a violência racial em relação aos racialmente diferentes é um elemento de sustentação do próprio contrato, que desloca os diferentes para o estado de natureza. Ou seja, o contrato racial é um contrato firmado entre iguais “que contam”, no qual os instituídos como desiguais se inserem como objetos de subjugação, daí ser a violência o seu elemento de sustentação (Carneiro, 2023, p. 34).

Inferindo o exposto, o contrato social tem seu cerne na branquitude, porque, aqueles que dela usufruem, são justamente as pessoas brancas. Nesse contexto, as pessoas negras podem resistir à subalternização por meio da tomada de consciência e pela visibilização de seus saberes, em um processo educativo emancipatório (Carneiro, 2023). Essa emancipação se dá por uma união baseada na própria raça, na qual os agentes dessa união precisam passar de uma consciência racial individual/familiar para uma consciência racial coletiva (Carneiro, 2023). A partir disso, surge a mobilização pela causa racial, que, com o fortalecimento da memória e experiências de luta, pode alcançar proporções mundiais, e não apenas locais (Carneiro, 2023). Sueli Carneiro (2023), para discutir o dispositivo de racialidade e as emancipações, mobilizou memórias de expressão oral de pessoas negras relatando experiências de racismo e resistência.

Assim como o dispositivo de sexualidade, o dispositivo de racialidade também conta com estratégias para suas operações. Uma delas é o epistemicídio, em que “as pessoas negras são anuladas enquanto sujeitos do conhecimento e inferiorizadas intelectualmente” (Carneiro, 2023, p. 12). Esse epistemicídio contra as pessoas negras se manifesta em escolas de educação básica e instituições de ensino superior, deslegitimando saberes e atuações de pessoas negras (Carneiro, 2023). As interdições também são outras estratégias do dispositivo de racialidade, ancoradas na inscrição das pessoas negras no signo de anormalidade (Carneiro, 2023). Essas interdições contra as pessoas negras dificultam o acesso a espaços privilegiados onde a sua mão de obra é usada para o bem-estar das pessoas brancas (Carneiro, 2023).

Nessa questão, para além das experiências de vida e os mecanismos abordados por Carneiro, observo como viável procurar em outras espacialidades a regência do dispositivo de racialidade, enquanto algo que pode ter mecanismos

específicos de acordo com o contexto observado. No município de Joinville, do estado de Santa Catarina, uma das estratégias da branquitude foi a escrita da história quase que hegemonicamente sobre alemães e seus descendentes em Joinville e Colônia Dona Francisca³, em negligência aos assentamentos dos povos sambaquieiros e de pessoas negras, presentes antes das imigrações germânicas (Cunha, 2023; Mathyas, 2007; Machado, 2018; Guerreiro, 2023; Conceição, 2023). É tendo a memória como ponto de partida que almejo pensar as políticas de memória como mecanismo do dispositivo de racialidade em Joinville, especificamente um de seus componentes, que é a arquitetura do neo/falso enxaimel.

O LEVANTAMENTO DO NEO/FALSO ENXAIMEL EM JOINVILLE E O DISPOSITIVO DE RACIALIDADE

Na década de 70, o município de Blumenau, do estado de Santa Catarina, que fica aproximadamente a 120 quilômetros de distância de Joinville, se tornou o primeiro modelo de cidade-imagem germânica de seu estado, em um contexto em que o turismo se apresentava como emergente e se aguçava as paixões pelo passado das imigrações germânicas (Silva, 2016). Enquanto modelo, inspirou as políticas de memória de outros municípios para serem identificadas como “cidades germânicas”, sendo Joinville uma delas (Silva, 2016). Nesse fenômeno, um dos primeiros elementos para a criação de uma “identidade alemã” foi o neo/falso enxaimel, que consiste em edifícios que imitam a aparência dos enxaiméis – construções com origem europeia levantadas no Brasil por imigrantes germânicos – (Ferreira, 2019; Cunha, 2023; Veiga, 2013) –, porém sem se basearem na técnica construtiva que lhe faz jus: “[...] peças de madeira horizontais, verticais e inclinadas encaixadas umas nas outras, sem o uso de pregos” (Veiga, 2013, p. 15) e preenchimento (Imhof, 2022). No caso do neo/falso enxaimel, esses elementos materiais (ao menos, parte deles) são empregados não como base da estrutura, porém como recursos estéticos.

3 *Colônia Dona Francisca* foi o título dado à região rural voltada para a colonização de instância privada da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, enquanto a Cidade de Joinville foi o título dado à região urbana e central (Ferreira, 2019).

Figura 1 – Enxaimel europeu (Wölfersheim, Alemanha). Sem alteração de imagem.



Fonte: Androumai (Wikimedia Commons), 2021. Disponível em: bit.ly/4mFDL0j.

Figura 2 – Enxaimel (Joinville, Brasil). Sem alteração de imagem.



Fonte: Pogan (Wikimedia Commons), 2007. Disponível em: bit.ly/45UG7RW.

A criação da imagem de “cidade germânica” serviu como contraponto às transformações que ocorriam no fenômeno da globalização em homogeneizar identidades (Silva, 2016). Em 1977, Renato de Mello Vianna, à época Prefeito de Blumenau, criou incentivos fiscais para edifícios que imitassem a aparência do enxaimel, motivado pelo sucesso turístico que edifícios do tipo suscitava (Althoff, 2008). Possivelmente influenciado por essa política de Blumenau, Luiz Henrique da Silveira, Prefeito de Joinville da época, sancionou a Lei n.º 1.714, de 5 de dezembro de 1979, em que se ordenava exclusivamente a construção de edifícios em “estilo germânico ou tradicional” na chamada Zona

Especial Comercial (Althoff, 2008), além da permissão oficial desses “edifícios típicos” serem construídos junto ao alinhamento das calçadas, o que significava um atrativo para comerciantes (Silva, 2016). A controversa dessas normativas oficiais é que, no que diz respeito às linguagens da arquitetura, se confundia técnica construtiva com estilo arquitetônico. A “técnica construtiva” se baseia em métodos para a criação da estrutura de edifícios (enxaimel, alvenaria, taipa, pré-moldados e entre outros) enquanto “estilo arquitetônico” se configura pela estética dos edifícios (Art Déco, gótico, neogótico, barroco e outros)⁴. Entretanto, o enxaimel, sendo uma técnica (mas aparentando a forma de sua construção pelas vigas cruzadas e seu preenchimento), foi tratado como estilo e imaginado como tal.

Nesse assunto, há dois termos que referenciam os edifícios que imitam a aparência do enxaimel: “falso enxaimel” e “neoenxaimel”. O conceito de falso enxaimel se baseia na ideia de que, sendo o enxaimel uma técnica, os edifícios que imitam a sua aparência são pastiches. O historiador Bruno da Silva (2016), se baseando na pesquisadora Christina Maria Pedrazza Segal, disse que “o pastiche estaria relacionado, a partir dos estudos da estética, ao fenômeno Kitsch por ser construído com objetivos meramente comerciais, turísticos e inautênticos” (Silva, 2016, p. 120). Em resumo, a ideia do que é verdadeiro e do que falso e do que é autêntico e inautêntico é fundamental para o conceito de “falso enxaimel”. Por outro lado, o conceito de neoenxaimel, criado fora do campo dos arquitetos, parece se ancorar primordialmente na ideia de um “revivalismo do enxaimel”, e não na mobilização da ideia do que é substancialmente falso ou verdadeiro, o que nos leva ao prefixo “neo” enquanto algo que significa uma forma revivificada ou modificada de algo existente. Esse segundo conceito ainda se respalda no conhecimento de que o neo/falso enxaimel não é uma técnica, mas uma reprodução da aparência do enxaimel (Veiga, 2014). Portanto, como esses dois termos apresentam pontos específicos relevantes sobre a arquitetura pautada, a preferência neste trabalho é não rejeitar nenhum deles, o que justifica o termo “neo/falso enxaimel”, com o seu prefixo junto de seu qualitativo.

4 Parte dos estilos arquitetônicos historicamente fazem parte de fenômenos culturais e artísticos mais gerais, como, por exemplo, o estilo neogótico do romantismo novecentista (Moraes, 2021).

Figura 3⁵ – Neo/falso enxaimel em Joinville (Rua do Príncipe, n.º 268). Letreiros comerciais desfocados.



Fonte: Rodrigo Horn Schneider (Joinville and Region Convention & Visitors Bureau), [202-?].

Diante disso, com o impulso legislativo dado para o levantamento do neo/falso enxaimel em Joinville – somado ao fenômeno cultural em criar ambientes afetivamente mnemônicos –, houve muitas dissonâncias vindas de profissionais acerca da relevância e legitimidade do neo/falso enxaimel, parte deles favoráveis com ressalvas (Silva, 2016). Porém, independente do posicionamento de pessoas e funcionários públicos, efetivou-se a generalização desse tipo de edifício (fomentada pelas instâncias pública e privada), promovendo o imaginário de uma “cidade alemã”, divulgando no cenário público a epopeia das imigrações germânicas e, conseqüentemente, enaltecendo a branquitude, que é a imaterialidade do neo/falso enxaimel. Nesse tipo de edifício, o imigrante branco está relacionado, não à vista, mas no imaginário, porque a materialidade do edifício, quando recepcionada aos olhos (já bombardeados pelo neo/falso enxaimel saturados na paisagem urbana), direciona as/os observadoras/es a imaginar as imigrações alemãs, solapando a representatividade pelas identidades étnicas culturais plurais.

5 A Figura 3 empregada nesta versão do ensaio não corresponde ao empregado na versão original.

Ademais, o neo/falso enxaimel não esteve desvinculado de outros fenômenos discursivos germanistas, como a Festa da Tradições, a Fenachopp e as narrativas que vinculavam o sucesso econômico de Joinville ao germanismo (Coelho, 2011; Machado, 2009; Gruner, 2017). Esse imbróglio de discursos germanistas tomou proporções tão fortes que o primeiro patrimônio cultural chancelado relacionado à presença negra ocorreu apenas no ano de 2022 (Prefeitura de Joinville, 2023). O primeiro vereador negro de Joinville foi eleito apenas no ano de 2009 (Memória Política de Santa Catarina, 2023), sendo que a Câmara de Vereadores de Joinville existe desde 1869 (Guedes, 2023). No ano de 2020, foi eleita a primeira vereadora negra em Joinville, Ana Lucia Martins. Após essa conquista pública, foi alvo imediato de racismo, recebendo inclusive ameaças de morte. Uma das ameaças chegou a dizer que, com o seu falecimento, o suplente branco dela iria ocupar a vaga (Martins; Justina, 2020). Martins relatou: “Não é uma simples opinião quando encoraja racismo e ameaça. [...] Sabia que não seria fácil. Estava ciente que enfrentaria uma certa resistência em uma cidade que elegeu apenas na segunda década do século 21 a primeira mulher negra. Só não esperava ataques tão violentos” (Martins; Justina, 2020).

No ano de 2025, houve a retomada da Fenachopp, um evento que ocorreu pela última vez em 2003 (Coelho, 2011). Esse evento, criado para ovacionar a cultura germânica (Coelho, 2011), tem em seu logotipo oficial duas pessoas brancas (com “trajes típicos”) e ao fundo (lado esquerdo) um edifício que simula o enxaimel. No site oficial do evento, consta várias fotografias das edições anteriores da Fenachopp. Em todas as imagens há somente pessoas brancas. A Figura 5 é um exemplo disso. Ao fundo da imagem, uma peça decorativa que alude ao pórtico de entrada de Joinville, uma construção do neo/falso enxaimel (Silva, 2016; Althoff, 2008; Machado, 2009).

Figura 4 – Logotipo da Fenachopp (2025).



Fonte: Fenachopp (Facebook), 2025.

Figura 5 – Fotografia baseada na comemoração pela Fenachopp. Rostos desfocados.



Fonte: autoria não identificada, [entre 1988 e 2003].

Em suma, a promoção do rosto branco é correlato ao germanismo. Nos momentos em que não seja possível de lembrar o público da branquitude, o neo/falso enxaimel é um elemento que, impregnado em várias partes de Joinville, cola às vistas a pele branca, pelo motivo de que, quando as paredes e os telhados de sua arquitetura atravessam os olhos, lembram-nos do germânico. Vanderleia, uma mulher negra e quilombola, ao comentar a narrativa de uma colega de ateliê (auto) biográfico sobre educação quilombola, falou o seguinte:

Eu pedi para que Val [colega do ateliê (auto) biográfico] se pudesse comentar mais sobre como foi crescer em Joinville considerando o que ela narrou e o contexto da cidade com uma **narrativa oficial alemã**, ela respondeu que: “Eu acho que foi, eu pra mim, é como eu cresci num meio negro até eu a primeira vez que eu convivi com o racismo na escola foi difícil, porque eu a primeira vez que eu enfrentei o racismo eu tinha recém completado dezesseis anos, foi na escola [...] (Medina, 2022, p. 89, grifo meu).

Como se é possível constatar, a narrativa oficial alemã/germânica que vigora no município de Joinville é conhecida inclusive por pessoas que integram espaços onde os saberes negros são compartilhados comunitariamente. Nessa questão, o neo/falso enxaimel, enquanto recurso da narrativa oficial alemã/germânica, é um modo de narrar não pelas letras, mas pela arquitetura. Alessandra Cristina Bernardino, mulher negra que foi presidenta do Movimento de Consciência Negra Brasil Nagô, comentou para a historiadora Ilanil Coelho (2011) que em Joinville as próprias pessoas negras preferem o termo “afrodescendente” ao invés de “negra/o”. Isso se baseia em não ressaltar os seus próprios atributos físicos, em uma cidade em que se autorrotular como “alemã/alemão”, “suíça/suíço” e “italiana/italiano” (aspectos da branquitude) não revelaria controversas. Essa questão explicita a emergência de uma unidade racial das pessoas negras baseada na própria negritude (Carneiro, 2023), para contrapor o dispositivo de racialidade que dita as próprias terminologias eufemísticas.

O contexto dessa narrativa de Bernardino é sobre a Festa das Tradições da edição de 2006, onde havia vários stands para representar as diversas etnias que compuseram a cultura de Joinville, na contradição de – através de uma leitura à contrapelo – ser um evento para vigiar a pluralidade étnica-cultural (Coelho, 2011). O stand dos afrodescendentes representava caravelas e homens negros acorrentados, enquanto no logotipo oficial do evento – que supostamente era para abranger as diversidades etnias (Coelho, 2011) – apareciam apenas pessoas que se encaixam na branquitude. É tendo isso em vista que o germanismo de Joinville, enquanto expressão da branquitude na região, é mecanismo do dispositivo de racialidade, que interdita representações e fixa na paisagem visual o neo/falso enxaimel enquanto discurso que alude a branquitude germânica.

Sendo assim, considero o neo/falso enxaimel de Joinville um componente do dispositivo de racialidade, especificamente de ação interditar. O fenômeno de levantamento desse edifício na paisagem regional não é algo restrito a políticas de turismo pela economia local, porque as políticas de memória joinvilenses ressaltaram as imigrações germânicas no intuito de imprimir a germanidade no imaginário das pessoas e, nesse fenômeno, imprimir também a branquitude. O neo/falso enxaimel é, pois, discurso da branquitude. O dispositivo de racialidade, enquanto uma rede que conta com mecanismos que afirmam os brancos pela negação do Outro (Carneiro, 2023), interdita a representação dos não brancos para afirmação da germanidade.

CONCLUSÃO

A discussão desenvolvida no ensaio permite compreender que o neo/falso enxaimel em Joinville não se limita a uma escolha estética ou a uma estratégia de fomento turístico. Ele se inscreve como parte de uma política de memória que, ao privilegiar a germanidade, reitera o lugar central da branquitude na constituição dos imaginários sociais e urbanos da cidade. O neo/falso enxaimel, nesse contexto, não é apenas pastiche de uma técnica construtiva, mas mecanismo que fixa na paisagem a imagem de um “rosto branco” idealizado. Essa constatação reforça a pertinência de deslocar a discussão do campo estritamente arquitetônico para o campo político e social, em que se evidenciam os efeitos das políticas de memória e das estratégias da branquitude. Torna-se necessário reivindicar novas narrativas e práticas urbanas que visibilizem a pluralidade étnico-racial que efetivamente constitui Joinville. Isso implica tensionar a hegemonia dos símbolos germanistas.

Reconhecer o neo/falso enxaimel como componente do dispositivo de racialidade significa deslocar o olhar para as camadas simbólicas que moldam a cidade e seus modos de convivência. Esse reconhecimento abre caminhos para pensar alternativas de memória urbana que sejam plurais, antirracistas e comprometidas com a reparação histórica. Em termos práticos, isso envolve valorizar patrimônios materiais e imateriais de comunidades negras e indígenas, ampliar políticas públicas que incluam seus agentes na produção cultural

da cidade, e tensionar o imaginário urbano dominante. Em última instância, trata-se de disputar a própria paisagem: compreender quem ela privilegia e como pode ser ressignificada para que a cidade seja construída não pela negação do Outro, mas pela afirmação de sua multiplicidade.

É viável dar continuidade à discussão sobre a arquitetura do neo/falso enxaimel enquanto dispositivo de racialidade. Isso pode ser feito tendo Blumenau como espacialidade de estudo e pesquisa. Também podem ser utilizados outros métodos, como, por exemplo, a produção de entrevistas de História Oral ou aplicação de formulários para a Teoria das Representações Sociais, somados a uma maior revisão de literatura. Disciplinarmente, a História, a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia, a Psicologia e, até mesmo, a Ciência Política podem ser mobilizadas para discutir não apenas o neo/falso enxaimel, mas também outros estilos arquitetônicos que estão adentrados no dispositivo de racialidade.

REFERÊNCIAS

ALTHOFF, Fátima Regina. **Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense: a gestão do patrimônio urbano de Joinville**. Orientador(a): Alicia Norma González de Castells. 2008. 208 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BIOGRAFIA Sandro Silva. *Memória Política de Santa Catarina*, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

COELHO, Ilanil. **Pelas tramas de uma cidade migrante**. Joinville: Editora da Univille, 2011.

CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. Ananse e as teias da história: branquitude, branqueamento e invisibilidade das populações de origem africana em Joinville/SC. In: GUNLANAD, Orlando Afonso Camutue; CARDOSO, Felipe; FERNANDES, Rhuan Carlos; SANT' ANNA, Katarine (orgs.). **Fragmentos negros: perspectivas sobre a presença negra em Joinville/SC**. 2. ed. São Paulo: Editora Pluralidades, 2023. p. 15-39.

CUNHA, Dilney. **Suíços em Joinville: o duplo desterro**. 2. ed. Joinville: Editora Letradágua, 2023.

FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. **Terra, Trabalho e Indústria na Colônia de Imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920**. Orientador(a): Renato Perim Colistete. 2019. 325 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GRUNER, Clóvis. **Leituras matutinas: modernidade, utopias e heterotopias na imprensa Joinvilense (1951-1980)**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. A Colônia Dona Francisca: a vida... o medo... a morte. In: GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo (org.). **Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade**. 3. ed. Joinville: Ed. Univille, 2023. cap. 1, p. 12-42.

GUERREIRO, Juliane. O não-lugar do negro na história de Joinville: um olhar sobre as páginas do jornal A Notícia. In: GUNLANAD, Orlando Afonso Camutue; CARDOSO, Felipe; FERNANDES, Rhuan Carlos; SANT' ANNA, Katarine (orgs.). **Fragmentos negros: perspectivas sobre a presença negra em Joinville/SC**. 2. ed. São Paulo: Editora Pluralidades, 2023. p. 81-101.

IMHOF, Afonso. Os Enxaiméis, a Etnicidade e a Identidade Cultural. **Boletim do Arquivo Histórico de Joinville**, v. 16, n. 21, p. 9-23, 2022.

MACHADO, Diego Finder. **Marcas da profanação: versões e subversões da ordem patrimonial em Joinville-SC**. Orientador(a): Janice Gonçalves. 2018. 441 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MACHADO, Diego Finder. **Redimidos pelo Passado? Seduções Nostálgicas em uma Cidade Contemporânea (Joinville, 1997-2008)**. Orientador(a): Emerson Cesar de Campos. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MARTINS, Valéria; JUSTINA, Patrícia Della. Primeira vereadora negra eleita em Joinville é vítima de injúria racial e ameaças. **G1**, [s.l.], 18 nov. 2020.

MATHYAS, Alessandra da Mota. **Histórias impressas de Joinville**: estudo da historiografia e da influência da imprensa na escrita da história da maior cidade de Santa Catarina. Orientador(a): Cristina Scheibe Wolff. 2007. 194 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Programa de Pós-graduação em História Cultural, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MEDINA, Bruna de Souza. **Artesaniar-se**: “Um caminho para si” de mulheres acadêmicas do curso de licenciatura educação escolar quilombola através da pesquisa-formação. Orientador(a): Raquel Alvarenga Sena Venera. 2022. 152 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2022.

MORAES, Luís Edmundo. **História contemporânea**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Contexto, 2021.

PREFEITURA DE JOINVILLE. Secretaria de Cultura e Turismo. Unidade de Patrimônio e Museus. Coordenação de Patrimônio Cultural. Cadernos do Patrimônio Cultural de Joinville. Sociedade Beneficente Kênia Clube – Uma história, 2023.

SILVA, Bruno da. **A construção do campo do patrimônio cultural**: políticas de preservação, instâncias, mecanismos e agentes culturais em Joinville, SC (1951-1984). Orientador(a): Janice Gonçalves. 2016. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

VEIGA, Maurício Biscaia. **Arquitetura neo- enxaimel em Santa Catarina**: a invenção de uma tradição estética. Orientador(a): Edson Leite. 2013. 174 f. Dissertação (Mestrado em Estética e História da Arte) – Programa de Pós-graduação Interunidades em Estética e História da Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VEIGA, Maurício Biscaia. Arquitetura neo enxaimel em Santa Catarina: a invenção de uma arquitetura típica. **Confluências Culturais**, v. 3, n. 1, p. 81-98, 2014.

CAPÍTULO 11

ENTRE A SUPOSTA SUSTENTABILIDADE E A PRECARIZAÇÃO: CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

Marianna Carvalho Martins Albergaria

Jéssica dos Santos Costa

Patrick Almeida Soares

Doi: 10.48209/978-65-5417-626-B

Resumo: O artigo analisa criticamente a inserção dos catadores e catadoras de materiais recicláveis na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS/2010), evidenciando a contradição entre os discursos de sustentabilidade e a realidade de precarização que esses trabalhadores enfrentam. Embora formalmente reconhecidos em diversas legislações, como a Lei 14.026/2020 e o Decreto 11.043/2022, os catadores continuam à margem da política pública, lidando com informalidade, ausência de direitos, baixos salários e condições degradantes de trabalho, elementos que, em muitos casos, se enquadram como trabalho escravo contemporâneo. A pesquisa, de abordagem qualitativa e crítica, baseia-se em experiências de campo e documentos oficiais, e aponta como raça, gênero e classe estruturam a exclusão: a maioria dos catadores é negra, pobre e, no caso das mulheres, ainda enfrenta desigualdades adicionais. O texto revela que a cadeia da reciclagem, em vez de promover inclusão socioeconômica, perpetua a lógica exploratória do capitalismo. Para superar esse cenário, defende-se a necessidade de políticas públicas integradas, reconhecimento efetivo dos catadores como prestadores de serviço e aplicação de recursos em infraestrutura e condições dignas de trabalho. Sustentabilidade verdadeira, argumenta-se, só é possível com justiça social e valorização da vida humana.

Palavras-chave: Catadores de Materiais Recicláveis; Precarização; Sustentabilidade; Justiça Socioambiental; Trabalho Escravo Contemporâneo.

Abstract: The article critically analyzes the inclusion of recyclable material collectors (catadores and catadoras) in Brazil's National Solid Waste Policy (PNRS/2010), highlighting the contradiction between sustainability discourse and the precarious working conditions these workers face. Although formally recognized in several

laws—such as Law 14.026/2020 and Decree 11.043/2022—catadores remain on the margins of public policy, dealing with informality, lack of rights, low wages, and degrading working conditions, which in many cases meet the criteria for contemporary slavery. This qualitative and critical research draws on field experiences and official documents to show how race, gender, and class structure exclusion: the majority of catadores are Black, poor, and—among women—face additional layers of inequality. The article reveals that the recycling chain, rather than promoting socioeconomic inclusion, perpetuates the exploitative logic of capitalism. To overcome this reality, it argues for integrated public policies, formal recognition of catadores as service providers, and the proper allocation of resources to improve infrastructure and ensure dignified working conditions. True sustainability, the article contends, is only achievable when grounded in social justice and the value of human life.

Keywords: Waste pickers; Sustainability; Contemporary slave labor; Precariousness; Socio-environmental justice.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre sustentabilidade têm se expandido para além das dimensões ambientais, abrangendo também aspectos sociais e econômicos das cadeias produtivas. Nesse contexto, os catadores e catadoras de materiais recicláveis desempenham um papel fundamental na gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil, sendo responsáveis por grande parte da coleta e triagem de recicláveis. Nesta perspectiva capitalista, onde a mais-valia se sobrepõe à vida humana, e a barbárie se espraia em forma de exploração da força de trabalho, analisar a realidade de forma crítica em sua totalidade é fundamental.

A Lei Federal nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS/2010 (Brasil, 2010), e delineou instrumentos importantes para permitir o avanço necessário ao país no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos relacionados à gestão de resíduos sólidos. Tais problemas, reflexos do manejo inadequado destes materiais, persistem, considerando que, até os dias atuais, ainda se contabiliza oficialmente a existência de três mil lixões em atividade no país (ABREMA, 2024). Apesar das normativas, a PNRS/2010 e a Lei 14.026 de 2020 – Marco

Legal do Saneamento Básico, terem estabelecido prazos, metas e ações para o encerramento das atividades inadequadas promovidas nos lixões, é importante destacar que o prazo para encerramento dos lixões foi alterado diversas vezes, devido a dificuldades técnicas, financeiras e políticas enfrentadas por muitos municípios. Inicialmente, a lei previa que os lixões deveriam ser substituídos por aterros sanitários até agosto de 2014, mas esse prazo foi adiado repetidamente. No entanto, cabe ressaltarmos que como todo e qualquer direito positivado na sociedade capitalista possui limites, já que são estruturados para a manutenção da ordem burguesa.

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório e documental, aliada à análise crítica fundamentada na experiência empírica acumulada ao longo de mais de uma década de atuação direta com organizações de catadores de materiais recicláveis em diversas regiões do Brasil. A pesquisa baseia-se em fontes secundárias, como relatórios institucionais, legislações, estudos acadêmicos e dados oficiais produzidos por órgãos públicos e organizações da sociedade civil, além de registros de campo, visitas técnicas e observações realizadas em cooperativas e associações de catadores.

A escolha metodológica busca valorizar o conhecimento construído na prática social e profissional, considerando os saberes produzidos em processos de assessoria técnica, implementação de políticas de logística reversa e desenvolvimento de projetos de inclusão socioeconômica. Dessa forma, a análise é orientada por uma perspectiva crítica que articula as dimensões normativa, institucional e vivencial, permitindo compreender as condições de trabalho dos catadores em sua complexidade e inseri-las na agenda da sustentabilidade e dos direitos humanos.

A partir desse percurso metodológico, o artigo busca identificar elementos que apontem para situações de trabalho classificado como escravidão contemporânea, bem como as tensões entre os dispositivos legais que regem a gestão de resíduos e a realidade enfrentada por esses trabalhadores nas pontas da cadeia produtiva.

Sustentabilidade ou lucro?

A PNRS incluiu em seu texto uma base jurídica destinada a garantir a participação das catadoras e catadores de materiais recicláveis, sejam estes cooperados ou associados, em todo o ciclo mencionado anteriormente. Os catadores independentes (Figura 1) estão expressamente citados no Decreto Federal nº 11.043/2022, que reconhece sua relevância e estabelece diretrizes para sua inclusão nas iniciativas de logística reversa e gestão de resíduos sólidos, justificando sua inclusão no processo em virtude do “alto grau de informalidade do trabalho” já que “a maior parte desse contingente de pessoas atua de maneira autônoma e não organizada” (...) “estando parte desta população em situação de rua, sem local fixo de moradia ou residência, em situação de pobreza e de extrema pobreza”.

Ilustração 1: Foto de um catador individual andando pelas ruas do bairro do Rio Comprido na cidade do Rio de Janeiro em set. de 2024.



Fonte: a autora.

Cabe evidenciar que a atividade de catação se estabeleceu no contexto nacional muito antes da PNRS/2010 ser sancionada. Em 2002, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a classificou como ocupação brasileira, recebendo o COB 5192-05. Aliado a esse dado, por força dos movimentos sociais¹ liderados por catadoras e catadores, pesquisadores, legisladores dentre outras representações da sociedade, foram promovidos debates, realizadas manifestações, cartas e outras ações que, além de visibilizar a presença desses trabalhadores no processo, fizeram com que fossem incluídos como partícipes na gestão integrada de resíduos sólidos urbanos na política pública, sendo referenciados em diversos artigos, a saber: 7º, 8º, 15º, 17º, 18º, 21º, 33º, 36º, 42º, 44º e 50º da PNRS. A título de exemplo, encontramos no texto do art. 7º, inciso XII, que aponta como um dos objetivos da PNRS a – “integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” (Brasil, 2010).

O processo de reconhecimento e inclusão das catadoras e catadores de materiais recicláveis como trabalhadores atuantes na gestão integrada de resíduos sólidos urbanos é atravessado por importantes avanços legais. Durante o primeiro mandato do Presidente Lula, foi sancionada uma alteração na Lei nº 11.445, que dispensava a licitação para a contratação de serviços prestados por associações ou cooperativas de catadores. Posteriormente, essa disposição foi consolidada pela Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualizou o Marco Legal do Saneamento Básico. Atualmente, o Art. 75, inciso IV, alínea “j” da Lei nº 14.133/2021 reafirma a dispensa de licitação para a contratação de serviços de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, desde que realizados por associações ou cooperativas formadas, exclusivamente, por pessoas físicas de baixa renda, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, e com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública. Esta normativa foi essencial para fortalecer a inclusão socioeconômica desses trabalhadores no ciclo da reciclagem.

¹ Ressaltamos que a pressão imposta por estes grupos é de suma importância para o reconhecimento, garantia, ampliação e efetivação dos direitos dos catadores/as, enquanto trabalhadores/as.

No entanto, apesar desses trabalhadores terem sido incluídos nos textos legais, ações efetivas ainda são negligenciadas pelo Estado e pela sociedade em geral, deixando a grande maioria das catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis à margem do processo da gestão integrada dos resíduos, conforme aponta Bastos e Jardim (2021):

Em outros termos, há um conjunto de obstáculos, limites e fragilidades relacionadas à implantação da PNRS, em particular, da inclusão social e econômica dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis na gestão e no gerenciamento dos resíduos sólidos, via logística reversa, que tem ocasionado sérias consequências sociais, ambientais, econômicas e de saúde pública, particularmente para os catadores e as catadoras de materiais recicláveis, o elo mais frágil da cadeia de reciclagem (Bastos; Jardim, 2021,p.79).

Apesar de sua importância para a sustentabilidade ambiental e para o cumprimento de metas de logística reversa, esses trabalhadores frequentemente enfrentam condições laborais marcadas pela informalidade, insegurança, ausência de direitos e baixa remuneração. A suposta sustentabilidade - ou capitalismo verde - pode por vezes mascarar a exploração e as engrenagens de produção.

A reciclagem, no Brasil, antes de chegar à indústria final, envolve a exploração de crianças, adolescentes, idosos, mulheres grávidas e indivíduos em condições de extrema miséria (Picolotto, Pinho e Casara, 2024). Essa realidade é fruto de uma estrutura capitalista enraizada em séculos de escravidão e outras formas de violência que atingem, desproporcionalmente, a população negra e periférica. Tais processos perpetuam os ciclos de pobreza da classe trabalhadora, enquanto enriquecem as elites. A realidade do trabalho infantil, a evasão escolar e a falta de qualificação profissional empurram esses indivíduos para empregos subvalorizados e mal remunerados, como o de catadores e catadoras de materiais recicláveis. A análise empreendida por Moura (2021, p. 149) sintetiza essa problemática, herdada no pós-abolição sob o signo do subdesenvolvimento, dependência e superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras negros:

A abolição não mudou qualitativamente a estrutura da sociedade brasileira. substituiu o senhor de escravos pelo fazendeiro de café, sendo que os últimos tomaram o lugar dos primeiros como seus herdeiros diretos e continuadores, cristalizando-se, por outro lado, as oligarquias regionais do

Nordeste e Norte também apoiadas no monopólio da terra, como os antigos senhores de escravos. Não podemos negar que o trabalho escravo não entrasse sequer como força secundária na dinâmica desse processo, ficando como borra, sem função expressiva. O Brasil arcaico preservou os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à Abolição na sua estratégia de dominação.

Conforme explicitado acima, persistem nas relações de trabalho no Brasil traços arcaicos herdados do sistema escravocrata. De acordo com dados do DIEESE, a renda média da população negra é 40% inferior à da população não negra. Mesmo entre os trabalhadores com ensino superior, os negros recebem, em média, 32% a menos do que os demais com o mesmo nível de escolaridade uma disparidade que pouco se alterou mesmo após a implementação da Lei de Cotas.

Essa realidade concreta expressa aquilo que o sociólogo Clóvis Moura identificava como a permanência estrutural do racismo no mundo do trabalho. Para Moura, o fim formal da escravidão não significou a inclusão efetiva da população negra, mas sim a sua recondução a novas formas de exclusão e superexploração. Nesse sentido, os dados atuais revelam como o sistema capitalista brasileiro se utiliza da herança escravocrata para manter a população negra em condições de subalternidade econômica. De acordo com Almeida (2018, p. 38-39):

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que “ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. **Porém o uso do termo estrutura não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis;** ou, ainda, que indivíduos que comentam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. Dizer isso seria negar os aspectos social, histórico e político do racismo [...] (grifos nossos).

Essas desigualdades também se manifestam na (in)visibilidade social dos/as catadores/as individuais e na superexploração dos/as trabalhadores/as inseridos/as nas cooperativas, evidenciando como a precarização do trabalho atinge de forma mais intensa os corpos negros, relegados historicamente aos espaços menos valorizados e mais desprotegidos da estrutura produtiva.

Esse cenário também revela uma contradição significativa entre os discursos de responsabilidade socioambiental e as práticas concretas que sustentam o sistema de reciclagem. A inserção precária dos catadores pode configurar, em muitos casos, situações que se aproximam das definições legais de trabalho escravo contemporâneo, como jornada exaustiva, condições degradantes e restrição de liberdade.

Art. 1º O art. 149 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. §1º Nas mesmas penas incorre quem: I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. §2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido: I – contra criança ou adolescente; II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.” (Brasil, 1940)

Diante disso, este artigo propõe uma análise crítica sobre a condição de trabalho dos catadores de recicláveis, investigando os limites e (im)possibilidades de sua inclusão socioeconômica a partir das diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Busca-se, com isso, contribuir para o debate sobre justiça ambiental e trabalho decente, nos limites contraditórios da sociedade capitalista, evidenciando os desafios estruturais para a construção de um modelo de sustentabilidade que seja também socialmente justo.

A linha tênue entre a precarização e a escravidão contemporânea no Brasil

Historicamente, o trabalho com resíduos foi negligenciado e tratado com desprezo no Brasil, desde os tempos em que negros escravizados eram obrigados a carregar dejetos pelas ruas das cidades (Ilustração 2), cenário está relacionado ao fato de se tratar de um segmento de trabalhadores de baixa renda, socialmente excluídos dos processos políticos e sociais. Conforme destaca Oscar Lopes em matéria publicada pelo Portal Neo Mundo em 14/02/2024:

Os trabalhadores que coletam materiais desempenham um papel essencial na administração de resíduos, enfrentando desafios diários ao recolher, separar e reciclar materiais. No entanto, muitos destes trabalhadores vivem em condições difíceis, com baixos salários e falta de proteção social. Alguns são até mesmo explorados em situações semelhantes à escravidão. No Brasil colonial, os escravos designados como “tigres” eram responsáveis por uma das tarefas mais degradantes e desumanas: a coleta das fezes e urina dos senhores e suas famílias. Esta prática demonstrava o poder extremo e a crueldade dos proprietários de escravos, que viam esses indivíduos como meros objetos descartáveis, sem dignidade ou respeito humano. Os “tigreiros” sofriam em condições de trabalho horríveis, enfrentando humilhação e abuso constantes. Este aspecto sombrio da história brasileira serve como um lembrete doloroso da brutalidade do sistema escravagista e da necessidade urgente de reconhecer e enfrentar suas consequências até os dias de hoje (Lopes, 2024).

Ilustração 2: Tigreiros.



Fonte: Litografia de Henrique Fleiuss, Semana Ilustrada n° 05, 186. Acervo Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em <<https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/7-olimpiada/fases/index/43/72>>.

Nos dias atuais, a realidade persiste e coloca em situação de catação direta, sobretudo nos lixões e nas ruas, pessoas que não tiveram oportunidade de ingressar em outras áreas de atuação ou são vítimas do desemprego estrutural, que, ao longo de décadas, vem retirando ou impedindo de chegar ao mercado formal milhares de pessoas, tornando a catação uma das suas poucas opções de sobrevivência.

Essa dinâmica pode ser compreendida à luz da análise de Karl Marx sobre o exército industrial de reserva, ou seja, a população trabalhadora excedente criada pelo próprio modo de produção capitalista. Para Marx, “a superpopulação relativa é [...] o pivô em torno do qual gira a lei da oferta e da procura de trabalho” (MARX, 2017, p. 765), sendo funcional ao capital por permitir a manutenção de baixos salários e o disciplinamento da força de trabalho ativa. Nesse sentido, os catadores, especialmente os que operam à margem de qualquer formalização ou proteção, compõem esse exército de reserva disponível e permanentemente vulnerável à exploração em condições degradantes, característica estrutural do sistema capitalista em sua fase de acumulação ampliada. A catação, longe de representar uma alternativa de inclusão plena, expressa a face da precariedade e da marginalização naturalizadas como parte do funcionamento da economia.

As visitas realizadas a centenas de organizações de catadores ao longo dos anos revelam a permanência de padrões de precarização estrutural que desafiam os princípios elementares do trabalho decente, *nos limites da ordem burguesa*. Muitas cooperativas e associações, apesar de formalmente constituídas, operam sem acesso adequado a infraestrutura, equipamentos de proteção individual (EPIs), maquinário, apoio técnico continuado ou garantias de renda mínima para seus membros. Em diversos casos, os trabalhadores lidam diariamente com rejeitos contaminados, jornadas prolongadas, ausência de contratos formais e remuneração abaixo do salário mínimo.

Conforme mencionado anteriormente, o artigo 149 do Código Penal Brasileiro caracteriza o trabalho escravo contemporâneo a partir de condições degradantes, jornada exaustiva, servidão por dívida ou restrição de locomoção no ambiente laboral. Ainda que a maioria dos catadores não esteja sob

cárcere físico, os elementos de degradação e sobrecarga são recorrentes. De acordo com Deisy Ventura (2005), o trabalho escravo atual não se limita à privação de liberdade, mas se manifesta, sobretudo, na violação sistemática da dignidade humana, em contextos nos quais a precariedade das condições de trabalho compromete a saúde, a segurança e a liberdade dos trabalhadores. Para Xavier Plassat (2014), coordenador da Comissão Pastoral da Terra, o trabalho escravo contemporâneo se atualiza nas formas sutis de sujeição econômica, baseadas em relações assimétricas de poder e exclusão social, muitas vezes naturalizadas como parte do cotidiano laboral. No caso dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, especialmente aqueles não organizados formalmente, essas condições são observadas na ausência de equipamentos de proteção, exposição constante a riscos biológicos e químicos, jornadas que extrapolam os limites legais e nenhuma garantia previdenciária. Trata-se, portanto, de uma forma de violação persistente de direitos humanos, que coloca esses trabalhadores em uma situação de vulnerabilidade extrema, muitas vezes invisibilizada pelo discurso da “sustentabilidade” que recai sobre a cadeia da reciclagem. Dessa forma,

Há a expansão de formas heterogêneas de expropriação do mais-valor, que em nosso país sempre estiveram presentes: formas transitórias ou híbridas de exploração da força de trabalho, consideradas como “pré-capitalistas”, renovadas a cada período histórico, hoje sob as roupagens das novas tecnologias. Expressando, na verdade, a precariedade estrutural do trabalho, nas periferias, como a precarização das condições da exploração da força de trabalho mistificadas sob diversas aparências. A desterritorialização da produção como processo necessário da reestruturação permanente do capital, viabiliza a busca por força de trabalho mais barata ou até mesmo gratuita para garantir contratendências necessárias para amenizar as contradições da dinâmica da acumulação capitalista. (Soares, 2022, p. 183)

Essa busca por força de trabalho mais barata e até gratuita como enfatiza a autora, irá ter rebatimentos também no trabalho exercido por mulheres. Pesquisas indicam que mulheres negras e responsáveis por suas famílias estão entre as mais afetadas pela combinação de vulnerabilidade social e exploração laboral. Muitas vezes, sua única fonte de renda é a coleta, triagem e venda de recicláveis em condições extremamente precárias, o que indica uma coerção econômica invisível, mas potente. As desigualdades de gênero estruturam

profundamente as relações de trabalho no Brasil, especialmente em atividades marcadas pela precarização, como a catação de materiais recicláveis.

As mulheres catadoras desempenham um papel central nesse setor, exercendo funções fundamentais na separação, coleta e comercialização de resíduos. Dados do Anuário da Reciclagem (2023) indicam que entre os 65.829 catadores registrados em organizações no país, 56% são mulheres, que também ocupam 61% dos cargos nas diretorias; além disso, 79% dos trabalhadores se identificam como negros e pardos, enquanto apenas 1% se declara indígena, evidenciando a centralidade das mulheres negras na estruturação desse setor. No entanto, sua forte presença numérica não se traduz em melhores condições de trabalho ou acesso igualitário a direitos, revelando a persistência de desigualdades baseadas no gênero.

Essa predominância feminina na catação pode ser compreendida, em parte, pelas dinâmicas históricas de exclusão das mulheres dos mercados formais de trabalho, especialmente das mulheres em situação de vulnerabilidade social. Como destaca Hirata (2014), a divisão sexual do trabalho reserva às mulheres as atividades de menor prestígio social, frequentemente informais e mal remuneradas. A catação, por ser uma ocupação associada à pobreza e à marginalização, acaba por concentrar uma significativa presença feminina, especialmente de mulheres que chefiam famílias e buscam garantir a sobrevivência de seus núcleos domésticos.

Quando se introduz a variável racial nessa análise, as desigualdades se tornam ainda mais profundas. No Brasil, a maioria das mulheres catadoras são negras, o que evidencia o entrelaçamento do racismo estrutural com as questões de gênero. Como aponta Silva (2019), a mulher negra ocupa as posições mais precarizadas no mundo do trabalho, sendo herdeira de um processo histórico de escravização, exclusão e violência. Nesse sentido, a inserção das mulheres negras na catação reflete a perpetuação de um modelo socioeconômico que marginaliza corpos racializados.

A análise interseccional de gênero e raça revela que as mulheres negras catadoras estão duplamente expostas à vulnerabilidade social: enquanto mulheres e enquanto negras. Essa abordagem, desenvolvida por teóricas como

Kimberlé Crenshaw (1989), mostra que não se trata apenas da soma de discriminações, mas de formas específicas de opressão que se entrelaçam e criam experiências distintas. Na prática, essas mulheres enfrentam barreiras adicionais para acessar direitos básicos, como saúde, educação, habitação e trabalho digno, estando mais expostas a situações de violência e exploração.

Para corroborar, observa-se a naturalização da informalidade e da vulnerabilidade dos catadores por diversos atores da cadeia produtiva, incluindo grandes empresas e órgãos públicos, que se beneficiam dos serviços prestados sem oferecer contrapartidas justas. Apesar de grande parte dos municípios brasileiros contar com organizações de catadores vinculadas aos seus programas de coleta seletiva, são poucos os que remuneram adequadamente esses trabalhadores pelo serviço prestado. Em alguns casos, há cessão de galpões ou espaços físicos, mas o pagamento pelo trabalho realizado deveria ser um requisito básico para qualquer atividade profissional. Nesse contexto, a retórica da sustentabilidade aparece dissociada da justiça social e do enfrentamento das desigualdades históricas que estruturam o setor de resíduos no Brasil.

Por outro lado, experiências exitosas em alguns territórios — como cooperativas apoiadas por movimentos sociais, prefeituras comprometidas ou por empresas com abordagem inclusiva — mostram que é possível avançar na valorização do trabalho dos catadores quando há vontade política, investimento contínuo e articulação entre diferentes setores. Nessas iniciativas, identificam-se melhorias na infraestrutura, ampliação da renda, acesso a políticas públicas e maior autonomia das organizações. Porém poucas são as organizações de catadores contempladas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste artigo revela um paradoxo central na cadeia da reciclagem brasileira: os catadores, protagonistas (in)visibilizados do processo que sustenta a política de sustentabilidade urbana, seguem enfrentando formas de precarização que se aproximam das definições contemporâneas de trabalho escravo. Ainda que políticas como a PNRS e os mecanismos de logística reversa proponham diretrizes para sua valorização, na prática os ga-

nhos têm sido limitados e insuficientes diante da gravidade das condições de trabalho observadas.

As evidências apresentadas demonstram que, sem o enfrentamento estrutural das desigualdades sociais, da informalidade e da desproteção legal, os catadores continuarão ocupando posições marginais e vulneráveis, contradizendo os discursos de responsabilidade socioambiental amplamente propagados por governos e empresas. A sustentabilidade, nesse cenário, torna-se um conceito esvaziado se não incorporar, de forma concreta, a justiça social como princípio norteador.

Para romper com esse ciclo, é necessário fortalecer políticas públicas integradas, ampliar os investimentos nas bases da cadeia, garantir a participação ativa dos catadores na governança da gestão de resíduo e da logística reversa e assegurar que os recursos financeiros destinados ao setor sejam efetivamente aplicados na melhoria das condições de vida e trabalho desses sujeitos. Somente assim será possível construir um modelo de desenvolvimento que não apenas recicle materiais, mas também dignifique vidas.

Neste cenário, torna-se urgente repensar as práticas e políticas voltadas à gestão de resíduos sólidos. É necessário ir além do discurso e promover ações efetivas que assegurem trabalho digno, reconhecimento profissional e justiça social para os catadores. Sustentabilidade que não incorpora esses elementos corre o risco de ser apenas um verniz verde sobre estruturas de opressão e exclusão. Valorizar a vida humana deve ser o princípio orientador de qualquer política ambiental verdadeiramente transformadora.

Entendemos que o modo de produção capitalista, por sua própria lógica, produz a barbárie e naturaliza a exploração. Os direitos conquistados, embora importantes, funcionam como barreiras parciais e frágeis diante da força destrutiva desse sistema — são conquistas que garantem apenas o mínimo de dignidade, sempre cercadas por limites e contradições. A erradicação do trabalho escravo contemporâneo, assim como as transformações necessárias na relação entre trabalho, meio ambiente e justiça social, não serão plenamente alcançadas sem a superação do capitalismo. A luta organizada, consciente e coletiva é, portanto, não só necessária, mas urgente. Avançar é resistir. Avante!

REFERÊNCIAS

ABREMA. 3 Mil Lixões Ativos, Brasil Ainda Tem Dificuldades No Descarte Adequado Do Lixo. Sustentabilidade Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.abrema.org.br/2024/08/29/com-3-mil-lixoes-ativos-brasil-ainda-tem-dificuldades-no-descarte-adequado-do-lixo-2/>. Acesso em 26. set. 2024.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 26 nov. 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022. Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PLANARES). Brasília, DF, 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/Anexo/and11. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 22 nov. 2024.

BRASILDEFATO. Desigualdade cai, mas pretos e pardos ganham 40% menos que demais trabalhadores no Brasil. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/11/20/desigualdade-cai-mas-pretos-e-pardos-ganham-40-menos-que-demaix-trabalhadores-no-brasil/> m. Acesso em: 27 set. 2025

BASTOS, V. R.; JARDIM, A. G. Política Nacional de Resíduos Sólidos e o trabalho dos catadores de materiais recicláveis: limites e desafios. *Serviço Social & Sociedade*, n. 139, p. 65-84, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 1989.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

INSTITUTO PRAGMA. Anuário da Reciclagem. São Paulo: Instituto Pragma, 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Negros. Brasil 500 anos. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros>. Acesso em: 30 set. 2025.

LOPES, O. *O trabalho dos catadores(as) de recicláveis e os escravos tigrés*. Disponível em <https://neomundo.org.br/2024/02/14/o-trabalho-dos-catadores-sas-de-reciclaveis-e-os-escravos-tigres/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

PICOLLOTTI, E. L.; PINHO, J. R.; CASARA, R. M. O mercado de crédito de reciclagem e a precarização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis. *Revista Direito e Práxis*, Ahead of Print, 2024.

PLASSAT, Xavier. *O combate ao trabalho escravo no Brasil: avanços e desafios*. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 22, n. 103, p. 199-226, mar./abr. 2014.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Educação das relações étnico-raciais: desafios e perspectivas para a promoção da igualdade racial. *Educação e Pesquisa*, v. 45, e205607, 2019.

Soares, Marcela. *Escravidão e dependência: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira*. Lutas Anticapital. Disponível em: <https://lutasanticapital.com.br/a/downloads/-/87d37b54dffb0b20/892a9af6f345022b>. Acesso em: 08 de out. 2025.

VENTURA, Deisy. *Trabalho escravo contemporâneo: desafios para a efetividade dos direitos humanos no Brasil*. In: PINTO, Cássio Luiz; ARAGÃO, Maria da Glória (orgs.). *Direitos Humanos e Trabalho Escravo*. São Paulo: LTr, 2005. p. 83-10

CAPÍTULO 12

RACIONAIS MC 'S: A VOZ ATIVA DO ANTIRRACISMO DAS FAVELAS E PERIFERIAS BRASILEIRAS

Nayara Alves de Aleluia

Doi: 10.48209/978-65-5417-626-C

INTRODUÇÃO

O antirracismo no Brasil é o resultado de um processo histórico de enfrentamento às estruturas coloniais e o modo escravista que moldaram e ainda moldam o projeto de nação. Desde as revoltas de pessoas escravizadas até os movimentos negros urbanos contemporâneos, vozes subalternizadas transformaram suas experiências de opressão em práticas políticas de contestação e resistência diante do modo de vida excludente. Nesse percurso, a arte e a cultura se consolidaram como campo estratégico de disputa simbólica, capazes de denunciar desigualdades e reconfigurar identidades positivas.

Entre as expressões artísticas que emergem desse contexto, o rap ocupa lugar central como linguagem produzida e apropriada majoritariamente por jovens negros das favelas e periferias urbanas. Sua estética, seus temas e sua circulação tornou-se um dos mais importantes dispositivos comunicacionais de denúncia do racismo estrutural. O rap, nesse sentido, tem promovido impactos positivos e expressivos, como: fortalecimento de identidades, elevação da autoestima e resgate do orgulho das raízes afro-brasileiras e periféricas. Funciona como mecanismo de construção subjetiva e coletiva, catalisador de pertencimento, e fomenta a criação de espaços de sociabilidade organizados em torno de uma cultura e paixão compartilhada. As rimas e batidas únicas carregam mensagens políticas profundas, despertando pensamento crítico e espírito revolucionário. Dessa forma, as manifestações culturais periféricas devem ser reconhecidas como práticas legítimas de produção de conhecimento e de crítica social, e não apenas como expressão artística.

É inegável, portanto, que o rap se estabeleceu como uma força de resistência, empoderamento e transformação, desafiando a ordem social e denunciando as violências estruturais. Trata-se de um fenômeno cultural que molda identidades, gera mudanças e promove uma verdadeira revolução política e social que o centro tenta silenciar. Na cena do rap brasileiro, destacamos o grupo Racionais MC 's, um grupo que se formou na zona sul de São Paulo. O grupo possui quatro integrantes, que nas palavras de Lisboa (2024) “O conjunto Racionais MC's traz em sua formação quatro jovens negros de diferentes regiões da cidade que tinham em comum a urbanidade periférica” (p.153). Em suas letras o grupo de forma poética e crítica narra as opressões vivenciadas pela população negra.

Assim, este artigo discute o rap como pedagogia antirracista e prática política, analisando seus sentidos para a juventude negra e sua contribuição para as lutas contemporâneas por justiça racial.

DESDE O INÍCIO POR OURO E PRATA, VEJA QUEM MORRE, VEJA QUEM MATA

*“Eles combinaram de nos matar,
mas a gente combinou de não morrer.”
Conceição Evaristo*

A formação social e cultural do Brasil é marcada por traços de violência, dominação e exploração, e teve na questão racial sua centralidade para definir os dominadores e os explorados. Após o processo de escravidão que no Brasil durou cerca de 400 anos, não teve por parte do Estado qualquer ação reparadora que permitisse uma liberdade associada com dignidade, cidadania e condições mínimas de sobrevivência. Os negros recém-libertos não foram incorporados ao mercado de trabalho, e não tiveram direito a terra como moradia. Sobre as condições dos negros após abolição, Moura (1988) aponta que: “longe de significar a liberdade real, a abolição apenas modificou a forma de exploração do negro, que passou da senzala para os cortiços, das lavouras para os subempregos” (p. 128). Sem acesso a terra e direitos básicos, alargaram-se as desigualdades entre a população branca e negra. Em

consonância às ideias de Bento (2022) ela nos lembra que colocar em pauta os efeitos negativos da escravidão no Brasil para a população negra é mais comum do que falar sobre os efeitos positivos que a escravidão teve na população branca.

Colocar em evidência os efeitos positivos da escravidão para os brancos não é inverter a lógica da denúncia, mas sim ampliá-la, permitindo uma compreensão mais complexa e verdadeira das engrenagens do racismo no Brasil. Trata-se de uma convocação à responsabilidade histórica e ética, essencial para qualquer projeto de justiça racial e reparação. Essa particularidade do passado brasileiro faz parte do nosso presente, a população negra ainda sofre e luta por condições de igualdade na sociedade. A mesma autora, Bento (2022), denomina como “pacto da branquitude” esse acordo entre os brancos em manter seus privilégios, pois ainda sendo a maioria segundo dados do IBGE, pessoas negras são a minoria em espaços de decisões e universidades, por exemplo. São esses grupos que vivem em constante resistência para sobrevivência. Daí, ressalto a importância dos movimentos de luta organizados pela população negra, que buscam através da organização política e da militância, mecanismos de reparação histórica.

Esses espaços que são ocupados historicamente pela população negra, que passa pelos quilombos às ruas, por coletivos culturais, organizações comunitárias e instituições, que revelam o protagonismo de um povo que, embora sistematicamente marginalizado, jamais se limitou à condição de vítima. Ao contrário, a luta do povo negro por reconhecimento, justiça e reparação tem se dado de maneira contínua e criativa, reinventando estratégias de sobrevivência e resistência diante das múltiplas faces da opressão. Como aponta Moura (2010): “a escravidão foi, durante todo o tempo de sua vigência, contestada pelos escravizados [...] O negro nunca se acomodou à escravidão” (p. 27). Rompendo com a ideia do negro ser passivo a sua condição de escravo, pois inúmeras foram as formas de sair da condição em que viviam. As rebeliões, fugas individuais e coletivas, criação de quilombos, sabotagem na forma de trabalho e as revoltas como a dos Malês em 1835, foram estratégias organizadas pelos negros na busca incessante pela liberdade. A preservação de línguas e tradições africanas,

bem como a manutenção de vínculos comunitários e religiosos também fizeram parte da estratégia. Bento (2021) nos esclarece que:

De fato, trabalhar o território da memória é reafirmar que não se trata apenas de recordação ou interpretação. Memória é também construção simbólica, por um coletivo que revela e atribui valores à experiência passada e reforça os vínculos da comunidade. e memória pode ser também a revisão da narrativa sobre o passado “vitorioso” de um povo, revelando atos anti-humanitários que cometeram - os quais muitas vezes as elites querem apagar ou esquecer (p.27).

Essa memória de insubmissão é fundamental para compreender os processos atuais de luta antirracista, ao conectar o passado ao presente, mostrando que os descendentes daqueles que resistiram à escravidão continuam, hoje, a lutar por direitos, reconhecimento e justiça social. Desde as formas tradicionais de organização como os terreiros, até as formas contemporâneas de articulação política, como os movimentos antirracistas, o hip hop, os coletivos feministas negros e os fóruns de juventude periférica, a presença negra na cena pública tem tensionado as estruturas excludentes da sociedade brasileira. “ e, assim, a semente dos quilombos não para de crescer” (Bento, 2021, p.27). Nesse sentido, a concepção de movimentos sociais apresentada por Montañó (2011), como complemento das lutas de classes e dos partidos de esquerda, é fundamental para compreender como essas organizações negras atuam não apenas na denúncia das desigualdades, mas na formulação ativa de projetos políticos alternativos. Como observa Iamamoto (2010), ao romper com o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, esses sujeitos levam a questão social à esfera pública, forçando o Estado a reconhecer seus direitos e a legalizar suas demandas. A luta da população negra, portanto, vai além da reivindicação pontual, e sim em busca de resoluções que sejam coletivas.

A CHEGADA DO RAP AO BRASIL E SUA TERRITORIALIZAÇÃO NAS FAVELAS BRASILEIRAS

O Brasil é um país marcado por uma profunda diversidade cultural, fruto de um processo histórico de miscigenação entre povos indígenas, africanos e europeus. Saldanha (2025) nos informa que:

O racismo, sustentado por uma lógica infundada de hierarquização, opera não apenas pela negação das identidades indígenas, mas também pela promoção de pagamentos simbólicos e institucionais, característicos do processo colonial. Para isso destaca-se a tentativa de padronização racial por meio de processos como o projeto de miscigenação, que historicamente - e até hoje - tem deslocado populações indígenas para categorias genéricas e imprecisas, como expresso no lugar do “pardo” no cenário brasileiro. Tal transição não é neutra, mas revela uma estratégia de diluição identitária visando sobretudo sua invisibilização (p.37)

No entanto, essa diversidade não se deu de forma pacífica, mas como resultado de um processo violento de colonização e escravização. Durante séculos, o território brasileiro foi explorado como fonte de riqueza para os colonizadores, e a presença africana e indígena imposta inicialmente pela escravidão, tornou-se fundamental na conformação da cultura nacional. Moura (1992) nos diz que:

Mas o negro não apenas povoou o Brasil e deu-lhe prosperidade econômica através de seu trabalho. Trouxe também, as suas culturas que deram o ethos fundamental da cultura brasileira. Vindos de várias partes da África, os negros escravos trouxeram as suas diversas matrizes culturais que aqui sobreviveram e serviram como patamares de resistência social ao regime que os oprimia e queria apenas transformá-los em máquinas de trabalho. Em todas as áreas de trabalho os africanos incorporavam os seus modos de vida - a sua religião, indumentária, cozinha, música, e outras manifestações sociais (p. 34).

As formas culturais do povo negro eram consideradas exóticas e inferiores, e suas práticas só eram permitidas sobre um controle dominador. Ao longo do tempo, povos africanos escravizados e seus descendentes desenvolveram e enraizaram práticas culturais que resistiram à opressão e à tentativa de apagamento. Hoje reconhecidos como expressões da identidade popular brasileira, especialmente presentes em territórios de favela e periferia.

A formação das favelas no Rio de Janeiro pode ser rastreada até o final do século XIX, com o aumento significativo da urbanização e migração interna para a cidade. O processo histórico foi intensificado durante a época da industrialização, no início do século XX, quando trabalhadores rurais migraram em grande escala para a cidade em busca de oportunidades de trabalho e, conse-

quentemente, melhores condições de vida. Com a alta demanda por moradia e a falta de políticas efetivas de habitação por parte do governo, os migrantes acabaram ocupando áreas desocupadas e encostas íngremes, formando os primeiros assentamentos informais, que viriam a ser conhecidos como favelas. Santos (2007) nos informa que:

As primeiras favelas do Rio de Janeiro surgiram na virada do século XIX para o século XX, com a ocupação das encostas dos morros por barracos construídos por ex escravos, pobres expulsos dos cortiços, soldados que retornavam da Guerra de Canudos, 51 trabalhadores desempregados, imigrantes e outros que buscavam, de alguma forma, um espaço na cidade próximo aos locais onde houvesse trabalho (p. 50).

No Rio de Janeiro, a primeira favela oficialmente reconhecida a se formar foi o Morro da Providência, localizado na região central da cidade. Anterior a este nome era conhecido como Morro da Favela, que remetia à planta favela comum na região do sertão da Bahia, que os soldados baianos associaram ao local após retornarem da Guerra de Canudos (1896-1897). Esses ex-combatentes, alocados de forma precária e abandonados pelo Estado, ocuparam o morro de maneira improvisada, dando origem a um tipo de habitação popular marcada pela autoconstrução e pela ausência de infraestrutura urbana. Sodré (2002) nos traz que:

Na ocupação paulatina do Rio de Janeiro, sobrou para os negros o pior, ou seja, a periferia insalubre e os morros (Favela, Santo Antônio, Providência e outros), onde eram péssimas as condições de vida. Tal foi o *nomos* originário e também progressivo do território carioca. De fato, depois das reformas urbanas no início do século xx e na expansão da cidade para os subúrbios (Zona Norte), tocaram ao negro as partes mais inóspitas, contidas na região de Manguinhos, Benfica ou, de modo geral, a zona hoje compreendida entre os ramais ferroviários da Leopoldina e a Avenida Brasil, onde se gerou a grande favela do Jacarezinho(p.42)

O modo de produção vigente capitalista destinou os terrenos mais baratos às pessoas mais pobres. Logo percebe-se que a formação das favelas não se deu naturalmente, mas foi um processo histórico forjado em um Estado com projeto de desenvolvimento excludente, visto que sua formação não foi acidental, mas a representação da falta de ações do poder público em garantir direitos iguais para todos. Estes territórios urbanos precários e improvisados se espalharam

rapidamente pelas encostas montanhosas do Rio de Janeiro, dando origem a uma característica marcante da paisagem urbana carioca. Gonçalves (2013) complementa:

As favelas são um dos maiores exemplos da configuração socioespacial extremamente desigual na cidade do Rio de Janeiro. Elas se formaram ainda na segunda metade do século, ocupando áreas inutilizáveis, ao menos em um primeiro momento, pelo mercado imobiliário. Espalharam-se pelo tecido urbano carioca a partir dos anos 1920 (p. 2).

O termo “Aglomerados subnormais” era utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) até 2023 para denominar territórios como: favelas, ocupações, terrenos irregulares e cortiços. Em 2024, o instituto anunciou o retorno da utilização do termo “favelas e comunidades urbanas brasileiras” após 50 anos. Segundo o IBGE, no último censo, realizado em 2022, o Brasil tinha mais de 12 mil favelas, onde viviam mais de 16 milhões de pessoas, totalizando mais de 6 milhões de domicílios, em sua maioria casas. Ainda com dados do censo, identifica-se que a maior favela brasileira é a favela carioca, Rocinha, localizada ao lado dos bairros nobres de Leblon e São Conrado, com 72.021 moradores.

Ainda em uma análise dos resultados do último censo em 2022, mostra um aumento de 6 mil favelas e 5 milhões de moradores em comparação com o censo de 2010. A pesquisa ainda nos diz que em relação a média nacional, as favelas tem mais jovens que idosos, mas são esses jovens do sexo masculino que morrem mais cedo. Outro dado importante traz que em relação ao percentual de pretos e pardos nas favelas 72,9 % autodeclarados, já na média nacional, esse número cai para 55,5%.

É nesse solo histórico que, na década de 1980, o movimento hip hop começa a emergir no Brasil. *RAP (Rythym and Poetry)*, que traduzindo para o português significa ritmo e poesia, Teperman (2015) também nos traz que existem alguns Mc's que defendem outros significados, como “revolução através das palavras ou “ritmo, amor e poesia”. Independente da nomenclatura permanece sendo um catalisador das práticas culturais dos jovens negros e pobres da época. Com a falta de espaço de lazer e a pouca adesão destes jovens à escola,

eles encontravam nas festas de rua uma forma de sociabilização. Trazendo consigo os quatro elementos fundadores, onde foi rapidamente apropriado pelas juventudes negras e periféricas como uma forma legítima de expressão, sociabilidade e resistência.

Inspirado pelo movimento afro-americano, sobretudo por grupos como Public Enemy, Grandmaster Flash e Run-DMC, o rap brasileiro não se configurou como mera cópia. Ao contrário, foi criativamente ressignificado a partir das vivências locais e das referências culturais brasileiras, como o samba, o funk, a religião de matriz africana e a oralidade popular. Pimentel (1997) traz que: [...] o rap é só um dos galhos da grande árvore da música negra. É filho do funk, neto do soul, bisneto do spiritual e do blues... Irmão do rock. Primo do reggae, do maracatu, da embolada...” (p.22) E quando chega no Brasil encontra o samba. São ritmos musicais que se conversam e cada um tem um pouco do outro.

A cidade de São Paulo ocupou papel central nesse processo. A região central da capital, especialmente a Praça da Sé e a Estação São Bento, tornou-se um importante ponto de encontro de jovens artistas. Foi nesse espaço que, a partir dos bailes black e das festas de rua, os primeiros MCs, DJs, grafiteiros e b-boys brasileiros começaram a construir uma identidade própria para o hip hop nacional. Como destacam Vieira e Santos (2023)

O centro de São Paulo é um território ocupado tradicionalmente pela população negra desde o final do século XIX, onde aconteciam diversos encontros e intercâmbios culturais. Mesmo após os processos de segregação e deslocamento para as periferias, os negros continuaram ocupando o centro, produzindo atividades sociais, culturais, políticas e econômicas (p. 5).

O movimento encontrou eco especialmente nas periferias urbanas, onde a ausência do Estado, a violência policial, a precariedade das políticas públicas conformam uma realidade marcada pela exclusão, mas também por resistência e criatividade. Souza (2011) nos informa que: Sobretudo nas áreas urbanas, o Brasil vivia os efeitos da queda nos níveis de emprego, que atingia diferenciados setores da população. O período também é marcado por importantes experiências grevistas que articulavam aspectos políticos, econômicos,

culturais e ideológicos” (p.66) O rap, nesse contexto, funcionou como uma ferramenta de denúncia e como canal de enunciação da juventude negra. Em favelas, conjuntos habitacionais e bairros populares, o rap passou a ser não apenas trilha sonora do cotidiano, mas também espaço de formação política e de construção de identidades coletivas.

Como moradora de favela, entendo que o rap inserido nesse contexto desempenha um papel além de um estilo musical ou entretenimento, mas narrativas sonoras sobre a realidade vivida e atravessada pela escassez de recursos. O rap tornou-se, assim, linguagem da periferia, espaço de pertencimento e pedagogia popular. Como afirma Souza (2011), “É fundamental situar o surgimento do hip hop no Brasil, que ocorre dentro de um contexto sociopolítico bastante singular” (p. 65). Na década de 1980, o país ainda vivia os últimos anos da ditadura civil-militar, período marcado pela censura, repressão e pela negação das liberdades democráticas. Nesse cenário, a cultura hip hop assumiu um papel de enfrentamento político, mesmo quando de forma implícita. Com o processo de redemocratização e o fortalecimento dos movimentos sociais no final dos anos 1980, o rap ganhou maior politização. Como afirma Teperman (2015):

O fortalecimento dos movimentos sociais com o fim da ditadura civil-militar brasileira (1964-85) criou um terreno fértil para a politização do rap. Disseminado pelas rádios comunitárias, o gênero funcionou como catalisador das chamadas “posses” (como a Aliança Negra) e de movimentos urbanos (como o da estação São Bento do metrô em São Paulo) (p. 8).

As letras de rap, longe de serem manifestações vazias ou alienadas, expressam um repertório de sentimentos, dores e esperanças. “As transcrições ocultas negras são, ao mesmo tempo, momentos discretos de expressão cultural e exemplos de resistência discursiva às estruturas de dominação” (Rose, 2021). Tornam-se, assim, forma legítima de acesso ao “lugar de fala” da juventude negra periférica, possibilitando a expressão de subjetividades historicamente silenciadas. Se configura como uma ferramenta de elaboração simbólica da experiência social, especialmente para jovens que enfrentam a violência institucional, o racismo cotidiano e a exclusão sistêmica. Segundo Arruda (2020), a juventude negra é:

Aquela que ocupa desigualmente uma determinada posição e condição social. Seja aquela que esteja vinculada concretamente às periferias das cidades, ou aquelas que não residem nas periferias, mas vivenciam processos de invisibilidade social frutos dessas condições considerando, inclusive, suas singularidades e particularidades (p. 112).

Este o perfil de jovens invisibilizados pelo Estado e pela sociedade, em sua maioria, reside em espaços como favelas e periferias. Segundo o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)¹, com relação à composição de raça, 67% das pessoas que vivem em favelas são negras. Tal característica fez com que este jovem ganhasse status de “agressivo” e fosse marginalizado, pois, para a maioria, é mais fácil criticar tudo que é produzido nesses territórios do que entender o contexto em que essa produção surge. O mesmo ocorreu com o samba e o *funk*, portanto, não seria diferente com o rap. Aqui adoto o que Chauí (2000) entende como cultura:

A cultura é a criação coletiva de ideias, símbolos e valores pelos quais uma sociedade define para si mesma, o bom e o mau, o belo e o feio, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso[...] A cultura se realiza porque os humanos são capazes de linguagem, trabalho e realização com o tempo. A cultura se manifesta como vida social, como criação das obras de pensamento e da arte, como vida religiosa e vida política (p. 61).

A sociedade conservadora brasileira historicamente condenou as expressões culturais produzidas pela juventude negra, classificando-as como feias, imorais ou perigosas. Essa rejeição revela uma lógica racista persistente, que associa a estética e os modos de vida da população negra periférica à criminalidade e à desordem. A criminalização das práticas culturais das favelas como o rap, o samba e o funk expressa não apenas o preconceito de classe e raça, mas também uma política de controle social racializado.

RACIONAIS MC’S E SUA RELEVÂNCIA PARA O RAP BRASILEIRO

Racionais Mc ‘s, um grupo que se formou na zona sul de São Paulo. O grupo possui quatro integrantes, que nas palavras de Lisboa (2024) “O conjun-

¹ Disponível em: <https://ibase.br/favelas-uma-condicao-urbana-de-carater-nacional/>. Acesso em 6 nov. 2024.

to Racionais MC's traz em sua formação quatro jovens negros de diferentes regiões da cidade que tinham em comum a urbanidade periférica" (p.153). A cidade de São Paulo, marcada por sua dimensão metropolitana e pela confluência de pessoas oriundas de diferentes regiões do Brasil, tornou-se ao longo do século XX um espaço de oportunidades, mas também de profundas desigualdades socioespaciais. A migração massiva, sobretudo de populações negras e nordestinas, encontrou na capital paulista tanto a promessa de trabalho quanto o desafio da exclusão urbana. Vieira e Santos (2023) nos informa que: "Ela foi a primeira cidade do Brasil a se industrializar no início do século xx, logo após a abolição, quando o Estado brasileiro passou a atrair os imigrantes europeus para trabalharem nas fazendas"(p.4). Como resultado desse processo, consolidou-se um território segregado, no qual as periferias abrigaram majoritariamente as camadas populares, enquanto os centros urbanos mantiveram-se reservados às elites econômicas

É nesse cenário, que se formou o grupo Racionais MC's, cujos integrantes possuem trajetórias profundamente ligadas a essas territorialidades periféricas. Mano Brown², Ice Blue³ são oriundos da Zona Sul de São Paulo, região historicamente marcada por extensos bairros populares e bolsões de pobreza, enquanto KL Dj⁴ e Edi Rock⁵ eram da Zona Norte, outro importante polo de ocupação periférica na cidade. "Kl Jay, Dj, vila Mazzei, o Jó, me apresentou em meados de 83. Dançando break, a parceria fechou, formou. Mais uma dupla de São Paulo se aventurou" (o mal e o bem, Racionais, Mc's, 2014). Esse trecho da letra narra o primeiro encontro entre os dois integrantes. Os encontros eram realizados no centro de São Paulo, no documentário *Racionais: das ruas de São Paulo para o mundo* de 2022. Brown traduz que a realidade onde vivia era marcada pela violência extrema, onde inclusive era comum esbarrar com cadáveres pelas ruas no ano de 1980. Diante dessa realidade queria ir "onde a luz estava acesa", que era o centro de São Paulo.

2 Pedro Paulo Soares Pereira

3 Paulo Eduardo Salvador

4 Kleber Geraldo Lelis Simões

5 Edivaldo Pereira Alves

Era no centro, que a juventude negra realizavam encontros, e construíram um espaço de sociabilidade, e ainda como Brown destaca no documentário, era mais fácil saber das produções culturais, sobre os discos, as roupas. “ Ir para o centro era como ir para Nova York” (Mano Brown, 2022). Vieira e Santos (2023) esclarece que: “ Ao conhecerem o hip hop por meio dos bailes blacks, os quatro começaram a dançar breaking. Mano Brown e Ice Blue formaram a dupla B.Boys, sigla de Black Bad Boys, e Edi Rock e K1 Jay se juntaram sob a alcunha de Edi Night e K1 Night” (p.8).

O Edifício Copan era onde os artistas gravavam seus discos. A formação do grupo, se deu na gravação da coletânea Consciência Black, onde o grupo grava “Pânico na Zona Sul”. Em uns dos documentos disponibilizado, na exposição do grupo em 2025 na cidade de São Paulo, traz o seguinte:

A princípio separados em duplas, Edy Rock e K1 Jay (zona norte e Brown e Ice Blue (zona sul) com o nome de B.B Boys. Edy Rock e K1 Jay se apresentaram pela primeira vez em 1987, num espaço criado pelo próprio movimento no centro de São Paulo, chamado Club do Rap (salão na Avenida Brigadeiro Luís Antônio). Apesar de ambas as duplas frequentarem o mesmo local, ainda não se conheciam. Deram então início a várias apresentações, incluindo o espaço Mambembe. Enquanto isso, Brown e Ice Blue (B B Boys), participavam de um concurso de rap promovido pela equipe Chic Show no clube Asa Branca de Pinheiros, concurso este que venceram. O primeiro encontro para o surgimento do grupo se deu em 1987, quando um empresário (Milton Sales), reuniu em um mini estúdio, alguns conjuntos de rap para gravarem uma fita demo e dessa forma, ficaram se conhecendo. A produção estava a cargo de K1 Jay. A partir de então, resolver unir suas forças e em 1989 formaram Racionais mc's.

O encontro entre os integrantes ultrapassa, portanto, a explicação simplista de uma coincidência territorial ou de uma afinidade musical circunstancial. Tal convergência pode ser interpretada como a atualização histórica de um reencontro ancestral, inscrito nas marcas profundas do deslocamento forçado, da diáspora africana e das continuidades estruturais do racismo que atravessam a formação social brasileira. À luz das contribuições de autores como Stuart Hall (2003) e Paul Gilroy (2001), a diáspora não deve ser compreendida apenas como um evento do passado, mas como um processo contínuo de produção identitária, no qual memórias, experiências comparti-

lhadas e condições materiais de existência conformam subjetividades negras no presente. Nesse sentido, a exposição opera como um dispositivo simbólico e afetivo de reconstrução da memória coletiva, ao apresentar a árvore genealógica dos integrantes e evidenciar como suas linhagens familiares remetem diretamente ao continente africano.

Dessa forma, o encontro do grupo na musicalidade pode ser entendido como uma atualização das heranças africanas, especialmente sobre a oralidade. Sodré (2002) cita que: “ Tanto nas formas do *spirituals* como dos *blues*, os negros injetavam temas de sua vida cotidiana, sempre com o sentido inequívoco de demanda de liberdade ou de afirmação humana”(p.141). Esse movimento de evidenciar as experiências vividas em narrativas poéticas permanece vivo na prática do rap nacional, que herda da resistência ancestral. Os Racionais MC's, ao narrarem a realidade, não apenas denunciam as opressões estruturais, mas, à semelhança de seus antepassados, produzem uma arte engajada, que reivindica humanidade, dignidade e liberdade. Assim como os *spirituals* e os *blues* foram ritmos musicais da população negra onde expressavam dor e luta, o rap produzido pelos Racionais inscreve as experiências periféricas negras, atualizando uma tradição histórica de resistência que atravessa gerações desde o contexto da diáspora africana.

O grupo sem perder essa característica de expressar através da música o sofrimento da população negra, iniciam no movimento *rap* logo quando aqui ele surge, na década de 1980, tendo uma característica que marcou a sua trajetória, não se enquadrar às normas do mercado e do sistema capitalista. É rara a presença do grupo em canais de tv. Com uma abordagem crítica sobre a realidade, o grupo ganhou notoriedade nas favelas e periferias. Teperman (2015) traz que:

Se muitos artistas tendem a aceitar qualquer convite para aparição na televisão ou na imprensa, visando a promoção de seu trabalho, o Racionais preferia manter distância dos grandes circuitos promocionais. É um caso absolutamente singular entre artistas de música popular: passou vinte anos sem contratar serviços de assessoria de imprensa, só criou um site oficial em 2014 e tende a recusar a maior parte dos pedidos de entrevista e dos convites para aparição em programas de televisão. Foi fora dos espaços tradicionais da exposição midiática que o Racionais se tornou a referência central no rap nacional (p.73).

Contier (2005), em seu artigo, traz que:

As letras dos Racionais são “raivosas”. Discutem com rara sensibilidade os mais diversos problemas sociais vivenciados pelos excluídos sociais, sem nenhum sentimentalismo. Resgatam temas sobre o racismo, protesto contra o governo, a violência policial, a guerra entre os traficantes, os jovens consumidores de drogas, a prostituição infantil, entre outros. Num primeiro momento, as suas músicas foram rejeitadas pelas classes médias e altas da sociedade e pelas grandes gravadoras devido as narrativas de suas letras fundamentadas na realidade da vida difícil do negro pobre, de suas críticas ao sistema capitalista e ao racismo, e num segundo, com o lançamento do disco “Holocausto Urbano”, esse grupo de *rap* foi conquistando, aos poucos seus ouvintes de outros segmentos sociais (s/p.).

Essa característica nas suas obras de uma leitura fiel da realidade dos moradores de favelas e periferias, fez com que o grupo ganhasse uma aceitação orgânica. Sem precisar da grande mídia na divulgação de suas obras, as músicas se espalharam pelas favelas e periferias de todo o Brasil. Não é atoa que o grupo criou uma rota mais pavimentada para que hoje a juventude conseguisse trilhar o caminho do movimento cultural e abriu espaços para o *rap* em diversos canais de comunicação, shows e palestras.

Mano Brown, vocalista do grupo, não é adepto em aparecer em tvs, mas utiliza sua música como forma de alcançar seu público. Em uma de sua entrevista, diz que “Não sou artista, artista faz arte, eu faço arma, sou terrorista”. Aqui ele diz que suas letras, poesias e o microfone são armas de seu trabalho, logo, entendo com essa frase que o intuito não é ganhar fama, mas transmitir uma ideia para seu público em busca de uma nova forma de vida, e incomodar o pensamento elitista. D’andrea (2022) diz que:

A obra do grupo de *rap* Racionais MC’s foi a mais impactante e influente obra artística produzida no Brasil entre as últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI. Verdadeira expressão do drama das periferias, os raps do grupo tornaram-se a trilha sonora legitimada por essa população para registrar suas misérias, seus dilemas, desesperos e sonhos (p. 121).

A partir dessa força narrativa, os Racionais consolidam o rap como dispositivo de consciência racial e formação política, transformando vivências marcadas pela violência estrutural em denúncia, elaboração crítica e projeto co-

letivo de enfrentamento ao racismo. Esse movimento legitima o rap não apenas como manifestação cultural, mas como uma prática pedagógica profundamente enraizada nas experiências da juventude negra periférica, articulando resistência, memória e afirmação identitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rap se afirma como uma das expressões culturais mais importante contra o racismo e as desigualdades sociais. Sua potência está na capacidade de narrar de forma poética e crítica, tensionar as estruturas racistas e produzir memória coletiva desde as periferias. Esse movimento não é isolado. Ele integra uma longa tradição de luta do povo negro, que articula arte, política e organização comunitária para enfrentar desigualdades históricas que persistem desde o período colonial.

A análise exposta demonstrou que o grupo Racionais MC's desempenham papel central nesse processo. Suas obras não se limitam a retratar a violência racial. Elas constroem pedagogias próprias, capazes de produzir consciência crítica, fortalecer identidades e reivindicar dignidade para a juventude negra. Esse caráter formativo estende a atuação do grupo para além da música e o posiciona como agente político indispensável na disputa por direitos, memória e reconhecimento.

A luta antirracista, portanto, não se encerra no campo acadêmico ou institucional. Ela pulsa nos becos, nos palcos, nas letras que denunciam e nas vozes que sobrevivem. O rap revela que resistir é existir e reafirma que a periferia não é falta, mas potência. O caminho do antirracismo no país segue em construção. O rap permanece como bússola e alerta. Enquanto a juventude negra for alvo da violência do Estado, a arte seguirá gritando que dignidade não é concessão, é direito. Nesse sentido, o rap não apenas responde ao racismo. Ele projeta outros mundos possíveis e reafirma a centralidade da cultura periférica na construção de uma sociedade verdadeiramente justa.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo, 2022. CHAUI, M. **Convite à filosofia**: São Paulo, Ática. 2000.
- CONTIER, A. D. **O rap brasileiro e os Racionais MC's**. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1., 2005, São Paulo.
- D'ANDRÉA, T. P. **A formação dos sujeitos periféricos**: Cultura e política na periferia de São Paulo. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- GONÇALVES, R. S.. **A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico**. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade. 2013
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social e tempo de capital fetiche**: Capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2010.
- LISBOA, M. vida loka original: **Engajamento e autenticidade do Racionais mc's**. 2024. MONTAÑO, C. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1992. ROSE, T. **Barulho de preto**. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2021.
- SALDANHA, L. S. **Raízes que florescem no Rio: Acesso e permanência de indígenas urbanos nas universidades cariocas**. 2025.
- SANTOS, L.M.N. **Pobreza como privação de liberdade**: um estudo de caso na favela do Vidigal no Rio de Janeiro. 2007
- SODRÉ, M. **A comunicação do grotesco: um ensaio sobre mídia e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SOUZA, A. L. S. **Letramentos de reexistência poesia, grafite, música, dança: hip hop**. São Paulo: Parábola, 2011.
- SOUZA, L. R. A. P, LIMA, E. S. **Orgulho periférico em “Fórmula mágica da paz” do Racionais mcs: uma análise semiótica**. 2025
- TELLA, M. A. P. **Atitude, Arte, Cultura e autoconhecimento**: O RAP como voz da periferia. São Paulo: PUC, 2000.

TEPERMAN, R. **Se liga no som: as transformações do rap no Brasil**. São Paulo: Enigma, 2015.

VIEIRA. D. S. JAQUELINE L. **Racionais Mc's entre o gatilho e a tempestade**. São Paulo: Perspectiva, 2023.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Marianna Carvalho Martins Albergaria

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Santa Úrsula, Pós-graduada em Meio Ambiente pela COPPE/UFRJ e Mestre em Engenharia Urbana e Ambiental pela PUC-Rio e Universidade Técnica de Braunschweig, Alemanha. Doutoranda em Serviço Social pela PUC-Rio, pesquisa a efetivação do Acordo Setorial de Embalagens e a inclusão socioeconômica de catadores. Possui 15 anos de experiência em gestão de resíduos, economia circular e projetos socioambientais. Atualmente é pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos Socioambientais e Comunitários (GRIPES) na PUC-Rio.

Jéssica dos Santos Costa

Doutoranda e bolsista CAPES vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2023). Especialista em Assistência Social e Saúde Pública pela Faculdade - UniBF (2022). Especialista em Políticas Sociais, Rede e Defesa de Direito pela Faculdade - UniBF (2022). Assistente Social pela Universidade Federal Fluminense UFF (2017). Foi professora substituta na UFF, no curso de Serviço Social (2024-2025). Atualmente é pesquisadora do Grupo de pesquisa: Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS) na PUC-Rio. Experiência como assistente social, professora e pesquisadora.

Patrick Almeida Soares

Graduado em Gestão Ambiental pela Universidade Veiga de Almeida, Pós-graduado em Engenharia Ambiental e Sanitária pela Universidade Estácio de Sá e em Ciências Ambientais em Áreas Costeiras pelo IFRJ, Mestre e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, onde participa do Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais (LEUS). Possui experiência na execução de projetos de educação ambiental junto a povos e comunidades tradicionais, exigidos como condicionantes de socioeconomia no licenciamento ambiental de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural; bem como experiência na promoção de políticas públicas em direitos humanos e assistência social.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Ana Claudia Delfini

Pós-Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Professora no curso de Pedagogia, no Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia/PPGP, todos da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Itajaí, Brasil.

<https://ror.org/041pjwa23>

E-mail: anaclaudia@univali.br

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7154-9020>

Ariane Silva Carvalho

Mulher negra. Farmacêutica. Mestra e doutoranda pelo Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGSC/UFES).

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7907413184308627>

Orcid: <http://orcid.org/0009-0001-2072-9953>

E-mail: arianesiva2_7@hotmail.com.

Brida Luísa Torres Duque

Enfermeira. Mestra e doutoranda pelo Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGSC/UFES).

Lattes <http://lattes.cnpq.br/1832906642279591>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2153-9334>

E-mail: bridaluisa@gmail.com

Daíra Andréa de Jesus

Mestra em Direito das Migrações Transnacionais pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI e Università degli Studi di Perugia - UNIPG, Doutoranda em Educação/PPGE na Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Itajaí, Brasil. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC. Grupo de Pesquisa Educação e Trabalho.

wsdaira@netuno.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0715-2042>.

Eusiane da Silveira

Pedagoga e tem Pós Graduação em Neurociência e Comportamento pela PU-CRS. Formou-se em Psicanálise Clínica no ano de 2022 e atua como Educadora na Rede Municipal de Campinas desde 2009.

E-mail: eusiane.campos@educa.campinas.sp.gov.br

Gabriel Henrique de Oliveira Furlanetto

Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da UFPR (Universidade Federal do Paraná) e graduado em História pela Univille (Universidade da Região de Joinville). Atualmente integra a linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História. Possui experiência de pesquisa em Patrimônio Cultural, História de Joinville, História da Alimentação e Patrimônio Alimentar, História Oral e Migrações. Número de Registro Profissional de Historiador: 0000254/SC. Orcid: 0000-0002-0500-9931.

E-mail: gabriel28_oliveira@hotmail.com.

Iury Gabriel Amorim de Araújo

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Professor Visitante do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Zona Norte.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0053584887744766>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9644-1246>

E-mail: iurygabrielufrn@gmail.com.

Ingrid David Alves de Carvalho

Comunicadora, Mestre em Políticas Públicas em Direitos Humanos, Doutoranda em Filosofia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0131659691719396>

E-mail: ingriddacarvalho@gmail.com

Jandesson Mendes Coqueiro

Doutor em Saúde Coletiva. Professor na Universidade Federal do Espírito Santo, lotado no Departamento de Enfermagem. Professor Permanente nos Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC/UFES) e Mestrado Profissional em Saúde da Família (PROFSAÚDE/UFES).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0584858296936896>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5321-5174>

E-mail: jandesson.mc@gmail.com.

Juliana de Assis

Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Fundação Santo André (FSA), com especialização em Psicopedagogia (Faculdade Anhanguera) e Educação especial (UNICID), Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University Com experiência de mais de 20 anos como professora na educação básica. Professora na rede pública de Campinas há 14 anos. Email: juliana.assis@educa.campinas.sp.gov.br

Jéssica dos Santos Costa

Larissa de Fátima da Silva Santos

Graduanda em Serviço Social pela Universidade de Vassouras – Campus Maricá.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5739404678123977>

E-mail: larissa_santoos@live.com.

Luciana Aparecida Carvalho Marcondes

Graduanda em Serviço Social pela Universidade de Vassouras Campus Maricá,

Graduanda em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

E-mail: lucianaacmarcondes@gmail.com.

Leonardo Sousa Brito

Educação física (cursando);

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0949071127797944>

E-mail: lb99982@gmail.com

Luana Martins Santos

Marianna Carvalho Martins Albergaria

Monalisa Raymundo Barbosa

Mestra em Educação UNITAU, Doutorando em Educação UNESA e professora no curso de graduação em pedagogia na ETEP.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1257667960898837>.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-1958-923X>.

E-mail: monalisa.rbarbosa@gmail.com

Nayara Alves de Aleluia

Mestre em serviço social pela UFRJ. Conselheira Tutelar.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6749313997967749>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0197-5609>

E-mail: nayaramestrado23@gmail.com

Patrick Almeida Soares

Renata Soares

Graduanda em Serviço Social pela Universidade de Vassouras Campus Maricá.

Lattes <https://lattes.cnpq.br/0268275468339593>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-3628-2532>

E-mail: renatacursos01@gmail.com

Rosane Cristina de Oliveira

Doutora em Ciências Sociais pelo PPCIS/UERJ, professora adjunta do PPGE/UNESA e professora adjunta do curso de graduação em Serviço Social da UNIVASSOURAS/Campus de Saquarema.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4322016397017696>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1286-5792>

E-mail: rosane.oliv7@gmail.com

Tatiane Farias da Rosa Silva

Assistente Social e Enfermeira. Mestre em Desenvolvimento Regional (UFF, 2022). Doutoranda em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente (IFF-Fiocruz). Docente do Curso de Graduação em serviço social na Universidade de Vassouras Maricá.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4866005267357863>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0433-8514>

E-mail: tatiane-farias95@hotmail.com

Uélia Almeida

Pedagoga (FAEV 2022 - 2025), pós-graduanda em espaços não formais (Multivix) e estudante de Ciências Sociais (UFES).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/348891050979080>

E-mail: almeidaueli@gmail.com.

Warlen Ribeiro da Cruz Oliveira

Assistente Social pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Mestrando pelo Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGSC/UFES).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7934881708920664>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5167-5749>

E-mail: ribeirowarlen@gmail.com

O Antirracismo no Brasil

Vozes, Lutas e Resistências

www.arcoeditores.com
contato@arcoeditores.com
(55)99723-4952



ARCO
EDITORES